

DANIEL SILVA DO CARMO SANTOS

**COPRODUÇÃO: REPENSANDO O TRABALHO AGRÍCOLA E A RELAÇÃO
CAMPONÊS-NATUREZA**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA
MINAS GERAIS- BRASIL
2018

**Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Câmpus Viçosa**

T

Santos, Daniel Silva do Carmo, 1993-
S237c Coprodução : repensando o trabalho agrícola e a relação
2018 camponês-natureza / Daniel Silva do Carmo Santos. – Viçosa,
MG, 2018.
xiii, 150f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Inclui anexos.

Orientador: Gustavo Bastos Braga.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f. 126-135.

1. Amazônia. 2. Camponeses. 3. Autonomia. 4. Ecologia agrícola. 5. Agricultura - Aspectos ambientais. I. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Economia Rural. Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural. II. Título.

CDD 22. ed. 338.109811

DANIEL SILVA DO CARMOS SANTOS

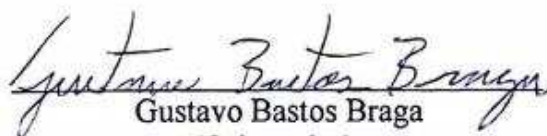
**COPRODUÇÃO: REPENSANDO O TRABALHO AGRÍCOLA E A
RELAÇÃO CAMPONÊS-NATUREZA**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 23 de abril de 2018.


Irene Maria Cardoso


Rodrigo de Souza Ferreira


Gustavo Bastos Braga
(Orientador)

“Resistir para existir
Persistência neste chão”
(João Muniz)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ser a minha luz e a minha base de sustentação nessa longa caminhada.

Às famílias camponesas que construíram comigo a presente pesquisa. Nosso trabalho e pesquisa em Extensão Rural não possuem sentido sem vocês.

À minha mãe, Neidiane, e às minhas irmãs, Juliana e Daniele, por todo amor. Vocês são parte da minha motivação diária. Ao meu padrasto, César, pelo apoio em campo, ajudando-me com o transporte.

À minha amada, Raissa Santos, por estar ao meu lado em todos os momentos, compartilhando e construindo comigo os mesmos sonhos. Sem você esse trabalho não seria possível.

Ao meu pai (avô), Netinho, por proporcionar-me uma infância em contato com o campo, permitindo que eu tenha *doces lembranças** desta fase da vida.

À minha madrinha e tia Eliane, pelo amor e carinho de sempre e, aos seus filhos, Bia e Arthur, que são como irmãos para mim.

À professora Maria Izabel, pela sensibilidade e profundidade em suas orientações. Sua postura me ensinou não apenas lições profissionais, mas também lições para a vida.

Ao professor Gustavo Braga, pela solidariedade em concluir esse processo de mestrado comigo, assumindo institucionalmente a orientação iniciada pela professora Maria Izabel.

À professora Irene Cardoso, por proporcionar-me valiosas vivências e experiências agroecológicas na Zona da Mata mineira, por meio de sua disciplina e de intercâmbios agroecológicos.

Ao grupo de pesquisa Meios (Alessandra Lomelino, Roberta Brangioni, Yan Victor, Pauline Cuenin, Lis Pereira, e Margriet Goris), pelas discussões e ensinamentos em torno dos processos sociais do campo. Foi uma troca riquíssima de saber!

Não poderia deixar de agradecer, em especial, à Roberta Brangione, pela leitura e sugestões precisas dessa dissertação, e à Alessandra Lomelino, pela parceria para além da acadêmica.

Ao amigo Marco Andrade, pela dedicação em adaptar os mapas ilustrativos das propriedades agrícolas camponesas.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela bolsa concedida. Sem este apoio não seria possível desenvolver a presente pesquisa.

À Universidade Federal de Viçosa (UFV), em especial ao Departamento de Economia Rural (DER), por possibilitar-me viver essa etapa acadêmica com todo o suporte estrutural, e aos professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, pelos ensinamentos e dedicação.

Por fim, dedico essa dissertação à minha *mãe Sé* (Sebastiana Costa – em memória), por preencher a minha infância com o seu aconchegante amor. Com ela, aprendi o que é o *ethos* camponês na prática. Seus ensinamentos e a sua forma de viver são os meus exemplos de vida.

Gratidão à todas as pessoas que foram as minhas raízes, sustentando-me e possibilitando germinar essa pesquisa!

Doces Lembranças*

O cheiro da terra molhada exala nas minhas celestes lembranças
 Entranhadas de saudade da manhã ainda dormindo
 Da melodia alarmante da carroça de boi
 Que acordava adultos e crianças
 Até seguir o caminho confuso e apertado
 De verde úmido da noite enfeitado
Tudo numa orquestra saudosa ao imperador pai avô
 Todo afoito com a corda na mão
Deixando os rastros marcantes das gigantes rodas pelo chão,
 Pronto para mais um combate do dia
 Eu, em sua honrosa companhia
Estufava meu peito como um galo pronto para cantar
 Um canto de orgulho sobejo
Na fadigada aurora, aconchegava-me no colo seguro da minha bisa-mãe
 Sem sentir o desconforto daquele transporte diário.
 Naquele oceano de acolhimento
Eu mergulhava num profundo sono inocente da sorte
Exacerbando o cismado desejo de crescer e criança ainda ser.
 Ainda sinto a paz da manhã serena
 Na chegada ao sítio de ares brandos,
 Com os mugidos de cumprimento do gado
 Aguardando-nos em frente à casa pequena
O céu, já com muito azul e pássaros surgindo dos recantos.
 A saudade é o que resta de tudo o que passei,
 Saudade daquele meu mundo pacífico e sorridente
 Saudade do tempo em que eu era rei.

Daniel Santos

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	Localização do município de Viseu no Estado do Pará	10
FIGURA 2	Exemplo da Análise Participativa de Autonomia. Grau de autonomia do Grupo Doméstico	15
FIGURA 3	Mapa ilustrativo da propriedade do 1º grupo doméstico (Sr. Miguel e Dona Luci). Comunidade João Grande.....	59
FIGURA 4	Mapa ilustrativo da propriedade do 2º grupo doméstico (Dona Augusta e Dona Maria). Comunidade Caeté Cuera	62
FIGURA 5	Mapa ilustrativo da propriedade do 3º grupo doméstico (Sr. Paulo e Dona Marineuza). Comunidade Santa Rosa	63
FIGURA 6	Terra, saber e trabalho como o tripé da reprodução social dos grupos domésticos camponeses	64
FIGURA 7	Sr. Miguel, Dona Luci e um dos netos na feitura da farinha realizada na casa do forno do grupo doméstico vizinho. Comunidade João Grande	73
FIGURA 8	Parentes vizinhos preparando a farinha de carimã na casa do forno do terceiro grupo doméstico. Comunidade Santa Rosa	74
FIGURA 9	Casa do 2º grupo doméstico, com a casinha de palha ao fundo. Comunidade Caeté Cuera	78
FIGURA 10	Casinha (cozinha rústica) do 1º grupo doméstico. A. Casinha internamente. B. Casinha externamente. Nos fundos, um rancho para armazenar lenha e outros materiais. Comunidade João Grande	79
FIGURA 11	Almoço na casa do 2º grupo doméstico. A. Peixe assado (1º dia), farinha e arroz. B. Peixe cozido (2º dia). Comunidade Caeté Cuera	82
FIGURA 12	Animais criados à solta pelo quintal (grupo doméstico 2). A. Aves se alimentando. B. Porco correndo feliz por começar a chover. Comunidade Caeté Cuera	85
FIGURA 13	A. Búfalos se alimentando de cascas de mandioca. B. Sr. Miguel e seus netos a caminho do “centro” no “carro de boi” (grupo doméstico 1). Comunidade João Grande	86
FIGURA 14	Cacimba utilizada pelo grupo doméstico 2. Comunidade Caeté Cuera	87
FIGURA 15	Canteiro suspenso da Dona Luci (grupo doméstico 1). Comunidade João Grande	88

FIGURA 16	Horta e canteiro do grupo doméstico 2. A. Horta protegida por tela. B. Canteiro suspenso com plantas medicinais da Dona Maria. Comunidade Caeté Cuera	89
FIGURA 17	Banheiro para banho, construído com palha seca da árvore de anajá, do grupo doméstico 2. Comunidade Caeté Cuera	90
FIGURA 18	A. Sanitário ou “privada” do grupo doméstico 2. B. Sanitário ou “privada” do grupo doméstico 3 (coberto por madeira)	91
FIGURA 19	Casa do forno do grupo doméstico 3. Comunidade Santa Rosa	92
FIGURA 20	Roça preparada para o plantio (grupo doméstico 2). Comunidade Caeté Cuera	96
FIGURA 21	Análise Participativa de Autonomia produtiva e alimentar do grupo doméstico 1. Graus de autonomia: 1 a 3 – baixa autonomia; 4 a 6 – média autonomia; 7 a 9 – elevada autonomia; e 10 – máxima autonomia	115
FIGURA 22	Análise Participativa de Autonomia produtiva e alimentar do grupo doméstico 2. Graus de autonomia: 1 a 3 – baixa autonomia; 4 a 6 – média autonomia; 7 a 9 – elevada autonomia; e 10 – máxima autonomia	115
FIGURA 23	Análise Participativa de Autonomia produtiva e alimentar do grupo doméstico 3. Graus de autonomia: 1 a 3 – baixa autonomia; 4 a 6 – média autonomia; 7 a 9 – elevada autonomia; e 10 – máxima autonomia	116

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Quantidade produzida de lavoura permanente e lavoura temporária no município de Viseu- PA, no ano de 2016	11
TABELA 2	Quantidade produzida de extração vegetal no município de Viseu- PA, no ano de 2016	11
TABELA 3	Quantidade produzida de efetivo dos rebanhos no município de Viseu- PA, no ano de 2016	12
TABELA 4	Oposição entre <i>centro e beira</i>	77
TABELA 5	Esquematização das etapas utilizadas no preparo e cultivo do solo, os meses do ano em que ocorrem e os meios de produção utilizados pelos grupos domésticos	98

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSS	Instituto Nacional de Seguro Social
DRP	Diagnóstico Rural Participativo
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ONGs	Organizações Não Governamentais
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
UFV	Universidade Federal de Viçosa

RESUMO

SANTOS, Daniel Silva do Carmo, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, abril de 2018.
Coprodução: Repensando o Trabalho Agrícola e a Relação Camponês-Natureza.
Orientador: Gustavo Bastos Braga.

Os segmentos camponeses apresentam formas de viver e produzir articuladas à natureza. Dessa forma, a relação camponês-natureza é entendida como um elemento fundamental para a sustentação da vida desses sujeitos sociais, configurando um processo de coprodução entre o social e o natural capaz de gerar meios de vida com autonomia produtiva e alimentar diante do sistema capitalista. Nesse sentido, esta pesquisa objetivou analisar a coprodução camponês-natureza e sua influência na dinâmica da paisagem dos agroecossistemas, na promoção de meios de vida e de autonomia produtiva e alimentar de grupos domésticos camponeses da Amazônia. Para isso, vivenciamos e compartilhamos experiências com três grupos domésticos camponeses do município de Viseu-PA, com a utilização de ferramentas do Diagnóstico Rural Participativo: 1) entrevistas semiestruturadas; 2) mapa da propriedade; 3) travessia ou caminhada transversal nas propriedades; 4) análise do fluxo de entradas e saídas de recursos diversos baseados nos princípios do método de *Entra e Sai* do DRP. Além disso, realizou-se a Análise Participativa de Autonomia, a fim de constatar os graus de autonomia produtiva e alimentar dos agroecossistemas em relação aos recursos externos aos mesmos. Percebemos que os três grupos domésticos desenvolvem meios de vida articulados ao conjunto de elementos disponibilizados pela natureza. Por meio da coprodução, um conjunto de elementos subjetivos (como reciprocidade, confiança e valores), concretamente estabelecidos a partir do saber-fazer, são repassados e atualizados entre gerações (avós, pais e filhos), configurando relações afetivas e a atualização de memórias. A coprodução, portanto, apresenta-se como a forma camponesa de fazer agricultura, expressando nos grupos domésticos uma agência produtiva, uma capacidade de autorregulação e trabalho, uma sabedoria inerente à tradição e às formas cotidianas de re-existir às visões homogeneizadoras de mundo propagadas pelo sistema capitalista. Com isso, constatou-se expressivos graus de autonomia produtiva e alimentar dos grupos domésticos em relação aos recursos externos aos seus agroecossistemas. Dessa forma, a coprodução permite a construção de uma soberania alimentar a partir da capacidade de agência dos grupos domésticos camponeses inerente às suas formas de sentir, pensar e se relacionar com a natureza e com o mundo em volta.

ABSTRACT

SANTOS, Daniel Silva do Carmo, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, April, 2018.
Coproduction: Rethinking Agricultural Work and the Peasant-Nature Relationship.
Advisor: Gustavo Bastos Braga.

The peasant present ways of living and producing more articulated with nature. Thus, the peasant-nature relationship is understood as a fundamental element for sustaining the life of these social subjects, configuring a process of coproduction between the dimensions social and natural capable of generating livelihoods with productive and more food autonomy in the capitalist system. In this sense, this research aimed to analyze peasant-nature coproduction and its influence on the dynamics of the agro-ecosystem landscape, the promotion of livelihoods and productive and food autonomy of peasant domestic groups in the Amazon. To do this, we lived and shared experiences with three domestic peasant groups in the municipality of Viséu-PA, using the tools of Participatory Rural Diagnosis: 1) semi-structured interviews; 2) map of the property; 3) traverse or cross walk on the properties; 4) analysis of the inflow and outflow of miscellaneous resources based on the principles of the Enter and Exit method of DRP. In addition, the Participative Analysis of Autonomy was carried out, in order to verify the degrees of production and food autonomy of agroecosystems in relation to resources external. We perceived that the three domestic groups develop articulated livelihoods to the set of elements made available by nature. Through coproduction, a set of subjective elements (such as reciprocity, trust and values), concretely established from the know-how, are passed on and updated between generations (grandparents, parents and children), configuring affective relations and the updating of memories. The coproduction, therefore, presents itself as the peasant form of agriculture, expressing in the domestic groups a productive agency, a capacity for self-regulation and work, a wisdom inherent in tradition and the daily forms of re-existence to the homogenizing views of the world propagated by the capitalist system. As a result, there were significant levels of production and food autonomy of domestic groups in relation to external resources to their agroecosystems. In this way, coproduction allows the construction of a food sovereignty with agency capacity of the peasant domestic groups inherent in their ways of feeling, thinking and relating to nature and the world around them.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	1	
2.	PROBLEMA DE PESQUISA E JUSTIFICATIVA	8	
3.	OBJETIVOS	9	
3.1.	Objetivo geral	9	
3.2.	Objetivos específicos	9	
4.	METODOLOGIA	9	
4.1	Área de estudo	9	
4.2	Procedimentos metodológicos	12	
4.3	A trajetória da pesquisa	16	
5.	CAMPESINATO: DO PESSIMISMO TEÓRICO À REPRODUÇÃO SOCIAL	21	
5.1	Introdução	21	
5.2	O campesinato das abordagens clássicas	22	
5.3	O campesinato como ordem moral: uma característica de re-existência	25	
5.4	O campesinato na atualidade: a luta por autonomia.....	27	
5.5	O campesinato como reivindicação agroecológica.....	30	
5.6	Considerações Finais	33	
6.	TRAJETÓRIAS SOCIAIS E MEIOS DE VIDA DOS GRUPOS DOMÉSTICOS DA	AMAZÔNIA	34
6.1	Introdução	34	
6.2	O que são Meios de Vida?	37	
6.3	Os grupos domésticos: entendendo o passado e seus meios de vida.....	42	
6.3.1	GRUPO DOMÉSTICO 1: SR. MIGUEL E DONA LUCI	42	
6.3.2	GRUPO DOMÉSTICO 2: DONA AUGUSTA E DONA MARIA	48	
6.3.3	GRUPO DOMÉSTICO 3: SR. PAULO E DONA MARINEUZA.....	51	
6.4	“Deus me deu essa terra”: a conquista da terra e o fortalecimento de meios de vida	57	
6.5	Considerações Finais	65	
7.	COPRODUÇÃO: A FORMA CAMPONESA DE FAZER AGRICULTURA	67	
7.1	Introdução	67	
7.2	Entendendo o presente e a conformação dos seus meios de vida	69	
7.3	Tecido social, identidade e Bem Viver	72	

7.4 Os agroecossistemas familiares e seus elementos de coprodução com a natureza	77
7.5 O preparo da roça: coprodução entre o ser humano e a natureza.....	92
7.6 Do “mato” à lavoura: a transformação da paisagem pelo trabalho camponês	94
7.7 Considerações Finais	105
8. AUTONOMIA: A CONDIÇÃO PARA A REPRODUÇÃO SOCIAL DO CAMPESinATO	107
8.1 Introdução	107
8.2 A importância da coprodução na luta por autonomia	109
8.3 A autonomia produtiva e alimentar dos grupos domésticos da Amazônia .	114
8.4 Considerações Finais	122
9. CONCLUSÕES	124
10. REFERÊNCIAS	126

1. INTRODUÇÃO

Abordagens consideradas atrasadas ressurgem como inspirações científicas e apostas práticas para orientar caminhos duradouros para a relação humana com a natureza e de possibilidades de Bem Viver¹. Dentre estas abordagens encontra-se a que se refere ao campesinato, que incorporam importantes elementos nas formas de produzir que podem indicar alternativas aos processos contraditórios que a agricultura moderna e o sistema capitalista em geral provocam. Com isso, o termo *camponês* apresenta uma relevância política e histórica de resistência dos segmentos desfavorecidos do campo.

O termo *camponês*, no Brasil, diferente de outros países, foi substituído por lavrador, trabalhador rural, pequeno produtor e, mais recentemente, por agricultor familiar (SILVA, 2007). O termo “agricultura familiar” surgiu na década de 1990, sobretudo com a criação de políticas públicas voltadas para este segmento. Desde então a terminologia vem sendo frequentemente utilizada (WANDERLEY, 2004). No entanto, os termos *camponês* e *agricultor familiar* estão em disputa. No cenário de grupos sociais presentes no meio rural, tais categorias representam distintos enfoques e abordagens referentes a diferentes paradigmas hegemônico e contra hegemônico. De acordo com Fernandes (2001), os teóricos da agricultura familiar defendem que o agricultor familiar, ao contrário do camponês, utiliza recursos técnicos e está altamente integrado ao mercado. Isto significa admitir que toda agricultura camponesa é familiar, mas nem toda agricultura familiar é camponesa. A agricultura familiar não camponesa é, segundo Ploeg (2006), a agricultura empresarial. Este autor afirma que a agricultura familiar abrange a forma camponesa e a forma empresarial de se fazer a agricultura, havendo interconexões entre os grupos que, simbolicamente, a ideia de campenidade proposta por Woortmann (1990) seja útil para compreendermos pontos conectores, discussão realizada no primeiro capítulo.

As duas categorias de agricultura familiar seguem trajetórias e simbologias distintas. Enquanto a agricultura camponesa destaca um “modo de vida”, a agricultura familiar foi pensada sob a perspectiva de mercado (ABRAMOVAY, 1992). Segundo Wanderley (1999), o modo de vida é o patrimônio que o camponês transmite às suas gerações, possuindo uma cultura própria, referente a uma tradição das regras de parentesco, de herança e das formas de vida local, entre outros. De acordo com a mesma autora, o camponês transmite de geração a geração

¹ O termo “Bem viver” é uma adaptação da cosmovisão ameríndia ancestral, muito utilizado na Bolívia e Equador, relacionada a uma forte ligação com a terra e com o território sob uma relação equilibrada ser humano-natureza, concepção reivindicatória e alternativa a ideia capitalista de “desenvolvimento”. Para mais informações ver Acosta (2016).

os saberes relacionados às decisões de alocação dos recursos, principalmente do trabalho familiar, bem como a maneira como o consumo da família deverá ser diferido no tempo.

Ao longo da história da agricultura no mundo, o campesinato é tratado como resíduo de um processo linear de modernização da agricultura, fadado a desaparecer, de acordo com estudos de teóricos como Lênin (1982) e Kautsky (1986). No Brasil, o caipira, o colono, o ribeirinho, o índio, o quilombola e tantos outros que fazem parte desse fenômeno multifacetado não possuem lugar no mundo moderno, subjugados e constantemente associados ao atraso, vistos como redutos de uma realidade que precisa ser transformada, para dar lugar à ampliação do processo de modernização da agricultura. Mas como explicar a permanência desses sujeitos sociais face às grandes transformações de um intenso processo homogeneizador e fundante do modelo da agricultura moderna?

Apesar da feroz capacidade da modernização agrícola do sistema capitalista hegemônico que, muitas vezes, é capaz de desestruturar as relações e os meios de vida de amplas parcelas das populações rurais, nota-se a persistente re-existência de camponeses enquanto sujeitos que possuem um jeito próprio de vida, de organização sociocultural, política, econômica e ecológica. A existência de camponeses em diferentes regiões do mundo é a própria personificação da crítica ao sistema neoliberal.

No contexto histórico brasileiro, o campesinato surge de um processo político e social marcado pela imposição de hierarquias e perversos sistemas de exploração deste grupo social. Entretanto, ao mesmo tempo, o campesinato é resultado de luta e resistência a estas mesmas condições. Alguns extratos sociais do campesinato, além da defesa dos direitos à terra e de outros meios de produção, possuem em comum a resistência pela sobrevivência, perspectiva que Porto-Gonçalves (2002) qualifica de *re-existência*, ou seja, a luta pela sobrevivência de um jeito próprio de se inserir nos processos sociais em meio às estruturas de poder, que determinam um modo único de viver e pensar.

Por isto, apesar do termo *camponês* ser tratado de forma pejorativa pela perspectiva capitalista presente em várias abordagens, como sendo representante do atraso e do arcaico, o mesmo é carregado de uma conotação política e de reivindicação às históricas injustiças a que este grupo social está submetido (MARTINS, 1981). Dessa forma, o termo *agricultura familiar* não surge apenas como decorrente de uma terminologia de políticas públicas, mas também como uma forma de despolitizar os camponeses em torno de uma identidade reivindicatória.

Por um lado, esse segmento social do campo foi reconhecido politicamente através do termo *agricultura familiar* (WANDERLEY, 2004). Porém, tal reconhecimento remete-se apenas a uma esfera normativa de acesso à políticas públicas, como o Pronaf, e, de certa forma,

exclui uma série de atores rurais que não se enquadram à tipologia proposta pela lei da agricultura familiar, mas os excluídos são reconhecidos como camponeses. Por outro lado, o termo *agricultor familiar* foi introduzido para substituir o termo *camponês*, mas não se insere com a conotação de luta e reivindicação que é atribuído a este no contexto histórico dos trabalhadores rurais, tendenciado a despolitizar as reivindicações dessa categoria em torno da identidade do termo substituído, sob a lógica do agricultor moderno.

Essa realidade de luta é reflexo da atuação do modelo capitalista no meio rural brasileiro, com a lógica do trabalho assalariado, desenvolvendo-se principalmente pela fusão, em um só indivíduo, do capitalista e do proprietário de terra, baseada no trabalho assalariado e nos arrendamentos (SILVA, 1984, 1996). Tal modelo teve origem na passagem do trabalho escravo para o trabalho "livre", aprofundando-se durante o tempo e consolidando-se após o golpe militar de 1964, período de intensa expropriação e expulsão de colonos de suas terras (MARTINS, 1981), fase de transformação da agricultura por meio de sua modernização, protagonizada pela Revolução Verde (SILVA, 1996).

A continuidade dessa específica existência social leva a afirmar que o campesinato brasileiro é produto das contradições da expansão capitalista. Isto porque se os camponeses ficarem atrelados às regulações do mercado, uma das condições *sine qua non* da reprodução do capital, eles desaparecerão. Para manter sua reprodução social, os camponeses desenvolvem meios de vida estratégicos em seus territórios que conferem a eles resiliência e resistência ao mercado e, portanto, ao modo de produção capitalista. Considera-se como *meios de vida*² todo o conjunto variável de recursos, tais como terra, trabalho, vegetação, conhecimento, tecnologia, mecanismos variados de produção de alimentos, relações interpessoais, entre outros (HEBINCK, 2007; ELLIS, 2000), acessados e utilizados de distintas formas a fim de garantir a reprodução sociocultural dos indivíduos.

Os meios de vida dos camponeses geralmente são delineados por relações articuladas em seus territórios. Dentre estas relações estão aquelas que permitem a produção para autoconsumo (GAZOLLA e SCHNEIDER, 2007), vínculos locais que caracterizam relações de solidariedade, relação cooperativa com a natureza e etc. (FABRINI, 2012). Estas relações permitem maior autonomia em relação aos mercados regulados pelas grandes empresas de

² O termo *meios de vida* é geralmente confundido ou tratado como sinônimo de *modo de vida*, relação que incorre em equívocos. Enquanto *meios de vida* refere-se às estratégias que os indivíduos sociais desenvolvem e utilizam para viverem, o *modo de vida*, segundo Braga, Fiúza e Remoaldo (2017), caracteriza-se por uma perspectiva culturalista, associada à concepção foucautiana de *mode de vie*. Nesse sentido, a utilização de “meios” e “modo” como sinônimos é um equívoco conceitual.

insumos agrícolas e indústrias de alimentos (que determinam o que produzir, como produzir e o quanto produzir); por isso os camponeses são invisibilizados e, ao mesmo tempo, tratados pelo capital com violência e subordinação.

Esse modelo predominante de mercado, fortemente centralizado em um conjunto de grandes empresas de processamento e produção de alimentos, que fazem parte de um ordenamento dominante expressado pelo agronegócio, leis estatais, modelos científicos de pensamento e tecnologia, etc., é definido por Ploeg (2008) como *Impérios Alimentares*. A luta constante por autonomia em relação às estruturas monopolizadoras dos Impérios Alimentares e seus pacotes tecnológicos pode ser considerado o principal elemento definidor da reprodução sociocultural do campesinato na atualidade. Todas essas estratégias de sobrevivência e autonomia construídas por este grupo social, que apresenta diferentes características, podem ser compreendidas como meios de vida (*livelihoods*) (ELLIS, 2000).

No Brasil e em outras partes do mundo não é diferente, contrariamente ao que é propagado sobre a existência do campesinato como um passado praticamente superado pelas grandes corporações de produção agrícola, o mesmo está presente nas mais diversas realidades e com uma fonte de saberes potenciais para colaborar no enfrentamento de crises socioambientais e alimentares que o mundo contemporâneo vem sofrendo. Isso é possível devido à estreita relação dos camponeses com a natureza baseada em uma racionalidade ecológica (TOLEDO, 1993), refletindo em formas de produção menos impactante ao meio ambiente. São atributos como estes que faz dos segmentos camponeses a base da Agroecologia (ALTIERI, 1989; GLIESSMAN, 1990), a qual valoriza os saberes, a cultura e a relação que esses sujeitos estabelecem com a natureza, tornando-se instrumento de luta e de processos de recampesinização³. Isso demonstra que os camponeses não somente re-existem, como são capazes de produzir alimentos saudáveis por meio do uso sustentável dos recursos naturais, criando e fortalecendo novas inter-relações com a sociedade como um todo (PLOEG, 2008).

De acordo com Silva (2007), o campesinato possui uma dimensão ecológica relativa aos modos de apropriação da natureza inserida na sua cultura, na sua racionalidade econômica e nas suas formas de relação com o espaço. Nesta perspectiva, Guzmán e Montiel (2009)

³ A *recampesinização* refere-se a um conjunto de fenômenos rurais de resistência dos segmentos camponeses – como as migrações do urbano para o rural e a conversão de sistemas agrícolas convencionais para sistemas agrícolas sustentáveis –, que existem e se reproduzem por meio de estratégias em um mundo de privações e dependência. Sobre a *recampesinização*, Ploeg (2008, p. 23) destaca que esse processo implica um aumento quantitativo: o número de camponeses aumenta por meio migrações para o campo e pela reconversão de agricultores empresariais em camponeses; e uma mudança qualitativa: a autonomia dos camponeses cresce e as atividades produtivas tornam-se menos dependentes das lógicas dos mercados.

destacam que a apropriação camponesa da natureza é orientada a partir de uma noção de coevolução social e ecológica, mediante a articulação de elementos da natureza que se traduzem em seus usos múltiplos, possibilitando o desenvolvimento de processos de produção e reprodução sociais, culturais e econômicos sustentáveis.

Ploeg (2006, 2008, 2009) aborda essa relação camponês-natureza utilizando o termo *coprodução*. A coprodução orienta-se por uma mútua interação de elementos articulados entre o social e o natural (PLOEG, 2008), modelando a dinâmica das paisagens rurais de famílias camponesas por meio do estabelecimento de uma racionalidade ecológica (TOLEDO, 1993). Entretanto, é preciso destacar que, em geral, um número expressivo de pessoas utilizando pouca terra tende a fragilizar esta relação, o que irá comprometer também os meios de vida, decorrente de um uso excessivo do espaço físico diante da capacidade de suporte do mesmo. Isto pode resultar em enfraquecimento das condições ideais de vida destes grupos sociais, fator que requer a democratização da terra.

A articulação mútua de elementos da natureza, a principal característica da produção agrícola camponesa, é conduzida respeitando as condições do ambiente por meio da diversidade de cultivos articulada à diversidade florestal. De acordo com Altieri (2010), o predomínio de cultivos complexos e diversificados tem uma importância central para a estabilidade dos sistemas agrícolas camponeses, permitindo, mesmo em condições de estresse ambiental, que os cultivos cheguem a níveis de produtividade aceitáveis. Portanto, a forma camponesa de fazer agricultura necessita e possibilita a diversificação da paisagem agrícola, o que assegura a adaptação e resiliência dos agroecossistemas camponeses a estresses ambientais (ALTIERI, 2010).

Ao mesmo tempo, esta diversificação produtiva da paisagem possibilita resiliência social às famílias camponesas. Estas, a fim de manter e ampliar os seus meios de vida como forma de resistência e resiliência, perseguem diferentes estratégias (ELLIS, 2000). A resiliência é estimulada pela diversificação da paisagem e das estratégias de melhoria das condições de vida a partir da coprodução. As bases de produção camponesa fundamentadas na relação coprodutiva com a natureza permite aos próprios sujeitos maior resiliência frente às crises e vulnerabilidades, seja do ponto de vista econômico, social e ambiental, e fortalece os seus meios de vida através de graus de autonomia às regulações dos Impérios Alimentares.

A diversificação da paisagem é proveniente de um conjunto de práticas que conservam a agrobiodiversidade, mantidas por meio de uma memória biocultural de cada realidade local, estabelecendo um elo mutuamente dependente e coevolutivo entre a agricultura e a natureza, materializando-se em diversidade biológica e diversidade cultural (TOLEDO e BARRERA-

BASSOLS, 2008). Com isso, a agricultura camponesa tende a desenvolver sistemas de produção heterogêneos e autônomos em relação aos pacotes tecnológicos dos Impérios Alimentares, que monopolizam os meios de produção, incentivam a homogeneização da agricultura e, conseqüentemente, da paisagem, e promovem a ruptura e o desperdício dos saberes tradicionais. A conservação da agrobiodiversidade e a paisagem diversificada são frutos da mútua cooperação do ser humano com a natureza, regida por uma relação de coprodução que, ao contrário da concepção do difusionismo tecnológico, delega ao camponês, segundo Hebinck (2007), o papel de agente dos seus meios de produção, mobilização e definição de recursos sociais e naturais.

Por meio da coprodução, o capital ecológico⁴, entendido como todos os bens que a natureza dispõe, permite a sobrevivência do ser humano e, ao mesmo tempo, gera serviços ecossistêmicos, que são os benefícios e as bondades que a natureza proporciona ao ser humano. Esses benefícios são os meios e os insumos que as famílias camponesas utilizam para viver e manter, em especial, suas atividades agrícolas, podendo ampliar o capital ecológico por meio de sua retroalimentação (coprodução). Estes benefícios compõem as formas camponesas de fazer agricultura.

Portanto, a coprodução é um processo de produção agrícola que objetiva atender aos interesses e às expectativas das famílias camponesas de forma mais autônoma em relação ao mercado (PLOEG, 2014). Isso se configura em estratégias de resistência que possibilitam a redução da dependência de insumos externos, o que leva também à maior autonomia e resiliência social em relação aos padrões de mercado. Na perspectiva de Ploeg (2008), o manejo de uma base de recursos autocontrolada garante aos camponeses certa autonomia em ambientes hostis. A luta pela autonomia torna-se central para a “condição camponesa” em uma sociedade de mercado que condena as pessoas à submissão, em que os seus meios de vida sofrem constantes ameaças de deterioração (PLOEG, 2006, 2008).

A coprodução, a paisagem, a resiliência e a autonomia constituem a base dos meios de vida dos camponeses e podem ser observados nas mais diversas realidades, assumindo muitas formas devido às particularidades do tempo e do espaço. No cenário das múltiplas e complexas realidades brasileiras, a região amazônica possui muitas peculiaridades e uma forte memória biocultural, bases para o desenvolvimento desse estudo.

⁴ Compreende-se por capital ecológico todos os recursos que a natureza dispõe a sobrevivência do ser humano. Esses recursos são os meios e insumos que as famílias camponesas utilizam para viver e manter, em especial, suas atividades agrícolas, podendo, dependendo da coprodução, ampliar o capital ecológico por meio de sua retroalimentação (PLOEG, 2008).

Na região Amazônica encontram-se índios, caboclos, pescadores artesanais, remanescentes de comunidades de quilombos, seringueiros e muitos outros grupos, o que tem possibilitado a emergência de um histórico de conflitos territoriais e socioambientais, principalmente decorrentes da exploração dos recursos naturais. Estes conflitos têm sido provocados, essencialmente, pela hegemônica perspectiva de desenvolvimento capitalista (LIMA e PEREIRA, 2007; TEISSERENC, 2010). Os camponeses desta região possuem formas particulares de perceber e lidar com os ambientes amazônicos, complexos e diversos, que variam de várzea à terra firme (PORTO-GONÇALVES, 2001).

Essa região, assim como tantas outras no mundo, apresenta processos de re-existência do campesinato. Esses processos se traduzem também pela coprodução desses camponeses com a natureza, apresentando distintas e semelhantes formas de diversificar a paisagem, determinando menor ou maior grau de autonomia e de estratégias de meios de vida. Sob a perspectiva da coprodução, Hebinck (2007) ressalta que muitos padrões diferentes de coprodução surgem e podem coexistir, podendo ser sustentáveis, socialmente e ecologicamente desejáveis, e, ou, insustentáveis, socialmente e ecologicamente indesejáveis. Contudo, apesar dos diversos estudos científicos sobre as formas camponesas de fazer agricultura, ainda há pouco entendimento da relação camponês-natureza e como essa relação coprodutiva proporciona meios de vida com maior autonomia em relação à lógica empresarial de agricultura.

Diante disso, essa pesquisa objetivou avaliar os meios de vida de grupos domésticos camponeses, sustentados por uma relação de coprodução com a natureza que tende a diversificar a paisagem dos agroecossistemas e gerar espaços de autonomia produtiva e alimentar em relação às regulações do mercado. Além disso, objetivou também compreender a subjetividade que há no trabalho agrícola desses grupos domésticos, conduzido por saberes repassados e atualizados a cada geração, expressando a forma como esses sujeitos sociais se relacionam entre si e com a natureza. O trabalho foi desenvolvido em Viseu, Pará, região amazônica, devido as especificidades e a riqueza biocultural locais.

Essa dissertação foi estruturada em quatro capítulos. O primeiro capítulo abordará brevemente o lugar do campesinato na atualidade, destacando a sua reprodução social por meio da luta por autonomia, que é construída, também, pela relação de coprodução com a natureza. O segundo capítulo abordará a trajetória de vida dos grupos domésticos estudados, revelando os meios de vida delineados nesse processo, como a ocorrência de fluxos migratórios e a conquista da terra, além dos elementos que podem representar uma “ordem moral” em suas relações sociais. O terceiro capítulo discute com maior ênfase a relação de coprodução desses grupos domésticos com a natureza, destacando uma racionalidade ecológica inerente ao saber-

fazer agrícola. O quarto e último capítulo discute os graus de autonomia produtiva e alimentar dos grupos domésticos em relação aos recursos produtivos externos às propriedades (insumos, agrotóxico, força de trabalho, etc.), destacando elementos que possibilitam maior compreensão do lugar do campesinato na atualidade.

2. PROBLEMA DE PESQUISA E JUSTIFICATIVA

O modelo globalizado dos mercados agrícolas (Impérios Alimentares) determina a lógica de produção e os meios tecnológicos que devem ser empregados nos sistemas produtivos do campo, estabelecendo o modelo de agricultura empresarial como o tipo ideal de agricultura a ser seguida, visando a superação do “atraso”. Nesse contexto, é invisibilizada uma gama de práticas tradicionais dos camponeses que são associadas às dinâmicas da natureza, havendo um desperdício de seus saberes face à lógica moderna de agricultura propagada pela Revolução Verde.

Apesar de a concepção capitalista negar a reprodução social do campesinato e tratá-lo como um segmento que não tem lugar no futuro, esse segmento social re-existe e adapta-se à expansão do capitalismo utilizando estratégias relacionadas aos seus saberes e à sua estreita relação com a natureza. Com isso, é preciso elucidar estratégias produtivas empregadas pelos camponeses dentro do contexto onde se inserem, com a possibilidade de levantar importantes elementos que caracterizam a relação de coprodução entre esses atores e a natureza, bem como a influência e importância dessa coprodução na paisagem, diversificação dos meios de vida e na promoção da autonomia produtiva e alimentar em relação aos mercados.

O estudo de diferentes formas de coprodução pode contribuir para a reflexão sobre a conservação da agrobiodiversidade, que se constitui, sobretudo, em um patrimônio genético importante para a manutenção de atividades agrícolas das famílias camponesas e para a preservação da memória biocultural dos diversos ecossistemas locais. O entendimento da realidade agrícola desse segmento rural, em particular do trabalho e dos meios de produção empregados por estes atores, pode levantar elementos sobre seus conhecimentos que irão/poderão trazer novas indagações reflexivas no campo científico e no campo das políticas públicas. Entender a coprodução dos camponeses com a natureza significa reconhecer e refletir sobre os seus meios de vida desatrelados de pacotes tecnológicos que representam a desconsideração da diversidade de saberes, cultivos e relações socioculturais.

Portanto, a participação dos camponeses como sujeitos ativos na construção de conhecimento é primordial na transição para um novo paradigma que horizontalize as relações

entre seres humanos e a natureza. É importante conhecer e avaliar os meios e as estratégias de sobrevivência destes sujeitos, pois os mesmos devem estar no centro das soluções atribuídas às problemáticas relacionadas aos seus meios de vida, buscando novos contornos de adaptação ambiental e socioeconômica a partir das concepções e ações dos próprios atores.

3. OBJETIVOS

3.1. Objetivo geral

A pesquisa objetivou analisar a coprodução camponês-natureza e sua influência na dinâmica da paisagem dos agroecossistemas, na promoção e estruturação dos meios de vida e de autonomia produtiva e alimentar de grupos domésticos camponeses da Amazônia.

3.2. Objetivos específicos

- i. Refletir o lugar do campesinato na atualidade;
- ii. Analisar a trajetória de vida dos grupos domésticos e revelar os meios de vida delineados nesse processo;
- iii. Analisar os efeitos da coprodução na paisagem dos agroecossistemas e nas estratégias produtivas dos camponeses para o desenvolvimento de seus meios de vida;
- iv. Analisar os efeitos da coprodução nos graus de autonomia produtiva e alimentar dos grupos domésticos.

4. METODOLOGIA

4.1 Área de estudo

A região selecionada para a pesquisa foi o município de Viseu, localizado no Estado do Pará, na região amazônica (Figura 1). O município de Viseu pertence à região norte, no Estado Pará, Mesorregião Nordeste Paraense e Microrregião Guamá. Possui uma unidade territorial de 4.915,073 km² (IBGE, 2016). O município faz parte da Amazônia Legal, cenário de uma agricultura camponesa multifacetada. Segundo dados do censo de 2010 (IBGE, 2010), o município de Viseu-PA possuía uma população de 56.716 habitantes em 2010, com densidade demográfica de 11,54 hab/km². A população estimada em 2017 é de 59.735 habitantes (IBGE, 2016). O número de agricultores familiares⁵ é 2.564 (IBGE, 2006). No município de Viseu-PA, a pesquisa foi realizada com três grupos domésticos camponeses, especificamente das

⁵ Agricultores que se enquadram dentro das exigências descritas pela lei [nº 11.326, de 24 de julho de 2006](#).

comunidades Caeté Cuera, João Grande e Santa Rosa, selecionando-se um grupo doméstico em cada comunidade.

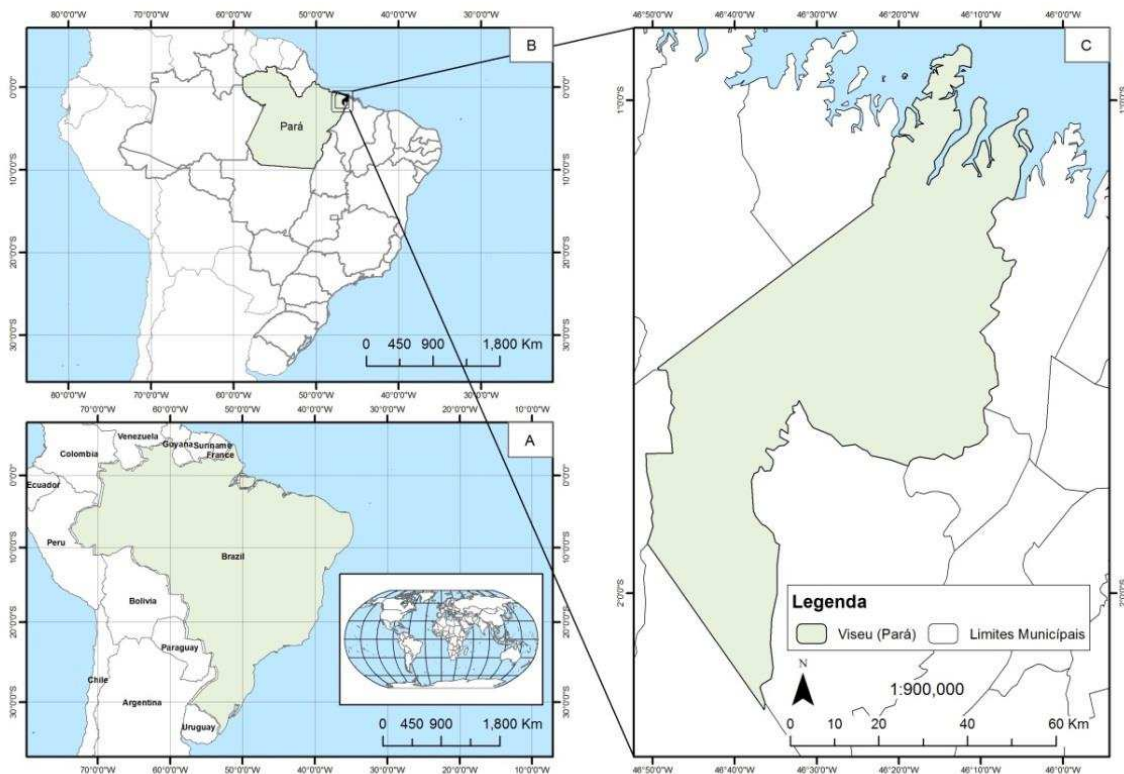


Figura 1: Localização do município de Viseu no Estado do Pará.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2017.

Segundo dados do *Censo Agropecuário* de 2006, o número de estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar é de 2.564, de um total de 3.020 estabelecimentos agropecuários. A área dos estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar é de 71,99 % (64.756 ha). Este município apresenta agricultores camponeses com características culturais e produtivas intrínsecas à realidade amazônica que, por sua vez, se distinguem de outras regiões do Brasil em aspectos culturais, ambientais e sociais. Entretanto, ao mesmo tempo, estes camponeses de distintas regiões possuem pontos em comum, principalmente em relação à natureza, que é elemento fundamental na reprodução social desses sujeitos.

Há necessidade de maiores estudos para elucidar a importância de elementos que constituem o cenário agrícola do município e de fomentos governamentais para o fortalecimento da agricultura familiar camponesa e do seu desenvolvimento sustentável. Este pode ser favorecido pelos recursos naturais que o município aporta e que são centrais na definição dos meios de vida das famílias rurais. Dentre os ecossistemas naturais predominantes

neste litoral, destacam-se os manguezais, as restingas, os campos naturais e remanescentes de florestas primárias (SANTOS e LISBOA, 2003).

A base da economia do município de Viseu são a pesca, a agricultura, a pecuária e o extrativismo. A produção de lavoura permanente na região durante o ano de 2016, com área destinada a colheita de 735 ha, foi de 7.000 toneladas de banana (cacho), 90 toneladas de laranja, 80 toneladas de limão, 30 toneladas de maracujá e 600 toneladas de pimenta-do-reino (Tabela 1). A produção de lavoura temporária, com um total de área plantada de 13.300 ha, apresentou 300 toneladas de arroz (em casca), 1.170 toneladas de feijão (em grão), 139.455 toneladas de mandioca, 160 toneladas de melancia e 1.800 toneladas de milho (em grão) (IBGE, 2016). A cultura da mandioca, em termos de produção, é a principal da região (Tabela 1).

Tabela 1: Quantidade produzida de lavoura permanente e lavoura temporária no município de Viseu- PA, no ano de 2016.

Quantidade produzida (Toneladas) – lavoura permanente					
	Banana (cacho)	Laranja	Limão	Maracujá	Pimenta-do-reino
Pará	504.907	191.287	39.788	21.338	35.845
Viseu (PA)	7.000	90	80	30	600
Quantidade produzida (Toneladas) – lavoura temporária					
	Arroz (em casca)	Feijão (em grão)	Mandioca	Melancia	Milho (em grão)
Pará	181.660	24.066	4.263.013	121.114	643.008
Viseu (PA)	300	1.170	139.455	160	1.800

Fonte: IBGE (2016)

As famílias do município de Viseu vivem, basicamente, da pesca, produção de mandioca e do extrativismo vegetal. Segundo dados do IBGE (2016), foram extraídos 121 toneladas de produtos alimentícios no geral, 100 toneladas de açaí (fruto), 120 toneladas de carvão vegetal, 10.000 metros cúbicos de lenha e 10.000 metros cúbicos de madeira em tora (Tabela 2).

Tabela 2: Quantidade produzida de extração vegetal no município de Viseu- PA, no ano de 2016.

Quantidade produzida na extração vegetal						
	Alimentícios (Toneladas)	Açaí (fruto) (Toneladas)	Carvão vegetal (Toneladas)	Lenha (Metros cúbicos)	Madeira em tora (Metros cúbicos)	Outros (Toneladas)
Pará	143.068	131.836	24.348	1.842.471	3.293.290	480
Viseu (PA)	121	100	120	10.000	10.000	20

Fonte: IBGE (2016)

O município possui também extensas áreas destinadas à pecuária, com o efetivo dos rebanhos (cabeças) em torno de 91.526 de cabeças bovinas, 4.050 bubalinos, 1.497 equinos, 2.300 suínos, 980 caprinos, 1.850 ovinos e um total de 28.500 galináceos (IBGE, 2016) (Tabela 3).

Tabela 3: Quantidade produzida de efetivo dos rebanhos no município de Viseu- PA, no ano de 2016.

Efetivo dos rebanhos (Cabeças)							
	Bovino	Bubalino	Equino	Suíno	Caprino	Ovino	Galináceos – total
Pará	20.476.783	519.586	380.845	636.859	80.965	280.063	26.378.888
Viseu (PA)	91.526	4.050	1.497	2.300	980	1.850	28.500

Fonte: IBGE (2016)

4.2 Procedimentos metodológicos

Essa pesquisa é um estudo de caso que nos fornece elementos sociais, econômicos, ambientais e culturais para compreender a realidade da agricultura familiar camponesa do Município de Viseu e, ao mesmo tempo, do contexto camponês da Amazônia, compreendendo que há características sociais, culturais e ambientais da realidade dos três grupos domésticos (parentesco + consanguinidade) que se estendem a outras realidades amazônicas, capazes de gerar novas respostas e indagações do conjunto societário do campesinato na atualidade. Godoy (1995, p. 25) considera que “o propósito fundamental do estudo de caso (como tipo de pesquisa) é analisar intensivamente uma dada unidade social”, considerando a particularidade para compreender dimensões mais amplas de uma realidade.

Dessa forma, para interpretações em profundidade, a particularidade dos indivíduos de cada grupo doméstico foi considerada, uma vez que cada sujeito possui propósitos e compreensões de mundo individuais que podem influenciar nas decisões e organização do conjunto do grupo doméstico. Nessa perspectiva, Godoy (1995) considera que o estudo de caso tem se tornado a estratégia preferida dos pesquisadores que buscam respostas às questões “como” e “por que” determinados fenômenos ocorrem dentro de algum contexto de vida real. Por esta razão, o pesquisador deve estar preparado para novos elementos que poderão surgir na pesquisa e que possuem influência na conjuntura social pesquisada.

O propósito deste estudo de caso é elucidar as dinâmicas produtivas desses núcleos domésticos, considerando suas relações sociais e seus aspectos culturais, a fim de ampliar o entendimento da coprodução entre camponês e natureza, desvendando estilos de agricultura sob

um conjunto de estratégias, experiências e tradições culturais que modelam os seus meios de vida, influenciados ou não, por fatores externos, como políticos e institucionais. Os grupos domésticos camponeses representam uma diversidade social, econômica, cultural e de recursos naturais do universo do campesinato, que a partir dos seus saberes, cultura e ambiente natural encontram as possibilidades de reprodução da vida, delineando meios de vida e experiências ao longo das gerações.

A pesquisa foi realizada com um grupo camponês, especialmente, por meio de princípios e procedimentos qualitativos de análise, fator que justifica o número de propriedades (três) camponesas avaliadas, a fim de abordar os resultados com maior profundidade e atingir os objetivos propostos. As metodologias qualitativas privilegiam análises de microprocessos por meio de ações sociais tanto a nível individual quanto grupal, unidades sociais que desafiam o investigador na realização de um intensivo exame dos dados, tanto em amplitude como em profundidade (MARTINS, 2004). Respondendo a questões muito particulares, a pesquisa qualitativa trabalha com um universo de significados (crenças, valores e atitudes), com base em um conjunto de técnicas que permitem descrever e codificar fatores que correspondem a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos (MINAYO, 2011).

A pesquisa também fez uso da revisão bibliográfica da análise documental, coleta de dados secundários como suporte de pesquisa e entendimento do contexto mais amplo da realidade onde os atores pesquisados estão inseridos, por meio de fontes como do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As técnicas que foram utilizadas em campo são referentes àquelas do Diagnóstico Rural Participativo (DRP). As técnicas do DRP permitem às próprias comunidades fazerem o próprio diagnóstico das suas realidades e comecem a autogerenciar o seu planejamento e desenvolvimento (VERDEJO, 2006). As técnicas do DRP possibilitam o levantamento de informações essenciais na análise das realidades dos pesquisados, precisamente os atores rurais.

Nessa pesquisa, as técnicas utilizadas do DRP foram: 1) entrevistas semiestruturadas⁶: buscou investigar os meios de vida desenvolvidos no decorrer da trajetória dos entrevistados até o presente momento, realizando-se gravações, transcrições e análise das falas dos

⁶ Nas entrevistas realizadas com os participantes, recorreremos ao território da memória desses sujeitos sociais a fim de entender os meios de vida desenvolvidos ao longo de suas trajetórias. Essas memórias nos levam a entender a relação dessas pessoas construída culturalmente com a natureza, configurando uma memória biocultural (TOLEDO e BARRERA-BASSOLS, 2008, 2009). Além disso, a memória remete ao conjunto de valores que estruturam uma ordem moral repassada e atualizada entre as gerações e que está na base das relações sociais, representando o *ethos* camponês desses sujeitos. Como nos fala Bosi (1993), o conjunto das lembranças também é resultado de uma construção social do grupo em que o indivíduo pertence, coexistindo elementos de escolha e rejeição referente ao que será recordado.

participantes; 2) mapa da propriedade (ANEXO 1): desenvolvido e ilustrado conjuntamente com os grupos domésticos e adaptado pelo *software* Corel Draw, a fim de identificar as benfeitorias, plantações, recursos naturais e outras informações que possibilitem compreender a dinâmica da paisagem dos agroecossistemas; 3) travessia ou caminhada transversal: utilizada para visualizar e complementar informações descritas no mapa, além de obter informações sobre os diversos componentes dos recursos naturais como as características do solo, a diversidade de cultivos, práticas realizadas pelos camponeses, construções rurais, entre outros; e 4) análise de fluxo de entradas e saídas, baseada nos princípios do método de *Entra e Sai*.

O *Entra e Sai* é uma técnica grafológica que possibilita a coleta de dados produtivos, econômicos e sociais, podendo ser elaborada a partir de desenhos ou representações gráficas, permitindo que os entrevistados reflitam de onde vêm os recursos externos e para onde vai o que é produzido (PEREIRA, 2000). Com a análise de fluxos, analisou-se as entradas e saídas de recursos diversos (como bens e insumos agrícolas e produtos alimentícios) em relação ao agroecossistema de cada propriedade, demonstrando os efeitos da coprodução na dinâmica dos recursos internos.

O último procedimento metodológico foi o desenvolvimento da Análise Participativa de Autonomia em relação aos recursos externos da unidade familiar, que possibilitou ilustrar a autonomia dos grupos domésticos camponeses e a importância que a coprodução desempenha nesse processo. Esta análise foi feita a partir da adaptação da metodologia proposta por Altieri e Nicolls (2002b) para a análise participativa de agroecossistemas. A adaptação foi realizada em parceria com o estudo de Lopes (2017), o qual foi conduzido com famílias camponesas da Zona da Mata mineira em diferentes níveis de transição agroecológica. Na avaliação dos agroecossistemas utiliza-se indicadores que, após receberem um determinado valor, são representados no diagrama tipo ameiba (ALTIERI e NICOLLS, 2002b). Segundo estes autores, quanto maior o diâmetro do círculo mais sustentável é o sistema, que representará, na presente pesquisa, graus de autonomia produtiva e alimentar dos grupos domésticos camponeses em relação a fatores externos as suas propriedades (Figura 2).



Figura 2: Exemplo da Análise Participativa de Autonomia. Grau de autonomia do Grupo Doméstico.

Os fatores (indicadores) adaptados para o diagrama buscarão compreender os níveis de autonomia dos grupos domésticos em relação à aquisição (ou não) de alimentos e insumos produtivos externos ao agroecossistema, ou seja, aqueles mais representativos para os camponeses (como produtos extrativistas e farinha de mandioca), bem como aqueles difundidos pela Revolução Verde (como insumos químicos e agrotóxicos), totalizando doze indicadores. Cada indicador recebeu dos entrevistados uma pontuação que variou de 1 a 10, indicando graus de autonomia dos agroecossistemas estudados em relação aos recursos produtivos e alimentares externos (mercados e outros meios). Dessa maneira, os graus de autonomia foram definidos da seguinte forma: 1 a 3 – baixa autonomia; 4 a 6 – média autonomia; 7 a 9 – elevada autonomia; e 10 – máxima autonomia (ANEXO 2).

A pesquisa fez uso de gravador, para registrar todos os elementos relevantes elencados nas falas dos pesquisados; registros audiovisuais, em que os agricultores camponeses expuseram suas interpretações em relação ao ambiente natural de suas propriedades e os objetivos de suas práticas produtivas empregadas; caderno de campo, ferramenta imprescindível para o registro das falas, observações e reflexões relevantes referentes às dinâmicas socioculturais e produtivas das famílias, e aplicação de questionário para o levantamento de informações socioeconômicas (ANEXO 3).

A pesquisa em campo foi respaldada pelo “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” (ANEXO 4), fornecido aos grupos domésticos, cuja autorização em aplicar tais

procedimentos metodológicos propostos foi registrada por meio de assinaturas dos (das) entrevistados (as). O “Termo de Consentimento Livre Esclarecido” foi impresso em duas vias originais, sendo que uma foi arquivada pelo pesquisador responsável, no Departamento de Economia Rural/UFV, e a outra foi fornecida ao (à) entrevistado (a). Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa, e depois serão destruídos. A identidade dos (das) entrevistados (as) foi tratada com padrões profissionais, atendendo à Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, utilizando-se as informações somente para fins acadêmicos e científicos.

4.3 A trajetória da pesquisa

Essa pesquisa é fruto de inquietações a respeito da reprodução social do campesinato, principalmente quando, na atualidade, os espaços acadêmicos são monopolizados por concepções contrárias à sua existência. Falar de campesinato em ambientes de pesquisa é uma forma de resistência, principalmente naqueles que possuem uma trajetória pautada no fortalecimento da ideologia da modernização do campo, potencializando o agronegócio, fruto de uma raiz escravocrata e monopolizadora de terras no território brasileiro. Para os idealistas da modernização agrícola (conservadora e parcial), o campesinato não tem lugar no campo e nem nos espaços acadêmicos.

É estranho chegar nesses espaços que negam a existência de uma realidade da qual pessoas, como eu, são oriundas. É uma realidade muito vasta e diversa para ser silenciada e desconsiderada, principalmente em um período em que a construção da sustentabilidade está sendo pautada nas formas de viver dos povos indígenas e camponeses. Com isso, é preciso dar lugar e credibilidade às experiências, saberes e iniciativas alternativas que são desperdiçadas pela tradição ocidental científica e filosófica, que Boavetura de Souza Santos (2002) define como *razão indolente*. Sobre o desperdício e desconsideração de alternativas, Santos (2002, p. 238) considera que:

Para combater o desperdício da experiência social, não basta propor um outro tipo de ciência social. Mais do que isso, é necessário propor um modelo diferente de racionalidade. Sem uma crítica do modelo de racionalidade ocidental dominante pelo menos durante duzentos anos, todas as propostas apresentadas pela nova análise social, por mais alternativas que se julguem, tenderão a reproduzir o mesmo efeito de ocultação e descrédito (SANTOS, 2002, p. 238).

As interpretações, presente nos estudos clássicos, com ênfase na ideia de que o campesinato não possuía capacidade de agência e organização social, justificam a

institucionalização de um pensamento que considera esses sujeitos sociais como sinônimo de “atraso”, refletindo em sua invisibilidade em relação às políticas públicas, que em 500 anos de história do Brasil uma parte desse segmento só foi contemplada a partir da década de 1990. As interpretações de “atraso”, associadas à forma camponesa de fazer agricultura articulada à natureza, parte da idealização do modelo de agricultor empresário (produtor) como a representação de “avanço”.

Maria Isaura Pereira de Queiroz (1973) interpretou por esse ângulo o fato de os sitiantes tradicionais de Itapiranga-SP perderem o contato com o mercado e se “isolarem” na mata. A autora identifica o aumento da miséria quando os sitiantes se “isolam” na mata; segundo ela, quando vinculados aos mercados, recebiam financeiramente pelo carvão e acessavam outros bens nas cidades. A volta à mata significou, para ela, atraso, afirmando que o termo que definia esses grupos após essa desarticulação com o mercado era “miséria”. Em vez de atraso e miséria, esta realidade poderia suscitar outras interpretações por meio de um olhar endógeno, como, por exemplo, a de perceber a mata como a base da reprodução social dos grupos domésticos diante das espoliações das estruturas do mercado; ou mesmo novos mecanismos para a reconstrução da autonomia desses sujeitos; ou mesmo a criação de outros mercados por meio da comercialização de novos bens agrícolas.

Estudos semelhantes da sociologia rural sobre os segmentos camponeses do Brasil contribuíram com o fortalecimento dos estigmas de atraso, escassez e miséria a respeito desses sujeitos sociais, desconsiderando seus códigos de conhecimento e percepções de mundo. A esse respeito, Martins (2000) destaca que construiu-se uma sociologia baseada na visão de como os sociólogos acreditavam que deveria ser o rural em vez de perceberem o rural a partir do que as populações eram em si, aberta a entender os efeitos perversos que a modernização acarreta. Assim, Martins (2000, p. 32) ressalta:

Por muito tempo e para muitos, a sociologia rural foi mais uma sociologia da ocupação agrícola e da produtividade do que uma sociologia propriamente rural. Mais uma sociologia das perturbações do agrícola pelo rural do que uma sociologia de um modo de ser e de um modo de viver mediados por uma maneira singular de inserção nos processos sociais e no processo histórico. Não raro, o mundo rural tornou-se objeto de estudo e de interesse dos sociólogos rurais pelo “lado negativo”, por aquilo que parecia incongruente com as fantasias da modernidade. Não por aquilo que as populações rurais eram e sim pelo que os sociólogos gostariam que elas fossem (MARTINS, 2000, p.32).

Essas e outras interpretações representam lacunas nos estudos sobre o campesinato, precisamente na sua capacidade de resiliência às privações e amarras/teias do capitalismo. Essas inquietações foram constantemente discutidas pelo grupo de pesquisa “MEIOS”, coordenado pela professora Maria Izabel Vieira Botelho, resultando na construção dessa pesquisa realizada

na Amazônia e de outra pesquisa similar realizada na Zona da Mata Mineira pela companhia de pesquisa Alessandra Lomelino. Além disso, por meio da disciplina da professora Irene Cardoso, vivenciei a realidade do campesinato da Zona da Mata mineira, percebendo o protagonismo da Agroecologia em processos de *recampesinização* de famílias rurais que haviam perdido sua soberania alimentar pela dependência aos pacotes tecnológicos da Revolução Verde. Essas experiências conjuntas e solidárias fortaleceram o desejo de realizar a pesquisa de dissertação no contexto amazônico, precisamente a experiência do campesinato no município de Viseu-PA, lugar onde possuo minhas raízes, e recampesinizar o meu olhar sobre essa realidade.

O propósito foi investigar o dinamismo socioprodutivo de grupos domésticos camponeses, as suas formas de trabalhar a terra e se relacionar com a natureza, compreendendo que a forma do seu fazer agrícola baseada na coprodução com a natureza garante graus de autonomia produtiva e alimentar. À primeira vista, esse dinamismo parece óbvio ou antiquado para ser abordado como elemento teórico, mas, nas últimas décadas essas questões vêm demonstrando o quanto nossas interpretações sociais são simplórias perante a riqueza de saber sociocultural que essas comunidades tradicionais carregam por gerações. Seus conhecimentos ecológicos tradicionais demonstram um grande potencial para a construção de novos estilos de desenvolvimento rural em diferentes regiões do mundo, baseados no Bem Viver.

O trabalho de campo foi em parceria com a minha companheira Raissa Santos, construindo a experiência de uma pesquisa solidária, e possibilitando a assimilação de elementos que por vezes passariam despercebidos ao olhar de apenas um indivíduo. Realizamos três etapas de campo: na primeira etapa, uma espécie de pré-campo durante julho de 2017, quando realizamos o primeiro contato com os grupos domésticos camponeses do município de Viseu-PA, localizadas em povoados próximos.

Nessa etapa, tivemos as primeiras impressões, ajustando nosso olhar para a etapa de efetivação da pesquisa. Os grupos domésticos possuíam a mesma tradição agrícola, baseada na roça de corte e queima. Com isso, selecionamos três grupos domésticos com faixas etárias distintas para a etapa de concretização do trabalho; dois grupos com chefes de família acima de 60 anos e outro sob a responsabilidade de um casal mais jovem. Essa seleção por faixa etária partiu da concepção de que havia distintas percepções de valores e de organização produtiva, em que os dois primeiros grupos domésticos representavam um campesinato semelhante ao que foi descrito pelos estudos clássicos, e o terceiro grupo doméstico poderia apresentar algumas mudanças.

A segunda etapa, realizada entre dezembro/2017 e janeiro/2018, consistiu na efetivação da pesquisa, quando realizamos entrevistas semiestruturadas com os membros responsáveis pelos grupos domésticos. Cada entrevista semiestruturada sob a trajetória de vida dos participantes durava, em média, cerca de uma hora e meia, em horários ajustados de acordo com a disponibilidade dos participantes. Mas essas entrevistas eram complementadas por conversas e informações ocorridas no decorrer dos dias. Nessa etapa, na qual pedimos a permissão para dormirmos pelo menos uma noite nos domicílios, acompanhamos processos de trabalho (capina, retirada da mandioca da água, preparo da farinha, trabalhos domésticos, etc), brincamos com as crianças e fortalecemos laços com aquelas pessoas.

As despedidas eram sempre acompanhadas por presentes (como bacuri e sementes de algumas hortaliças) que representavam uma afetividade e confiança. Tentávamos retribuir com alguma ajuda de custo no final dessa etapa, mas éramos surpreendidos pela recusa dos participantes, pois a acolhida foi feita de “coração” e “coisa que a gente faz pra amigo não tem preço, pois um dia a gente pode precisar de vocês”, disse Dona Augusta. Era a demonstração da formação de um laço de reciprocidade, um compromisso que nos foi determinado retribuir, semelhante ao que Mauss (1974) classificou como “dádiva”. Essas nuances de simbologias ocorridas durante a pesquisa nos proporcionava uma ressignificação da vida, das relações sociais e da nossa responsabilidade enquanto pesquisadores.

A terceira etapa consistiu na devolução e discussão dos resultados com os grupos domésticos camponeses durante o início de março de 2018. Esta etapa significou muito para ambos os lados, pois sentimos uma grande satisfação em perceber as reações de cada participante: a felicidade em ouvir a leitura de suas falas, o entusiasmo em perceberem o arsenal de elementos econômicos presentes em seus sítios⁷, o orgulho em ouvir as suas trajetórias de vida, as risadas de si mesmas ao se perceberem nas fotos feitas durante a pesquisa, etc. Nessa etapa, as observações dos (das) participantes foram essenciais no preenchimento de lacunas do trabalho.

A minha vivência desde a infância com aquela realidade me proporcionava de antemão um entendimento mais aprofundado das simbologias presentes nas falas e expressões dos camponeses. O modo de trabalhar com a terra, o hábito alimentar, os valores presentes nas relações sociais eram elementos intrínsecos à minha origem naquela região. Em campo, aquelas famílias não eram estranhas para mim, não precisei “familiarizar-me”. Pelo contrário, precisei “estranhar”, torná-las exóticas às minhas observações. Elas eram a demonstração da minha

⁷ Nesse estudo compreende-se o sítio como um conjunto de espaços diversificados e integrados, organizado pelo saber-fazer transmitido e praticado pelas gerações que herdaram e, ao mesmo tempo, são herdadas pela terra.

infância no campo, onde não nos questionamos se o restante do mundo é diferente do nosso lugar ou se possuímos particularidades culturais e de vida que aos olhos de “fora” ou da pesquisa são elementos interessantes, pelo menos em relação àquela realidade.

Por um lado, o estar “familiarizado” tem suas vantagens, mas eu precisava “estranhar” para “enxergar”, quer dizer, conseguir tornar exótico o jeito de viver daqueles grupos domésticos, em especial, suas estratégias produtivas e seus meios de vida. Por outro lado, eu também não era “estranho” para aquelas pessoas. Elas sabiam que eu era oriundo da região e a qual raiz familiar eu pertencia, elemento valioso para o estabelecimento de confiança entre as pessoas do campo, o que justifica a importância do parentesco na configuração das suas relações sociais e sua importância como dimensão analítica, e até mesmo como peça central nos estudos de campesinato, como foi o caso do estudo etnográfico realizado por Woortmann (1995).

Apesar do curto tempo de pesquisa, a minha experiência de vida embebida pela realidade daquela região possibilitou ordenar categorias de análise e pensamento, inspirando essa pesquisa no método etnográfico ao revelar interações sociais e produtivas dos grupos domésticos estudados. O convívio com os grupos domésticos durante as etapas da pesquisa nos possibilitaram reflexões sobre o processo de trabalho agrícola e as dimensões simbólicas que o preenchiam, abrindo caminho para interpretar a relação que esses camponeses possuem com a natureza, registrando suas próprias percepções e desconstruindo nossas rígidas verdades acadêmicas. A etnografia permite emergir informações que métodos rígidos geralmente silenciam, cabendo ao observador captar e decifrar elementos culturais da forma de viver, trabalhar e se relacionar dos nativos. A esse respeito, Malinowski (1978, p. 19) considera que:

Na Etnografia, o autor é, simultaneamente, o seu próprio cronista e historiador; e embora as suas fontes sejam, sem dúvida, facilmente acessíveis, elas são também altamente dúbias e complexas; não estão materializadas em documentos fixos e concretos, mas sim no comportamento e na memória dos homens vivos (MALINOWSKI, 1978, p.19).

Com isso, o processo de pesquisa foi constantemente surpreendido por um repertório de elementos intangíveis, que possibilitou um entendimento aprofundado da materialização do saber social dos grupos domésticos. Suas trajetórias de vida, a conquista da terra, suas motivações pessoais, os valores sociais, os conflitos familiares, entre outros, passaram a conduzir a estrutura desse trabalho. Além da autonomia, queremos destacar nesse trabalho que esses sujeitos possuem particularidades que se assemelham, formando uma “ordem moral” que orienta a concretude dos fatores econômicos. São sujeitos sociais que possuem saberes, sonhos, memórias e uma história própria que não deve ser silenciada.

5. CAMPESINATO: DO PESSIMISMO TEÓRICO À REPRODUÇÃO SOCIAL

5.1 Introdução

A capacidade de re-existência da agricultura camponesa sempre foi um assunto que dividiu opiniões. Marx (2011, 1852), por exemplo, acreditava que as formas semelhantes de viver e de produzir dos camponeses os isolavam uns dos outros, prejudicando a organização social do segmento em torno da luta de classes. Para Marx (2011, 1852) os camponeses não tinham capacidade de agência social, chegando a compará-los a um saco de batatas em torno da ascensão política da burguesia. Essa ideia foi fortalecida com o passar do tempo, principalmente após o advento das formas capitalistas de produção, em que Kautsky (1986) e Lênin (1982) apontaram uma desintegração do campesinato com o processo de industrialização da agricultura.

Apesar das interpretações acima, deve-se levar em consideração o contexto histórico analisado e as temáticas de luta que estavam em vigor. Autores pós marxistas contribuíram para o entendimento das formas de organização social e cultural do campesinato, bem como apresentaram indícios de subjugação a uma sociedade capitalista englobante (REDFIELD, 1964; MENDRAS, 1978 e WOLF, 1976). Para esses autores, o campesinato caminhava para um fim a partir do avanço da modernização da agricultura.

Certamente, o avanço do capitalismo provocou inúmeras transformações no meio rural nos últimos dois séculos, desde dimensões técnicas e econômicas a sociais e culturais, contribuindo com a densa discussão teórica a respeito do lugar do campesinato nesses processos. Isso porque após o advento da Revolução Verde, houve a disseminação de pacotes tecnológicos no espaço rural visando aumento de produtividade agrícola e expansão dos lucros. De acordo com Almeida (2008), diversos países latino-americanos aderiram aos pacotes tecnológicos da Revolução Verde e às suas ações modernizadoras, movimento que ganhou força na metade do século XX. No Brasil, nas décadas de 60 e 70, a modernização da agricultura foi subsidiada por créditos agrícolas e favorecida por uma alteração nas agendas de pesquisa, ensino e extensão voltadas aos grandes produtores e a consolidação dos complexos agroindustriais (SILVA, 1996).

O fato é que se tratou de uma modernização seletiva e voltada para os interesses empresariais, beneficiando alguns produtos e produtores, e fortalecendo a especialização da agricultura. Silva (1984) considera esse processo seletivo como *modernização parcial*, pois além de se restringir a alguns produtos e regiões, ela foi introduzida em apenas algumas fases

do ciclo produtivo de determinadas culturas, como a colheita da cana-de-açúcar e café, e favoreceu apenas a alguns grupos. A industrialização da agricultura favoreceu os grandes latifundiários, que por séculos escravizaram, dominando as melhores terras e desestruturando as paisagens com os “desertos verdes”, razões que justificam o que se denominou de *modernização conservadora* ou *dolorosa*. Além do mais, a agricultura industrial tem provocado degradação ambiental, desigualdade social e conflitos sociais.

Apesar de priorizar essencialmente o grande latifúndio, a modernização tem sido estendida a várias parcelas da agricultura familiar (termo postulado pelo Estado a parcelas do campesinato), as quais perderam a autonomia camponesa de produzir, configurando a agricultura familiar empresarial (PETERSEN, 2009). Em contrapartida, os camponeses apresentam formas de produção alicerçadas na coprodução com natureza (PLOEG, 2008), questionando as crises provocadas pela modernização agrícola. Além disso, apresenta experiências e meios de vida essenciais para a construção da Agroecologia (GUZMÁN e MOLINA, 2013), que se configura como um instrumento de reivindicação e resistência dos camponeses ao agronegócio (ROSSET e MARTÍNEZ-TORRES, 2013). Dessa forma, é pertinente a reflexão sobre o contexto societário que o campesinato se insere na atualidade e a desmitificação de um campesinato estático no tempo. Com isso, qual o lugar do campesinato na atualidade? Este segmento social chegou a um fim?

5.2 O campesinato das abordagens clássicas

No espaço rural, diversas são as abordagens em torno do termo campesinato. Martins (1981) apresenta um histórico para o contexto brasileiro desses sujeitos, considerados por ele como periféricos e resultado da expansão do capitalismo. Diversas são as compreensões desse rural periférico à sociedade abrangente, com temáticas que vão desde as especificidades de suas propriedades ou pelas suas formas de produção, até seus meios de vida e valores que os caracterizam.

Algumas das argumentações tecem desconstruções teóricas dessa categoria no bojo da agricultura contemporânea, afirmando-a como um tipo de categoria incapaz de atender à demanda alimentar da sociedade e tratando-a até mesmo como um segmento que está perto do fim. Outras argumentações têm declarado o oposto. Mas o que motiva estudos atuais em torno dessa categoria quando teóricos já haviam realizado premissões do seu fim?

Para Shanin (2005), um conceito deve ser analisado a partir das razões pelas quais ele deve ser descartado, para que haja uma rigorosa análise da sua consistência interna, da sua

afirmação de validade, de seu marco teórico e de seus possíveis esclarecimentos. Primeiramente, deve-se compreender que se atribui ao termo “camponês” significados que variam no decorrer da história e das sociedades, podendo ser semelhantes e, ou, distintos. No entanto, para Shanin (2005), concepções gerais a-históricas costumam provocar distúrbios de sentido, manipulações conscientes em cenários políticos e, ou, acadêmicos, implicações que tornam o camponês uma mistificação, pois os mesmos são inadequadamente compreendidos e descritos sem levar em consideração sua estrutura societária mais geral.

De fato, concepções analíticas míopes à estrutura societária e ao contexto histórico desse segmento rural reproduzem uma realidade distorcida do mesmo. Adentrando na discussão em torno da origem do campesinato, Mendras (1978) identifica o nascedouro de uma sociedade camponesa a partir da transição das sociedades feudais para as sociedades burguesas. Já Redfield (1964) define o seu surgimento a partir da existência das cidades, havendo, portanto, um processo de interdependência, principalmente econômica, entre o camponês e a cidade, em que o primeiro, apesar de sua estreita relação com o meio natural, necessita de bens (sal e querosene, por exemplo) produzidos nas cidades; e a segunda necessita dos alimentos produzidos pelos camponeses.

Os estudos clássicos do campesinato enfatizam os vínculos mercantis e sociais do camponês com grupos externos, precisamente com a cidade (REDFIELD, 1964; WOLF, 1976; MENDRAS, 1978). Essas características desmitificam as concepções analíticas desconectadas e a-históricas em relação à natureza do campesinato, que ainda concebem um camponês isolado, que vive a parte do restante da sociedade e que a sua ligação com mercados o descaracteriza como tal. A esse respeito, Wanderley (2004) ressalta que o processo de transformação do campesinato não pode centrar-se na compreensão de transição de um contexto de isolamento para outro de integração econômica e social no conjunto da sociedade. Com isso, segundo a mesma autora, é preciso insistir que, pela sua própria origem, o campesinato tradicional não é desconectado da sociedade que o envolve, ou seja, não está isolado ou à parte do conjunto da sociedade.

Os estudos de Redfield (1964), Mendras (1978) e Wolf (1976) possibilitam a compreensão de que as sociedades camponesas possuem uma capacidade adaptativa, durante o tempo e espaço, em que estão inseridas por meio de um prisma de racionalidade ligada às suas representações simbólicas e culturais. Como bem ressalta Wolf (1976) “há vários tipos de campesinato e não somente uma forma de vida camponesa” (pg. 24). Para esses autores, as sociedades camponesas permaneceram a meio caminho entre a tribo primitiva e a sociedade industrial. Não são primitivas e nem modernas, mas sociedades híbridas (PEREIRA, 2000).

Para Wolf (1976), diferente das sociedades primitivas, cujos excedentes produtivos são trocados por bens e serviços entre si, as sociedades camponesas possuem relações assimétricas com grupos dominantes, geralmente inseridos nas cidades, cujos excedentes são transferidos para as mãos dos que governam, e estes distribuem o restante às sociedades que não cultivam a terra, mas precisam ser alimentados, dando em troca, bens específicos e serviços. Estabelece-se, portanto, uma estrutura socioeconômica caracterizada pelos que governam *versus* os que cultivam, ou seja, dominantes *versus* dominados.

A discussão de Wolf (1976) sobre a organização de uma forte ordem interna com sentido igualitário entre os membros das sociedades camponesas aproxima-se da definição de “Imagem do Bem Limitado” realizada por Foster (1965). Segundo este autor, a visão de bem limitado (terra e trabalho) é a base da orientação cognitiva que explica e interpreta o comportamento dos camponeses, uma visão de mundo que enxerga todas as coisas em quantidade limitada e finita, em que qualquer atitude individualista é interpretada como ameaça ao equilíbrio social, sujeita à inveja, ao mau olhado e até mesmo à feitiçaria. É uma lógica social fundada no princípio da igualdade. No entanto, segundo Foster (1965), para as sociedades camponesas se desenvolverem precisam superar as suas tradições, as quais limitam sua liberdade quanto à tomada de decisão. Essa interpretação da tradição como sinônimo de atraso é estabelecida por um olhar de fora para dentro, externo a visão das sociedades camponesas, postulando as mesmas condições que foram e ainda são impostas pela modernização da agricultura.

É nesse olhar de fora para dentro que Powell (1974, p. 52) apresenta uma definição sugerida por Kroeber (1948, p. 284) sobre o campesinato. Nesse caso, fundada a partir dos grupos alheios (elites, governantes, poderosos forasteiros) que, segundo o autor, exerce controle sobre os camponeses.

Uma sociedade camponesa está composta por indivíduos estabelecidos na área rural, ocupados a maior parte do tempo na produção agrícola, e que suas atividades produtivas e características culturais distintivas estão influenciadas, moldadas ou determinadas em grau importante por poderosos forasteiros (KROEBER, 1948, p. 284).

Esses clássicos estudos (REDFIELD, 1964; MENDRAS, 1978; WOLF, 1976; FOSTER, 1965; POWELL, 1974) têm em comum a ideia de sociedades camponesas que não possuem a capacidade de se organizarem para transformar suas condições, estando subjugadas a grupos dominantes.

Atualmente, época que rotineiramente se enfatiza a importância do campesinato em um contexto de crise alimentar e ambiental, concepções como estas precisam ser repensadas, pois há empiricamente uma não-linearidade dessas sociedades, uma complexidade de grupos com

costumes e tradições variadas em lugares distintos, apresentando um desafio aos modelos de análises e a tentativas de conceituações. Apesar da importância dos estudos clássicos para a compressão do campesinato, suas interpretações pautadas principalmente em aspectos econômicos são, em certa medida, limitadas para o entendimento das condições camponesas na atualidade (PLOEG, 2008). Isso desperta a importância de entender o campesinato como um segmento social que se atualiza e encontra formas de reprodução dentro do sistema capitalista, possuindo qualidades subjetivas que garantem resiliência social e que merecem maior importância.

5.3 O campesinato como ordem moral: uma característica de re-existência

O campesinato também é interpretado a partir de aspectos de ordem moral. Woortmann (1990) apresenta um entendimento das sociedades camponesas e seu funcionamento por meio dos valores culturais dos próprios camponeses e que norteiam suas visões de mundo. Esses valores morais persistem nas relações sociais desses atores, processo que o autor denomina como *campesinidade*, revelando distinções entre a economia capitalista e a economia moral camponesa, a qual se baseia no princípio da *reciprocidade*.

São nesses aspectos de valores que Mauss (1974) analisa as interações entre as pessoas de sociedades tradicionais, onde a reciprocidade está ligada à ideia da *dádiva*, valor que denota que um presente recebido seja obrigatoriamente sujeito a retribuição, pois há no presente uma parte da pessoa que o doou. Esses valores morais norteiam as relações econômicas dessas sociedades, definindo a *campesinidade* de Woortmann (1990). É nesse sentido que Polanyi (1980) distingue as sociedades primitivas das sociedades modernas, em que na primeira se compreende que os fatores econômicos estão imersos nas relações sociais sob uma estrutura de valores culturais; por outro lado, na segunda, a economia humana passa a ser regulada pelo sistema de mercado, ou seja, as relações sociais ficam imersas nas relações econômicas.

Nas sociedades camponesas, a dimensão subjetiva, apresentada pelos valores e princípios socioculturais, surge em diferentes contextos sociais do campesinato. Isso significa que por mais que haja uma integração do camponês a alguma economia de mercado ou processo similar, persiste no mesmo os valores morais oriundos de sua cultura. Isso não é uma pré-condição de que haverá uma reprodução dos valores em sua excelência, mas um processo de reconstrução da tradição sob o contexto de relações sociais que o camponês está inserido, um “vir-a-ser ao mesmo tempo novo e velho” nas palavras de Woortmann (1990, p. 14).

A orientação dos valores morais, além da dimensão econômica, também faz parte da base da estrutura familiar, do trabalho e da terra. Nessa perspectiva, Woortmann (1990, p. 12) ressalta:

[...] não se vê a terra como objeto de trabalho, mas como expressão de uma moralidade; não em sua exterioridade como fator de produção, mas como algo pensado e representado no contexto de valorações éticas. Vê-se a terra, não como natureza sobre a qual se projeta o trabalho de um grupo doméstico, mas como patrimônio da família, sobre a qual se faz o trabalho que constrói a família enquanto valor. Como patrimônio, ou como dádiva de Deus, a terra não é simples coisa ou mercadoria (WOORTMANN, 1990, p.12).

Com isso, a terra é um bem concebido por Deus, expressando o conjunto de valores da família. A *terra* representa a reprodução da família como valor social, com seus ritos culturais e interações sociais reguladoras da organização econômica. Além disso, a propriedade da terra garante a *liberdade* da *família* prover o seu sustendo por meio do *trabalho*, assegurando a honra da igualdade sem a sujeição às condições de outrem (situação de cativo). Com isso, segundo Woortmann (1990), o conjunto de valores que constituem a ética camponesa centram-se na terra, trabalho, família e liberdade. Nota-se que a condição camponesa vincula-se a luta por autonomia de meios de vida a partir de seus valores morais.

A abordagem de Woortmann (1990) sugere uma devida atenção à ética camponesa e a compreensão de aspectos intangíveis que determinam a organização social e econômica desse segmento. O conjunto de valores e de subjetividade do campesinato designa a *campesinidade*, destacada por Woortmann (1990, p. 13) “como uma qualidade presente em maior ou menor grau em distintos grupos específicos”.

É a *campesinidade* que concebe um camponês, pois a “ética camponesa”, isto é, subjetividades, pode estar presente mesmo em condições adversas de transformação capitalista. Portanto, o campesinato como ordem moral também pode ser considerado uma marca de re-existência social perante os processos estruturais de mercado da economia capitalista, o *moinho satânico* de Polanyi (1980), metáfora utilizada pelo autor para representar como a economia de mercado desestrutura (tritura) as relações sociais.

Os valores culturais e simbólicos do campesinato estão presentes nas representações sociais e no delineamento da economia desse segmento. Woortmann (1990) possibilita a compreensão de que a forma de vida camponesa se estabelece sobre uma base assentada em aspectos subjetivos, possibilitando que a *campesinidade* germine em condições que os aspectos materiais e técnicos do campesinato estão desestruturados. Essa dimensão subjetiva dos valores, como a relação de afeto com a natureza, a honra do trabalho e a liberdade do trabalho abre espaço para compreender os processos de resignificação da natureza e das relações sociais por

meio do fortalecimento da *campesinidade* presente nas famílias camponesas, possibilitando processos de *recampesinização* na atualidade.

5.4 O campesinato na atualidade: a luta por autonomia

Ao considerar o campesinato como elemento teórico, não se pretende projetar todas as características que constituem o camponês presente nos clássicos aos sujeitos da atualidade, mas avançar no debate epistemológico da participação e importância desses atores nas dinâmicas sociais, culturais, econômicas e políticas na contemporaneidade. Da mesma maneira que se compreende que os camponeses da atualidade não são réplicas dos camponeses descritos pelos estudos clássicos, deve-se compreender que eles constituem a extensão de um processo histórico de lutas constantes de re-existência, abrangendo, inserindo e atualizando novos elementos nos processos tradicionais e culturais, nas suas formas de pensar, agir e viver.

Além de rupturas e continuidades como Wanderley (2004) salienta, esses sujeitos produzem e reproduzem novos saberes e culturas sob antigas e atuais questões reivindicatórias. Como exemplo, temos as lutas pela reforma agrária que se perpetuam por gerações, convergindo para reivindicações socioambientais de comunidades quilombolas e indígenas. Nesse sentido, é refutada a ideia de um campesinato estático, reproduzido literalmente com todos os elementos que conduziram as discussões dos estudos clássicos.

O campesinato só chegou a um fim para aqueles que o compreendem como um tipo ideal ou por elementos que não os representa, como o mito do camponês isolado. Mas qual o lugar da agricultura camponesa e sua importância nas sociedades capitalistas? Responder a esse questionamento não é tarefa fácil, mas Ploeg (2008) desperta elementos relevantes a esse debate, como a luta por autonomia. O campesinato é desconsiderado pela perspectiva capitalista de pensamento por representar a autonomia aos processos estruturalistas de mercado, que beneficiam as grandes empresas de insumos e tecnologias não emancipadoras.

É nesse processo de modernização e dependência aos pacotes tecnológicos que foi idealizada a categoria “agricultura familiar”. Para a perspectiva capitalista, por mais que a agricultura familiar seja representada por boa parte de segmentos camponeses, a sua idealização se insere dentro de uma perspectiva estruturalista, baseada no projeto de modernização das atividades agrícolas e na integração socioeconômica globalizada, denominando tudo e todos como “agronegócio”. Segundo Stédile (2016), há correntes da sociologia estruturalista que generalizam a agricultura familiar, incluindo nesse conceito todos os agricultores que desenvolvem as atividades agrícolas somente com sua família, chegando a considerar médios e

grandes proprietários de terra como agricultores familiares, incluindo sujeitos com renda e poder político completamente diversos.

Nas argumentações de Mendras (1978), o campesinato desaparece na medida em que a modernização capitalista desestrutura o modo de produção camponês (fundado na relação com a natureza), desaparecendo e/ou transformando-se em um tipo de profissional do campo por meio de sua adaptação, inserindo-se no grupo de agricultores familiares empresariais. No entanto, essa “adaptação” o coloca em uma condição de cativo, dependente do *modus operandi* capitalista de produção, perdendo a sua autonomia produtiva e alimentar. Dessa forma, o agricultor familiar perde a natureza camponesa ou diminui o *grau de campesinidade* (WOORTMANN, 1990) ao tornar-se dependente dos meios produtivos e alimentares das empresas de insumos e alimentos, alterando sua ética camponesa em relação à terra, trabalho, família e liberdade. Mas como o campesinato se constitui nesses cenários de profundas mudanças técnicas e geopolíticas?

Atualmente, o campesinato reexiste a uma lógica muito mais ampla de modernização e padronização dos meios produtivos. Essa lógica é definida por Ploeg (2008) como *Império*, representado por um conjunto de “grandes empresas de processamento e comercialização de alimentos que, cada vez mais, operam em escala mundial” (PLOEG, 2008. p. 20). Ao mesmo tempo, o império é expresso por uma variedade de fatores, como mecanismos estatais, grupos de agronegócio, modelos científicos, tecnologias, etc. Na perspectiva deste autor, esse conjunto de fatores é considerado no plural como *Impérios Alimentares*.

O modelo globalizado dos mercados agrícolas (Impérios Alimentares) determinam a lógica de produção e os meios tecnológicos que devem ser empregados no sistema produtivo do campo, idealizando o modelo de agricultura empresarial como o tipo ideal a ser seguido para a superação do “atraso”. Nesse contexto, é invisibilizada uma gama de agricultores que realizam práticas tradicionais articuladas às dinâmicas da natureza, havendo um desperdício de seus saberes face à lógica moderna de agricultura propagada pela Revolução Verde.

No contexto atual, os Impérios Alimentares provocam novos fenômenos e desenhos de campesinato, com novas formas de resistência como resposta às pressões do ambiente hostil capitalista. Além dos problemas intensificados pelos impérios em relação às tensões entre o local e o global, assumindo uma modernização tecnológica socialmente conservadora, mantendo o *status quo* de desigualdades territoriais e sociais no campo, ignoram os problemas impostos à natureza e ao ecossistema pelos seus *modus operandi*.

Na contracorrente, segmentos do campesinato re-existem a esse modelo de desenvolvimento por meio da ressignificação do trabalho e de seus conhecimentos tradicionais,

assumindo, em muitos casos, a Agroecologia como bandeira de luta. Ploeg (2008) dá luz à condição camponesa de fazer agricultura e destaca processos de *recampesinização*, ações de re-existência pelo qual famílias agrícolas assimiladas pela modernização agrícola retomam e atualizam meios produtivos tradicionais de produção. De acordo com Petersen (2009), a *recampesinização* pode ser compreendida tanto pelo aumento do número de famílias camponesas (fator quantitativo) como pelo fortalecimento da natureza camponesa em famílias agrícolas que haviam aderido ao modo empresarial de produção agrícola. Esse processo de retomada à natureza camponesa demonstra que os fatores subjetivos descritos por Woortmann (1990) como *campesinidade* permanecem em menor ou maior grau em condições adversas do campesinato.

A luta por autonomia das famílias camponesas é alicerçada na natureza, sob o aspecto de coprodução do ser humano com a natureza viva, princípio camponês que necessita ser aprofundado em bases teóricas, mas que na prática é desenvolvido e enriquecido pelos camponeses. A coprodução pode ser entendida como uma cooperação mútua do camponês, com base em modos tradicionais de atividades, com a natureza, validada por práticas de re-existência que ocorrem desde longa data e que possibilitam a esses atores rurais graus de autonomia aos fatores do sistema agroalimentar multinacional hegemônico (PLOEG, 2008).

O campesinato apresenta outros caminhos em relação ao que é estipulado pelos impérios, remodelando o saber-fazer das práticas agrícolas com o uso dos recursos de forma diferenciada, com os camponeses se reproduzindo na contracorrente não apenas com uma re-existência da perspectiva de sobrevivência física, mas re-existindo com novas formas de vida, cotidianamente sob relações diferenciadas com a natureza, criando espaços de resiliência e autonomia social e econômica, configurando a condição camponesa da atualidade. Nesse sentido, Ploeg (2008. p. 40) aponta as características fundamentais da condição camponesa:

- (1) A luta por autonomia que se realiza em (2) um contexto caracterizado por relações de dependência, marginalização e privações. Essa condição tem como objetiva e se concretiza em (3) a criação e desenvolvimento de uma base de recursos auto-controlada e auto-gerenciada, a qual por sua vez permite (4) formas de coprodução entre o homem e a natureza viva que (5) interagem com o mercado, (6) permitem a sobrevivência e perspectiva de futuro e (7) se realimentam na base de recursos e a fortalecem, melhorando o processo de coprodução e fomentando a autonomia e, dessa forma, (8) reduzem a dependência. Dependendo das particularidades da conjuntura socioeconômica dominante, a sobrevivência e o desenvolvimento de uma base de recursos própria poderão ser (9) fortalecidos através de outras atividades não agrícolas. Finalmente, existem (10) padrões de cooperação que regulam e fortalecem essas inter-relações (PLOEG, 2008, p.40).

O entendimento da realidade agrícola desse segmento rural, em particular do trabalho e dos meios de produção empregados por estes atores, pode levantar elementos sobre seus

conhecimentos que irão/poderão trazer novas indagações reflexivas no campo científico e no campo das políticas públicas. Entender as lógicas de coprodução dos camponeses com a natureza constitui reconhecer e refletir sobre seus meios de vida desatrelados de pacotes tecnológicos que representam a desconsideração da diversidade de saberes, cultivos e relações socioculturais. Essa relação com a natureza, portanto, se estabelece como um dos principais elementos para a promoção de autonomia e reprodução social do campesinato face às lógicas dos impérios de insumos e de alimentos.

5.5 O campesinato como reivindicação agroecológica

Em detrimento às hipóteses que preconizavam o seu desaparecimento, o campesinato apresenta uma continuidade utilizando mecanismos de adaptação às pressões desenvolvidas pela expansão do capitalismo. Um desses mecanismos adaptativos está associado à sua estreita relação com a natureza, manejando-a pelo trabalho da própria unidade doméstica, a qual se caracteriza ao mesmo tempo como uma unidade de produção e consumo como preconizado por Chayanov (1974). Essa capacidade camponesa de trabalhar com a natureza lhe insere em um processo de respostas às crises associadas ao sistema agroalimentar capitalista.

De acordo com Toledo (1993), os camponeses apresentam sistemas agrícolas de produção que possuem uma racionalidade ecológica, justamente por apropriarem-se dos recursos naturais de forma correta, destacando-se como a base de um novo paradigma científico. Sem dúvida, as condições de reprodução social do campesinato durante a história estão associadas à sua interação com a natureza, sob um processo de coevolução (NORGAARD, 1994), configurando uma capacidade de manutenção dos recursos naturais ao longo do tempo que sinaliza uma racionalidade ecológica camponesa (TOLEDO, 1993).

Segundo Guzmán e Molina (2013), essa capacidade de manter as bases bióticas dos recursos naturais torna o campesinato uma categoria histórica, com condição de trabalho e conhecimento. Essa dimensão ecológica que há no trabalho e conhecimento do campesinato foi identificada pela agroecologia como importante para a construção de sistemas agroalimentares sustentáveis, em contraposição ao sistema agroalimentar industrial. A Agroecologia surge com a revalorização de manejos agrícolas de sociedades tradicionais indígenas e camponesas da América Latina (ALTIERI, 1989; GLIESSMAN, 1990; GLIESSMAN, 2000).

A Agroecologia, diferente das ciências convencionais, reconhece as racionalidades ecológicas existentes nas formas camponesas de produzir, pois as mesmas demonstram a

capacidade dos camponeses em ajustar e desenvolver meios de vida nos ecossistemas em que vivem, expressando suas estratégias de produção econômica e reprodução social (PETERSEN; DAL SOGLIO; CAPORAL, 2009). O não reconhecimento e desperdício desses saberes tradicionais contribuem com o processo de insustentabilidade (LEFF, 2006), pois agrava os impactos socioambientais pela errônea concepção de artificializar a natureza em prol dos interesses dos Impérios Alimentares.

O campesinato se configura, portanto, como um grupo social capaz de realizar a Agroecologia, na medida em que apresenta os princípios sociais e produtivos que estruturam a ciência agroecológica. Ao mesmo tempo, o campesinato é reconfigurado pela Agroecologia por meio do incentivo de inovações sustentáveis nos territórios e a luta pela afirmação dos mesmos, sob uma perspectiva horizontalizada de saberes e atores (LA VIA CAMPESINA, 2010; ROSSET e MARTÍNEZ-TORRES, 2013). A Agroecologia insere-se em processos de cooperação social e de produção de alimentos por meio do desenvolvimento de agroecossistemas que possuam autonomia à indústria de agroquímicos, condição que requer o acesso à terra, sementes crioulas, água, crédito e mercados locais pelos camponeses (ALTIERI e TOLEDO, 2011).

Além dos aspectos técnicos, a Agroecologia valoriza a subjetividade presente nas relações camponesas, promovendo processos de *recampesinização* ao fortalecer a *campesinidade* dos agricultores por meio da ressignificação da natureza e das suas *bondades* (BOTELHO, CARDOSO e OTSUKI, 2016), estimulando uma relação dialógica entre o social e natural. A coevolução com a natureza é reconstruída, correspondendo a uma racionalidade que horizontaliza a importância de todos os seres (INGOLD, 2012), em que o ser humano e a natureza cooperam entre si em um processo de coprodução (PLOEG, 2009).

A ressignificação da natureza, promovida pela Agroecologia em relação aos agricultores dependentes de insumos químicos (agricultores familiares que estavam perdendo a natureza camponesa), desencadeia no mundo múltiplos processos de transição agroecológica, conduzindo transformações técnicas, sociais, culturais e políticas (GLIESSMAN *et al.*, 2007; ALTIERI, 2004; BOTELHO, CARDOSO e OTSUKI, 2016). Essa transformação em aspectos práticos de produção de alimento consiste na conversão de sistemas agrícolas convencionais em sistemas agrícolas sustentáveis (ALTIERI e NICHOLLS, 2002a; ALTIERI e TOLEDO, 2011; CAPORAL e COSTABEBER, 2004), aspecto da transição agroecológica que promove a soberania alimentar e a sustentabilidade dos agroecossistemas.

Com isto, a Agroecologia passa a ser a bandeira de ações coletivas de diversos segmentos do campesinato, integrado às reivindicações de movimentos como a Via Campesina

(LA VIA CAMPESINA, 2010, GUZMÁN e ALIER 2006) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do Brasil (FRADE e SAUER, 2017), consolidando-se como um instrumento de luta do direito à terra e do fortalecimento da soberania alimentar, demandas sociais que desencadeiam processos de *recampesinização* (PLOEG, 2008). Diferente do agronegócio, que detém grandes extensões de terras sob seu monopólio e está minando as capacidades produtivas das terras para as futuras gerações, os camponeses possuem a capacidade de aliar a sua reprodução social com a manutenção dos recursos naturais, possuindo o que Brandão (1999) denominou como “o afeto da terra”. Nesse sentido, a Via Campesina (2010, p. 7) ressalta o seguinte:

El campesinado y los y las agricultores familiares, por otra parte, tienen raíces en la zona que tanto ellos como sus ancestros han cultivado durante generaciones, y donde sus hijos y nietos seguirán ejerciendo la agricultura en el futuro. Es su razón para cuidar la capacidad productiva del suelo y el entorno. Y es precisamente en estas comunidades donde encontramos las prácticas tradicionales sostenibles y el rápido desarrollo de la agroecología (VIA CAMPESINA, 2010, p.7).

Estas tendências sociais do campesinato que contestam a desigualdade social e os impactos negativos ao meio ambiente, provocados pelo agronegócio, buscam (re)construir um consenso na sociedade em defesa dos direitos territoriais dos povos indígenas e camponeses, buscando a implementação de políticas públicas para a construção e fortalecimento da soberania alimentar nos territórios, criando espaços de valorização aos mercados locais baseados na Agroecologia (ROSSET e MARTÍNEZ-TORRES, 2013; MARTÍNEZ-TORRES e ROSSET, 2010). É nessa perspectiva que Wanderley (2004) considera que há na atualidade o surgimento de uma nova identidade social de agricultores familiares que se definem como camponeses, defensores de uma concepção de agricultura comprometida com a natureza, que buscam produzir alimentos com qualidade por meio da construção de um pacto entre os agricultores e as populações urbanas (produtores e consumidores).

Assim, a Agroecologia passa a dar visibilidade aos meios de vida de famílias camponesas, fortalecendo sua autonomia produtiva e alimentar como resistência aos *Impérios Alimentares*, possibilitando sua reprodução social e a renovação da natureza camponesa por meio de processos de *recampesinização*. O lugar do campesinato na atualidade está no desenvolvimento de princípios agroecológicos mantidos e renovados entre gerações, apresentando experiências sociais e produtivas como alternativa ao hegemônico modelo capitalista.

5.6 Considerações Finais

O campesinato foi (e ainda é) mal compreendido e idealizado como uma figura passiva e incapaz de caminhar sem determinações de sujeitos externos, uma vez que apresentava limites técnicos e sociais para existir perante o desenvolvimento do capitalismo no campo. Com isso, seu desaparecimento era (e para muitos ainda é) um fato consumado. Contudo, apesar de perspectivas capitalistas desenvolverem mecanismos sociopolíticos e técnicos para que segmentos do campesinato sejam diluídos, estes camponeses permanecem re-existindo na atualidade, apresentando renovações e novas características como respostas a forças antagônicas.

Por meio de suas práticas de manejos conciliadas com a manutenção dos recursos naturais, o campesinato não apenas re-existe, como também apresenta alternativas socioprodutivas e culturais aos impasses provocados pelo agronegócio. Essas alternativas são sinalizadas pela Agroecologia como a construção de um novo paradigma na sociedade, onde a democratização dos recursos naturais e sociais possam ocorrer em sua plenitude. A Agroecologia fortalece os saberes camponeses e vêm contribuindo com processos de recampesinização, reacendendo a campesinidade das famílias camponesas que tiveram sua soberania alimentar desestruturada pela modernização.

A agroecologia fortalece o campesinato como o escritor de sua própria história, que possui uma agência social e recorre a coevolução e coprodução com a natureza por meio de uma racionalidade ecológica que garante sua autonomia, resiliência e, conseqüentemente, a sua reprodução social. A autonomia produtiva e alimentar dos camponeses é importante para sua luta e sobrevivência frente aos mecanismos estruturalistas dos *Impérios Alimentares*.

No capítulo seguinte, os três grupos camponeses não se autodenominam como agroecológicos, visto que desconhecem esta terminologia, mas são detentores de práticas Agroecológicas, pois possuem princípios produtivos baseados na coprodução com a natureza. Além disso, a subjetividade (campesinidade) presente em suas formas de viver e a base de saberes tradicionais que possuem, partes da essência camponesa, são essenciais para a compreensão dos atuais processos de recampesinização e importantes para reconstrução dos sistemas agroalimentares sustentáveis.

6. TRAJETÓRIAS SOCIAIS E MEIOS DE VIDA DOS GRUPOS DOMÉSTICOS DA AMAZÔNIA

6.1 Introdução

O campesinato amazônico possui uma ancestralidade histórico-cultural de populações ameríndias (povos originários do território amazônico) e é caracterizado por uma diversidade de grupos sociais que estabelece construções identitárias tais como, povos da floresta, pescadores tradicionais, atingidos por barragens, quebradeiras de coco babaçu, varzeiros, entre outros (WITKOSKI, 2007; SALES e PORRO, 2014). Como meios de reprodução social, essa diversidade social da região amazônica é constituída historicamente de formas distintas de uso dos recursos naturais, articulados às estratégias dos seus *modus vivendi*, a fim de resistir às pressões impostas pelo capital e pelas tecnologias não emancipatórias do mercado globalizado (GODOI, MENEZES e MARIN, 2009).

Se regressarmos um pouco no processo histórico, entenderemos que os camponeses da região amazônica estabeleceram formas de uso comum da terra e dos outros recursos naturais, legitimadas pelo trabalho e identidades locais. Isso porque, até os anos de 1960, grandes extensões de terras ainda eram de livre acesso e utilizadas essencialmente pelos segmentos sociais do campesinato, como os caboclos e os imigrantes nordestinos (migrando inicialmente durante o ciclo da borracha) que fazem uso de roçado para o sistema de coivara, combinando diversas atividades direcionadas essencialmente para o autoconsumo (LOUREIRO, 2014).

Contudo, a partir dos anos de 1960, período da ditadura militar, iniciou-se um processo de (des)ordenamento territorial na Amazônia, por meio da concessão de terras públicas, formalmente “sem donos”. A intenção era integrar a região aos mercados nacionais e internacionais, motivando a entrada de empreendimentos agropecuários e energéticos, como a pecuária, a extração madeireira e a mineração, por meio de incentivos fiscais aos grandes empresários (LOUREIRO e PINTO, 2005). Sobre o início desse processo, Martins (1994, p. 2-3) diz o seguinte:

O lema da ditadura era “integrar” (a Amazônia ao Brasil) “para não entregar” (a supostas e gananciosas potências estrangeiras). Os militares falavam em “ocupação dos espaços vazios”, embora a região estivesse ocupada por dezenas de tribos indígenas, muitas delas jamais contactadas pelo homem branco, e ocupada também, ainda que dispersamente, por uma população camponesa já presente na área desde o século 18, pelo menos (MARTINS, 1994, p.2-3).

Com isso, foi impulsionado o deslocamento de grandes proprietários de terras (principalmente das regiões Sul e Sudeste do país) para a região amazônica por meio de

incentivos fiscais pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), criada em 1966, destinados a projetos agropecuários (LIMA e POZZOBON, 2005). Esse processo atraiu o capital privado e estabeleceu extensas propriedades em estados como Pará, Rondônia, Mato Grosso e Acre (BRANFORD e GLOCK, 1985; LIMA e POZZOBON, 2005). Além disso, semelhante ao período da borracha, houve uma forte migração de nordestinos para servirem como mão de obra barata em empreendimentos como a abertura de estradas aliada a projetos agropecuários e a construção de portos (LOUREIRO e PINTO, 2005; MARTINS, 1989). A seca foi um dos principais fatores que motivou a migração desses grupos camponeses do Nordeste para a Amazônia.

Segundo Loureiro e Pinto (2005), o grande contingente de trabalhadores rurais nordestinos (camponeses) permaneceu na região amazônica em busca de terra e de maiores oportunidades de trabalho, consideradas mais promissoras nesta região que em relação às oportunidades presentes na região de origem. Estimulada pelo Estado, essa migração de famílias sem terra para a Amazônia foi uma forma de apaziguar as disputas pela terra ocorridas nas regiões Sul e Nordeste do país (CASTRO, 2010). Logicamente, o clientelismo e a sujeição pessoal aos grandes proprietários de terra foi uma das condições dessas famílias rurais, semelhante ao que ocorria nos seringais, em que a autonomia social e econômica dos trabalhadores era nula.

Os distintos e contraditórios projetos que se encontraram na mesma fronteira justificam a razão de a Amazônia ter se tornado um território de intensos conflitos (CASTRO, 2010). Esse processo desordenado de “ocupação” e introdução de grandes projetos na Amazônia, que invisibilizaram as particularidades de vida e os direitos milenares das populações locais, pelo menos em relação à cegueira intencional do Estado, resultou em conflitos territoriais intensificados com o passar do tempo, uma vez que a ausência da propriedade formal das terras dos camponeses deu margem à expropriação dos mesmos em relação aos seus territórios.

De acordo com Martins (1989), houve (e ainda há) uma resistência das populações tradicionais nativas (indígenas/camponesas) à ação violenta de policiais e pistoleiros a serviço de grileiros e grandes proprietários de terras devido à violações de domicílios, assassinatos, expropriações violentas de terras, destruição de domicílios e lavouras. A violência é um agravante que se estende até o presente no território amazônico, com o avanço desse modelo de desenvolvimento capitalista que conduz a desestruturação dos meios de vida das populações tradicionais indígenas/camponesas da região ao monopolizar a terra e os outros recursos naturais.

A expropriação das populações tradicionais indígenas/camponesas de suas terras vem sendo legitimada e intensificada nas últimas décadas por meio de “campanhas de desterritorialização na Amazônia” (ALMEIDA e MARIN, 2010). Segundo os mesmos autores, as “campanhas de desterritorialização na Amazônia” caracterizam-se por um conjunto de medidas “agroestratégicas” vinculadas aos interesses empresariais dos setores do agronegócio, a fim de inserir novas terras aos seus empreendimentos econômicos na região amazônica, fazendo uso de fatores jurídicos e políticos (bancada ruralista e seus afins) em relação aos territórios tradicionalmente ocupados.

Dentro desse tensionamento territorial, como a ocorrência da violência da formalidade jurídica e da violência armada, o campesinato no meio rural amazônico re-existe justamente por desenvolver meios sociais e produtivos que garantem resiliência às pressões do sistema capitalista. Segundo Sales e Porro (2014), além do contexto de transformação que o campesinato amazônico está inserido, suas ações sociais e práticas também são expressadas pelas relações com outros grupos (acadêmicos, ambientalistas, políticos, ONGs, etc.) para o compartilhamento de experiências, mobilização e organização social, construindo estratégias e respostas que possam colocá-los como protagonistas nos espaços em disputa (e disputados).

A resiliência camponesa no contexto amazônico é possibilitada, principalmente, pela relação que os camponeses possuem com a natureza, estabelecendo estratégias tanto em ambientes de várzea como de terra firme, diversificando seus meios de vida pelo estabelecimento de um mixe de atividades agrícolas e extrativistas (WITKOSKI, 2000, 2007; MORAN, 1990). Além disso, fatores como arranjos matrimoniais, organizações de sucessão e de herança e a diversificação produtiva, tanto de sistemas de policultura⁸ como de pluriatividade⁹, são exemplos de estratégias de reprodução do campesinato, como verificado por Furtado (1993) e Furtado, Leitão e Mello (1993) em comunidades camponesas dispersas ao longo de rios e igarapés da Amazônia.

Os três grupos domésticos camponeses do município de Viseu-PA fornecem indícios da ampla diversidade social amazônica, fruto de migrações e de uma miscigenação. Além disso, possuem meios de vida construídos e assentados na relação com a natureza, constituindo uma variedade de atividades agrícolas e extrativistas. Além de estratégias como essas desenvolvidas, os grupos domésticos estudados buscaram a legitimidade formal da terra como meio de permanência e reprodução social no campo.

⁸ Referente à diversidade e mistura de culturas agrícolas em uma mesma área de plantio.

⁹ Referente à combinação de atividades rurais e não rurais pelas famílias agricultoras, buscando a expansão da renda através de novas alternativas de trabalho e estratégias sociais e produtivas (Schneider, 2003).

Dessa maneira, por meio da teoria da abordagem dos *meios de vida* (*livelihoods*), a trajetória de vida e os elementos constituídos ao longo da mesma foram avaliados nesse estudo, como veremos a seguir. A abordagem dos *meios de vida* auxiliam no entendimento dos fenômenos relacionados aos grupos domésticos, como a configuração do próprio grupo, suas estratégias de sobrevivência, suas formas de relação com a natureza, os fenômenos culturais e políticos que os envolvem, etc. São diversos os meios de vida desenvolvidos pelos grupos domésticos camponeses ao longo de suas trajetórias, incluindo mecanismos de extrativismo ambiental a migrações para os centros urbanos. Nesse sentido, esse capítulo objetiva analisar a trajetória de vida dos grupos domésticos e revelar os meios de vida delineados nesse processo. Para isso, como metodologia qualitativa de pesquisa para esse capítulo, a memória dos participantes foi a principal fonte de dados para a elucidação das estratégias de meios de vida desenvolvidas ao longo de suas trajetórias.

6.2 O que são Meios de Vida?

Os seres humanos desenvolvem, por meio de suas ações, condições materiais de existência, utilizando recursos variados presentes nos ambientes onde estão inseridos. A interpretação dessas ações e condições de existência não é tarefa fácil, principalmente em se atribuir um conceito para esses processos sociais. Estes processos sociais de condições de existência seriam *meios de vida*? O que esse conceito tem a oferecer na interpretação social das estratégias de sobrevivência humana?

Meios de vida foi um termo levantado por Antônio Cândido em sua obra “Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira brasileiro e a transformação dos seus meios de vida” publicada em 1964. Propondo-se a uma minuciosa investigação dos meios de sustentação da vida do “caipira”, mais precisamente com o intuito de “conhecer os meios de vida num grupamento de caipiras: quais são, como se obtêm, de que maneira se ligam à vida social, como refletem as formas de organização e as de ajuste ao meio” (CÂNDIDO, 1964, p. 21).

Há uma diversidade de grupos sociais com diferentes níveis de recursos disponíveis e de formas de organização e ações determinadas de acordo com a cultura, sobre o meio onde estão inseridos na busca do desenvolvimento de estratégias de sobrevivência. Assim, segundo Cândido (1964), não se pode compreender os meios de vida separadamente do conjunto das “reações culturais”, desenvolvidas conforme os impulsos das “necessidades básicas”, como, por exemplo, o estímulo da fome, que se caracteriza por demandar constante satisfação e requerer adequada organização social. Nesse sentido, segundo Cândido (1964), a alimentação

é o melhor exemplo de recurso vital, ilustrando o caráter de sequência contínua que há nas relações do grupo com o meio, sendo, de certo modo, uma conexão entre ambos através da incorporação de elementos oriundos da natureza ao homem.

O pioneirismo de Antônio Cândido fornece bases e instrumentos para o desenvolvimento de novos estudos de meios de vida e de suas transformações. Mas deve-se entender as circunstâncias sociais, as realidades locais e territoriais, e teórico-metodológicas destes estudos, pois não há homogeneidade de estratégias de meios de vida. Por exemplo, em um mesmo núcleo doméstico, as estratégias de meios de vida podem variar devido aos diferentes propósitos e funções que cada indivíduo possui (HAAN e ZOOMERS, 2005), como a busca de emancipação social da figura feminina e a quebra de relações hierárquicas nas relações de gênero, pois cada membro apresenta uma singularidade e visão de mundo.

Apesar do pioneirismo de Antônio Cândido no uso do termo “meios de vida”, não foi a partir de seus estudos clássicos que este conceito adquiriu popularidade. Os meios de vida como abordagem analítica só ganhou notoriedade após o fracasso de projetos de desenvolvimento rural idealizados por países considerados de primeiro mundo e de organizações multilaterais para as regiões ou países considerados “subdesenvolvidos”, mais precisamente na Inglaterra, no início dos anos 1990, ressurgindo na forma de "*livelihoods*", em torno de um debate entre as possíveis contribuições acadêmicas e a reorientação do papel das agências de desenvolvimento internacionais (PERONDI e SCHNEIDER, 2012; SCOONES, 2009; HAAN e ZOOMERS, 2003).

Os meios de vida ou *livelihoods* tornou-se uma ferramenta explicativa utilizada nos estudos sobre a pobreza rural no mundo, principalmente no continente africano, sobre as estratégias de sobrevivência de pessoas em condições de vulnerabilidade ou crises sociais, ambientais e, ou, econômicas, contribuindo na orientação e planejamento de políticas públicas (CHAMBERS e CONWAY, 1992; ELLIS, 2000; HAAN e ZOOMERS, 2003, 2005; ALLISON e HOREMANS, 2006). A emergência conceitual dos meios de vida é atribuída a Chambers e Conway (1992), essencialmente na utilização do termo “meios de vida sustentável” (*sustainable livelihoods*), definindo os meios de vida como um meio de ganhar a vida, onde as capacidades de subsistência¹⁰ são determinadas por ativos tangíveis, como recursos disponíveis, e intangíveis, como reivindicações e acessos.

¹⁰ A categoria analítica do *livelihoods* foi construída sob uma perspectiva desenvolvimentista, que classifica a concepção de pobreza sob os moldes da visão ocidental do capitalismo, interpretando formas de viver e produzir de extratos sociais considerados “pobres” como “subsistência”.

Em sua evolução genealógica, a compreensão de meios de vida vem ganhando novos contornos linguísticos e novas perspectivas de abordagem. Ellis (2000, 1999), ressalta que os meios de vida compreendem os ativos (capital humano, capital físico, capital social, capital financeiro e capital natural)¹¹, as atividades e o acesso a estes (mediados pelas instituições e relações sociais) que em conjunto representam as formas de vida e as estratégias desenvolvidas pelos indivíduos ou unidades domésticas. Há conclusões que apontam o poder como uma variável explicativa importante na compreensão dos meios de vida, pois o acesso às oportunidades de “subsistência” é governado por relações sociais, instituições e organizações dentro de um cenário sociopolítico (HAAN e ZOOMERS, 2005).

Diante das consequências negativas dos esforços de desenvolvimento a partir de um nível de perspectiva local e de suas particularidades, e das consequências ampliadas para outros níveis institucionais (distrito, estado, nação e internacional) (WOLMER *et al.*, 2003), novas abordagens destacam que o conceito de *meios de vida* deve abordar questões mais penetrantes nesses níveis institucionais, concretamente em quatro temas: o conhecimento, a política, a escala e a dinâmica; a fim de ter uma contínua relevância e aplicação, injetando uma análise política mais aprofundada no centro das perspectivas de meios de vida (SCOONES, 2009), buscando envolver fatores que influenciam as formas desenvolvidas de viver dos sujeitos sociais. Essas novas abordagens demonstram que o conceito de meios de vida possui um potencial analítico para se compreender experiências sociais e desafios contemporâneos, configurando-se como um conceito em construção capaz de realçar desde elementos quantitativos como também elementos qualitativos de análise.

Na perspectiva familiar, por exemplo, evidenciou-se que os meios de vida são influenciados por seus membros familiares, havendo uma mudança de análise centrada no conjunto familiar para uma perspectiva mais individual, centrada no indivíduo. Isso incluiu nas análises de meios de vida fatores como: i) os estudos de gênero evidenciaram diferenças intradomiciliares; ii) homens, mulheres, idosos e crianças possuem diferentes interesses; iii) notou-se que os meios de vida são cada vez mais diversificados; iv) é menos comum as pessoas buscarem ativos em uma única fonte, havendo estratégias de migração na busca de outras fontes (HAAN e ZOOMERS, 2005).

¹¹ Como exemplo, os capitais classificam-se como: Capital Humano: compreende fatores como a educação, habilidades e saúde dos membros de uma família; Capital Físico: compreende fatores como equipamentos agrícolas ou máquina de costura; Capital social: as redes sociais e associações às quais as pessoas pertencem; Capital Financeiro: fatores como poupança, crédito, gado, etc.; e Capital Natural: a base de recursos naturais, como terra, água e recursos biológicos (ELLIS, 1999).

Como notado entre os fatores destacados acima, a migração, por exemplo, é determinante no acesso e desenvolvimento de meios de vida (ELLIS, 2000; HEBINCK, 2007). Hebinck (2007), por exemplo, constatou em aldeias do sul da África, que os sujeitos que migravam do campo para a cidade realizam esse processo para enviar dinheiro para casa de suas famílias em aldeias, sinalizando uma forma de mobilidade social e separação espacial para possibilitar o acesso a novos meios de vida, mantendo pelo menos uma ligação parcial com elementos do campo. Nesse sentido, a migração é um fator determinante no delineamento de meios de vida, podendo aumentar as oportunidades das famílias em condições de limitações de recursos diversos (como sociais, econômicos e ambientais).

Assim, um grupo doméstico possui seus meios de vida influenciados a partir das particularidades e objetivos individuais, como a migração. Esta abordagem, que parte do indivíduo para o coletivo, não é diferente em relação ao arranjo de atividades internas de um núcleo doméstico camponês, onde a função de cada indivíduo constitui-se como elemento essencial de um quebra-cabeça, em que cada peça é importante para a sustentação do grupo doméstico como um todo. De acordo com Mendras (1978, p. 81), a vida econômica das sociedades camponesas é organizada no interior dos grupos domésticos, havendo uma distribuição de atividades por gênero e idade.

Além do gênero e idade, o número de indivíduos representa outro fator determinante na vida econômica e na dinâmica do trabalho familiar camponês. Um grupo doméstico extenso pode representar mais mão de obra e eficiência produtiva, dispensando a contratação de força externa de trabalho. No entanto, um extenso grupo doméstico representado por um casal de camponeses que possui apenas crianças, ou com filhos apenas do sexo masculino ou feminino, possui limitações de força de trabalho e, ao mesmo tempo, maiores exigências alimentares. Nessa perspectiva, a configuração e organização de um grupo doméstico camponês (número de indivíduos, sexo e idade) determina a sua dinâmica e a diversificação de seus meios de vida. Mas, a configuração da dinâmica de um grupo também pode gerar conflitos, pois os papéis e a relação de cada membro com os meios de vida podem ser questionados e modificados, conduzindo a processos de mudanças de papéis de acordo com os anseios individuais.

Em relação à diversificação dos meios de vida, são diversos os motivos que estimulam um grupo doméstico a buscar novas fontes de sobrevivência, desenvolvendo estratégias de acesso a distintas fontes de recursos. Assim, surge a discussão da “diversificação dos meios de vida”, compreendendo o conjunto cada vez mais diversificado de atividades e capacidades de apoio social que as famílias rurais desenvolvem para sobreviver e melhorar suas condições de vida (ELLIS, 2000). Frank Ellis aborda a diversificação dos meios de vida no contexto rural,

evidenciando que a agricultura é apenas um dos muitos meios de sobrevivência, apesar de sua discussão está fundada geralmente em idealizações de desenvolvimento rural na perspectiva econômica de meios de vida.

Diante de sua variada aplicabilidade analítica no meio acadêmico e em projetos de políticas públicas, os *livelihoods* ou meios de vida é um conceito considerado de dimensão holística, visto que relaciona um conjunto de atividades e formas inerentes a vida das pessoas (HEBINCK e BOURDILLON, 2001; SCOONES, 2009). Com isso, análises mais profundas de meios de vida de realidades locais e contextos específicos de extratos sociais camponeses podem ser elucidadas, uma vez que os mesmos dependem fortemente de recursos naturais circundantes para a sua reprodução social. Além disso, pressões sociais da sociedade englobante influenciam as estratégias de sobrevivência dos segmentos sociais camponeses, necessitando de maiores entendimentos dos seus meios de vida e de suas relações sociais e com a natureza.

A satisfação das necessidades dos grupos domésticos está associada a cenários distintos e interligados entre si (social, ambiental e político), exigindo dos mesmos desenvolver estratégias de produção e reprodução da vida nesses cenários. Com isso, a compreensão da vida social a partir da satisfação das necessidades materiais e simbólicas demonstra que os meios de vida é relativo aos fatores técnicos desenvolvidos pelos indivíduos e também relativos tanto a fatores do meio natural como do meio social, evidenciando formas específicas de viver de existir (CÂNDIDO, 1964).

Além do mais, o conceito de meios de vida pode ser pensado para uma análise profunda dos elementos socioculturais que constituem realidades locais e realçar a importância desses elementos para a reprodução de estratos sociais geralmente marginalizados pelo sistema capitalista, aprofundando o entendimento das relações desses sujeitos sociais com o ambiente natural e de suas estratégias delineadas para a sustentação da vida. Assim, apesar das abordagens tradicionais da teoria dos *meios de vida* enfatizarem apenas dimensões relacionadas a aspectos materiais e econômicos, na perspectiva que adotamos nessa pesquisa e em nossa visão, os meios de vida também englobam aspectos simbólicos e culturais, por compreender que essas dimensões influenciam no delineamento dos meios de vida dos sujeitos sociais como um todo, visto que as ações individuais e coletivas fundam-se de um campo cognitivo de visão de mundo. As dimensões simbólica e cultural devem ser consideradas como categorias de análise nos estudos de meios de vida, visto que fazem parte do universo social dos estratos sociais do campo e integram a base de categorias de pensamentos dos mesmos, como os ritos, as crenças e as tradições. Esses fatores simbólicos e culturais influenciam no desenvolvimento

dos meios de vida dos grupos rurais, demonstrando que a subjetividade humana é intrínseca à dimensão material.

Portanto, este conceito holístico nos possibilita compreender os elementos sociais construídos pelos grupos domésticos estudados, entender o conjunto variado de limitações, privações e acesso a diferentes recursos, bem como elucidar as relações entre si e com a natureza sob a compreensão de uma coprodução. O conceito de meios de vida possui maior destaque analítico nesse capítulo, no qual será feita uma descrição das trajetórias sociais e dos meios de vida dos grupos domésticos da Amazônia, mas este conceito também está presente na compreensão dos elementos levantados nos capítulos seguintes, devido a sua abrangência teórica e metodológica.

6.3 Os grupos domésticos: entendendo o passado e seus meios de vida

Os três grupos domésticos camponeses entrevistados da região amazônica moram em comunidades com vizinhos próximos, constituídos por laços de sociabilidade entre si referentes a trocas de objetos, alimentos e trabalho. Vivem essencialmente da agricultura e a praticam por meio de saberes tradicionais repassados entre as gerações, em que os grupos domésticos se configuram como unidades econômicas sob a auto-organização interna associada a fatores circundantes. Mas além de uma unidade econômica, os grupos domésticos são constituídos de relações sociais que delineiam suas estratégias de sustentação da vida e, conseqüentemente, suas trajetórias.

6.3.1 GRUPO DOMÉSTICO 1: SR. MIGUEL E DONA LUCI

Sentado em um tamborete na porta da sala, com a Dona Luci (61 anos) ao lado, o Sr. Miguel (61 anos) debulhava feijão para o almoço do dia seguinte. Em frente à casa, as crianças brincavam com suas imaginações sob a claridade da lua, com suas risadas ecoando no silêncio daquele ambiente calmo. Isso dava a sensação de vidas sem grandes preocupações, com trajetórias harmônicas e sem alterações no tempo, mas suas narrativas diziam muito mais.

Nascido e criado no Município de Viseu, comunidade do Biteua, o Sr. Miguel é filho de agricultores e o mais novo de doze irmãos (seis mulheres e seis homens). O número elevado de filhos, condição típica das famílias antigas, pode despertar várias explicações, mas destaca-se geralmente aquela referente à estratégia de garantir o recurso “mão de obra” para a manutenção das atividades agrícolas do grupo doméstico, como salientado por Wolf (1976) em relação às famílias nucleares ou famílias extensas. O grupo doméstico garantia o seu sustento

principalmente por meio da terra, mas não possuíam a propriedade e controle da mesma. Trabalhavam como diaristas e como meeiros em terras de parentes e conhecidos, atividades desenvolvidas para garantir o sustento do grupo doméstico. “Nesse tempo meu pai fazia roçado grande. Prantava tudo o que nascia. Prantava cana, prantava batata, mandiocaba, macaxeira e mandioca. O animal que ele tinha era cavalo mesmo pra carregar”, explicou o Sr. Miguel.

Além de agricultores, também eram extrativistas: caçavam, pescavam e “tiravam caranguejo”. Esse conjunto de atividades é resultante de saberes essenciais adquiridos sobre a natureza, por meio de um processo coevolutivo com a mesma que proporciona uma adaptabilidade dessas populações tradicionais em ambientes de várzea e terra firme. Essa estreita relação entre ser humano e natureza na Amazônia permite ao primeiro elaborar meios de vida (pesca, caça, agricultura, coleta de frutas e sementes, etc.) fundados nos recursos disponíveis, combinando-os entre si a partir da dinâmica sazonal do ambiente (FURTADO, 1993; ARRUDA, 1999; PEREIRA e FABRÉ, 2009).

Os pais do Sr. Miguel se separaram e ele foi o único filho que “escolheu” morar com o seu pai. A fragmentação da família foi provocada por violência doméstica praticada pelo patriarca, algo expressado na narrativa do entrevistado:

“O meu pai era mal [ao ponto] de agarrar no cabelo da minha mãe. Naquele tempo não tinha o que hoje em dia tem, a historizada de providência nisso, né? Hoje em dia não, inventaram a Maria da Penha, o Conselho tutelar... e isso vai parando essas coisas, né? E nesse tempo, não! Aí meu pai pegava o cabelo da minha mãe, enrolava e enchia o rosto dela de “murrada”, até “empular”. Meu pai era muito mal, muito mal!” (Sr. Miguel).

Após a separação, o Sr. Miguel e o seu pai migraram para uma localidade sem vizinhos próximos, distante da cidade de Viseu e considerada “isolada”, localizada “no meio da mata”. Já haviam parentes dos seus pais habitando o lugar, sem haver necessariamente o registro formal de propriedade da terra. Estas migrações, porém, o impediram de estudar. Além da distância, o contexto familiar conflituoso foi, segundo o Sr. Miguel, um dos principais motivos do mesmo não ter estudado. “De onde a gente morava era três horas de viagem pra varar na beira da estrada. E de mau ele [o pai] não me botou pra eu me educar e, por causa disso, eu não sei nada de leitura” disse o entrevistado.

Casado novamente, o pai do Sr. Miguel vivia do extrativismo com o grupo doméstico, constituído nesse período por três pessoas (pai, filho e madrasta), sendo a caça e a pesca os principais meios de vida. No processo da pesca, eles utilizavam tecnologias tradicionais para facilitar e potencializar a atividade, relatada pelo camponês da seguinte maneira: “Tem o veneno perigoso que se chama timbó do mato, timbó sacá da roça que a gente sempre semeia.

Mas o cunambi¹² é uma “arvre” que a gente apanha as folhas, soca no pilão de pau ou na terra e agora, quando colocava na água, o peixe saía” explicou o entrevistado sobre a técnica utilizada na época que era criança. Práticas de pesca com o uso de substâncias tóxicas, como o timbó e o cunambi, também foram registradas em outras etnografias, como Magalhães (1993) e Lisboa (2002). Apesar do uso dessas substâncias tóxicas serem proibidas pela Lei 9.605/98 e fiscalizada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, ainda é comum o uso das mesmas na Amazônia, já que são parte constitutiva dos meios de vida originalmente dos grupos indígenas locais e que foram incorporados pelas demais populações da região (SILVA, 2012).

As atividades que eram praticadas por meio dos recursos da mata manifestam o vínculo direto desse grupo doméstico com a natureza, uma relação típica do contexto amazônico, refletindo as suas adaptações no espaço natural e a expressão de uma territorialidade na forma de viver e se relacionar com o meio. Segundo Godelier (1984), o “território” é um elemento importante que constitui a relação de populações tradicionais com a natureza, por compreender a reivindicação social de direitos estáveis de acesso, controle ou uso sobre um determinado ambiente que garante aos indivíduos os meios necessários para reproduzir a vida, tanto de ordem material (visíveis) como imaterial (invisíveis). De acordo com esse autor, além da natureza-território fornecer à humanidade o próprio ser humano como espécie animal, lhe fornece: a) meios de subsistência; b) meios de trabalho e produção; c) meios de produzir os elementos materiais relacionados a estrutura determinada de uma sociedade, como relações de parentesco (GODELIER, 1984, p. 113).

As relações sociais de parentesco (pai, filho e enteada) no caso específico, dentre várias funcionalidades, laboravam como força de trabalho para garantir o sustento do grupo doméstico, havendo um repertório de atividades econômicas que cada indivíduo desempenhava. Porém, além de relações econômicas, esse território também era permeado de relações conflituosas entre os indivíduos do grupo doméstico. A violência doméstica era um elemento que acompanhava as adaptações ambientais desses sujeitos sociais. O conflito físico e verbal que ocorria constantemente entre o casal (pai e madrasta), bem como a violência que o Sr. Miguel sofria, praticada pelo pai, determinaram a sua migração para a comunidade Biteua que o mesmo havia nascido e onde sua mãe vivia com o atual esposo.

“O meu pai era um homem muito mal. Então ele escapou de me matar por duas vezes. (...) Ele me deu [bateu] de cinturão que deixou “empulado” o meu coro. A correia, que naquele tempo não era cinturão, era correia. Ele tirou a correia e me bateu, me

¹² Árvore brasileira, cuja seiva se emprega na narcotização de peixe para pescar.

bateu, que ficou “empulado” o meu coro (...). Com muita dor eu chorei. Aí eu me enraivei e disse que o dia que eu pisasse na terra da minha mãe eu ficava com a minha mãe. Assim foi que eu me separei do meu pai” (Sr. Miguel).

Ao fugir para a comunidade que a sua mãe morava, o Sr. Miguel, no entanto, passou a viver na casa dos seus cunhados e padrinhos, em razão da relação conflituosa da sua mãe com o seu atual esposo. O roçado e a pesca eram os meios de vida que o mesmo possuía para viver. Trabalhava como diarista nos roçados de outros agricultores juntamente com o seu irmão mais velho, Marco Pereira, mas, por ser criança (12 anos), no final do dia seu trabalho não era valorizado da mesma forma que o trabalho realizado pelo irmão: “Nós trabalhamos o dia inteiro, no final meu serviço não foi valorizado como o de Marco, porque eu ainda era uma criança, eu penei muito na vida”, relatou o entrevistado.

Além do roçado, ele possuía a responsabilidade de trabalhar com a canoa do seu padrinho e, em troca, sua mãe era retribuída com peixe. O padrinho tinha um filho, mas como este ainda era muito pequeno, o Sr. Miguel era ideal para gerenciar a canoa e trabalhar na pesca. Esses rearranjos de grupos domésticos são determinados por uma série de fatores, como o conflito familiar *in loco* e a configuração interna dos grupos, como idade, gênero e número de membros. O entrevistado se referia ao padrinho expressando uma forte afetividade, pois o mesmo era considerado como um parente por meio do batismo. Em sua narrativa, o que denotava uma exploração ao nosso olhar moderno, era expressado como uma troca. O peixe que o compadre fornecia à mãe do Sr. Miguel era um claro exemplo de uma forma de agradecimento (um pagamento não monetário) por permitir que o filho trabalhasse com ele nessas atividades, mas também um laço de reciprocidade presente nas mediações dessas relações. Ao mesmo tempo, o padrinho também providenciou os documentos do afilhado, como a certidão de nascimento que ainda inexistia.

“Quando eu já tava um pouco maior, um padrinho meu que me batizou, esse padrinho meu foi que tirou o meu “batistério”. Através desse “batistério” foi tirado todos os meus documentos, porque é a certidão que diz tudo da gente, a idade e tudo. E eu ainda não tinha nenhum documento” (Sr. Miguel).

Relações sociais entre grupos domésticos, incluindo o compadrio, em comunidades amazônicas também foram assinaladas por Charles Wagley (1988) no contexto social de uma aldeia no baixo Amazonas. O compadrio pode expressar o entrelaçamento de relações de reciprocidade, caracterizando-se como uma importante estratégia de meios de vida para a mobilização de recursos que proporcionam a garantia da reprodução social dos grupos domésticos.

O Sr. Miguel cresceu em meio a uma série de migrações locais e desenvolveu diversos meios de vida para viver, e conheceu, anos depois, Dona Luci na mesma comunidade. Esse contexto de fluxos migratórios também foi protagonizado pela Dona Luci. Filha mais nova de nove irmãos (cinco irmãs e três irmãos), Dona Luci nasceu no Município de Carutapera - MA. Filha de pais camponeses, ela perdeu a mãe quando tinha apenas nove meses. Após a morte da mãe, ela e os irmãos saíram de casa, ocorrendo a migração de alguns para o município de Viseu-PA, onde haviam parentes de consanguinidade materna. O motivo do rompimento do núcleo familiar foi relatado da seguinte maneira pela entrevistada:

“Meu pai arrumou outra mulher, mas a mulher era muito ruim pra nós, principalmente pra mim, aí meus irmão saíram todos, só ficou eu e o derradeiro. Quando ela morreu eu tinha nove meses. Eu não tenho conhecimento da minha mãe” (Dona Luci).

Como notado, a malha de parentesco possibilita a reprodução de grupos domésticos camponeses, ocorrendo uma espécie de simbiose parental que permite a adaptação dos indivíduos em circunstâncias de crise, como a cisão de grupos domésticos e migração. Nesse termos, Sarti (1996) destaca que a família ultrapassa os limites da casa entre os trabalhadores de baixa renda, pois a família ultrapassa um simples núcleo e envolve uma rede de parentesco mais ampla, que possui uma série de obrigações morais que viabilizam a própria existência da família em processos de rupturas. O parentesco é um elemento que possui interpretações antagônicas em estudos rurais. Diferente de Mendras (1978, p. 65), que considerou o papel do parentesco um mero “acessório nas sociedades camponesas”, Woortmann (1990) e Pereira (2000) sublinharam o papel do parentesco como um princípio organizatório das sociedades camponesas. Pereira (2000), por exemplo, associa o parentesco com a reprodução do grupo doméstico.

A malha de parentesco, certamente, contribuiu com a elaboração de meios de vida na trajetória de Dona Luci, possibilitando a sua adaptabilidade em processos de mudanças sociais. A entrevistada narrava sua trajetória com muita timidez, elemento comum entre as mulheres casadas que foram entrevistadas, comportamento diferente em relação ao grupo doméstico gerenciado por duas mulheres, abordadas a seguir. A hipótese é que esse comportamento se justifique pelo provável contexto de hierarquia familiar protagonizada pela figura masculina e/ou pelo contexto de criação patriarcal, com a mulher ocupando o segundo plano na maioria dos processos decisórios, isso quando ocupavam esse lugar.

Devido a esse acanhamento, seus relatos não tiveram a mesma profundidade de detalhamentos das relações sociais dentro do grupo doméstico, como os relatos realizados por seu esposo. Mas ficou evidente como a morte de um dos membros centrais – no caso, a sua mãe

– desestabilizou a configuração do grupo doméstico. Além disso, ficou claro que o conflito esteve também presente com grande relevância, constituindo-se como um elemento definidor do rompimento do núcleo doméstico, sobretudo, provocando a migração de parte dos seus membros.

Aos dez anos de idade, Dona Luci migrou para o município de Viseu - PA para morar com o seu irmão, como ressaltado por ela: “Eu já me criei pela mão dos meus irmãos e minhas irmãs”. Mas, aos doze anos, ela retornou para a casa do seu pai e, no mesmo período, foi trabalhar em Belém como empregada doméstica. “Dos doze anos em diante trabalhei em casa de família, trabalhando pela cozinha dos outros. Quando eu cheguei no Maranhão, uma mulher me pediu para o meu pai, aí eu fui embora pra Belém. Passei cinco anos em Belém” disse Dona Luci.

Aos dezessete anos de idade, Dona Luci retorna para o Maranhão para cuidar do pai que estava doente. Nessa ocasião, ela trabalhava no roçado e em casas de famílias (como diarista) da cidade próxima à sua comunidade. Após se separar do primeiro marido estando grávida de oito meses, Dona Luci retorna para o Município de Viseu - PA, casando-se logo em seguida com o Sr. Miguel. Este, por sua vez, relatou que, para conquistá-la, foi preciso provar que era trabalhador e que seria capaz de sustentá-la, como relatado por ele:

“Na primeira noite ela não quis se entregar pra mim. Foi só na segunda, depois que eu tirei caranguejo. Eu fui no mangal, tirei caranguejo só do graúdo. Matei, a minha avó matou, elas cozinham e enchemo a barriga, ela viu [como dizem] o começo do meu sotaque, e nós tamo até agora” (Dona Luci).

Para possibilitar que os filhos tivessem acesso à educação, o casal migrou para uma comunidade maior (Limondeua) que possuía escola. Atualmente, compraram um sítio em outra comunidade vizinha e mudaram-se, dessa vez, com os netos que criam. Estas últimas mobilidades territoriais foram influenciadas por acessos à educação, à propriedade e ao controle sobre a terra. Portanto, a migração é influenciada pelo acesso a meios de vidas e vice-versa

Pelo menos no contexto de vida desse casal, houve uma árdua luta desde a infância para sobreviverem, passando por problemáticas sociais como o trabalho infantil e a violência doméstica. Conflitos como estes e processos de migração também estiveram presentes nas trajetórias dos membros entrevistados das outras famílias, como no contexto familiar das irmãs camponesas Augusta e Maria, que será discutido nos próximos parágrafos.

6.3.2 GRUPO DOMÉSTICO 2: DONA AUGUSTA E DONA MARIA

Em uma manhã na hora do café, ao som da cantoria das criações no quintal e de pássaros da mata próxima da casa, Dona Augusta (71 anos) e Dona Maria (63 anos) nos relatavam suas trajetórias de vida. As duas irmãs são as únicas mulheres de um total de oito filhos, dos quais dois homens já eram falecidos. Com os filhos ainda muito novos durante a morte prematura do pai, elas e os irmãos foram criados pela mãe e pela avó materna. Esta, por sua vez, recebe maior destaque nos relatos das entrevistadas.

A migração é um elemento que faz parte do contexto familiar das duas agricultoras camponesas, determinada originalmente pelo ambiente. Mais velha e mais falante que a Dona Maria, Dona Augusta relatava o processo de migração dos seus antepassados nordestinos para a região norte, por volta de 1915, em busca de melhores condições de vida em razão da seca existente na região de origem (Ceará). Para nos fazer entender melhor essas trajetórias, o contexto de vida da avó materna nos foi detalhado com profundidade, pessoa que ocupava uma marcante presença nas lembranças das duas irmãs: “Nossa vó conversava muito, essas coisas quem nos contava era nossa vó, porque a nossa mãe pouco conversava”, ressaltou a Dona Augusta.

Segundo Dona Augusta e Dona Maria, os antepassados vieram aos poucos. Primeiramente foi o bisavô cearense, que ao se “agradar do lugar”, devido à fartura de terra e água, resolveu buscar a filha (a avó de Dona Augusta e Dona Maria). Gradativamente, outros parentes migraram e muitos permaneceram no Ceará. Esse processo foi destacado por Velho (2009) acerca dos nordestinos que migravam para a Amazônia antes da década de 1950, considerando que os indivíduos buscavam terra livre e um bom local para se estabelecerem e, em seguida, levarem seus parentes. Sobre esse processo de ocupações da Amazônia, Velho (2009, p. 190) destaca:

O seu padrão de ocupação consistia em indivíduos ou pequenos grupos de homens penetrarem na floresta, buscando um local favorável para se estabelecerem. Após uma busca que podia levar bastante tempo e exigir muito esforço, em geral escolhiam um lugar próximo a um riacho (*igarapé*) ou lagoa. Seria em geral num terreno que contivesse barro, considerado bom para a produção agrícola e para a criação de porcos, além de ser bom material de construção. Após os trabalhos iniciais voltavam para buscar as suas famílias, que estariam ou nos locais originais de partida ou num dos povoados próximos ao rio (VELHO, 2009, p.190).

Dessa maneira, o contexto de vida da avó das entrevistadas faz parte do processo de migração para a Amazônia, representando a origem de muitas famílias ali estabelecidas. A avó representava um campesinato regido pela ordem moral de valores englobantes, como a *honra* e o *trabalho*. O homem, por exemplo, para ter valor simbólico na comunidade, tinha que provar

que era *trabalhador*. A qualidade de trabalhador lhe dava respeito e honra para casar com a filha dos outros, e estabelecer um laço de parentesco com a família da esposa. Assim foi estabelecido o matrimônio da avó da Dona Maria e da Dona Augusta, relatado por esta da seguinte maneira:

“Minha avó conheceu este paraense e casou, ele era separado e se agradou da minha avó. Naquele tempo não era como agora, ela casou com meu avô, mas não era gosto dela, agrado dos pais. Mas como ele era trabalhador, aí ela casou com ele, mas não era simpatia dela. Porque hoje em dia as pessoas só casa [de casamento] com uma pessoa ou se ajunta (...) sei lá! Só se agradar do namorado, porque hoje em dia é namorado! Naquele tempo era agrado dos pais” (Dona Augusta).

No entanto, o casamento, com o tempo, entrou em conflito; isso porque o esposo formou outro grupo doméstico paralelo, mencionado pela irmã mais velha: “Aí ele arrumou uma companheira [amante], aí ela [avó] foi sofrer, tu já pensou!? A vida da minha avó foi triste”. O laço matrimonial não foi desfeito, pois a avó tinha sua honra a zelar perante a comunidade, não podia ser julgada como “mulher solteira”, mas a relação seguiu em conflito e culminando no primeiro e último ato de violência. Após passar da hora de dar mingau para o filho de colo, devido estar colhendo feijão e carregando lenha para o almoço, a avó sofre um ato de violência praticado pelo esposo. Com o semblante carregado de indignação a respeito da atitude do avô e, ao mesmo tempo, demonstrando um sentimento de orgulho pela avó, Dona Augusta narrou o desfecho do conflito:

“Quando ela vai se abaixar pra pegar a lenha, ele, com o terçado na mão, agarrou e pá na costa dela! Deu de pranchada [com a lateral do facão] assim [demonstrando com a mão]. Ela não apanhou nem do pai dela, que criou ela com o maior mimo, ia apanhar de um homem só porque casou com ele? Foi só ela pegar o pau e largou enriba da cara dele e o sangue desceu. Tá vendo!? Ele só quis essa!” (Dona Augusta).

Essas experiências eram repassadas às duas irmãs não apenas como uma história dos seus antepassados, mas como conselhos para serem seguidos, que construíram um pensamento da mulher ter o direito de escolha matrimonial, uma autonomia de escolha em relação a casar ou não. A avó lhes aconselhava deixar o companheiro caso a relação não fosse boa e, caso casassem, “não era pra dar confiança pra marido”.

Referindo-se à avó, Dona Augusta exclamou: “Se não dá certo, deixe a filha dos outros, mas não bata!”. Essa frase possui o sentido de uma união estabelecida não pelo sentimento amoroso, como entendido na expressão *a filha dos outros*, mas pelos valores estabelecidos entre as famílias, as quais determinavam os ritos cerimoniais de união entre os casais. Além do casamento, a mulher em si era o símbolo de um laço de reciprocidade entre as famílias que a cediam a um homem trabalhador e honrado. Se não cuidar desse laço, desate-o (*deixe a filha dos outros, mas não bata!*). Woortmann (1995), em relação ao campesinato, ressalta que o casamento não se trata apenas de trocas abstratas, mas de famílias preocupadas com a

perpetuação de seu “tronco” ou de seu “sítio”, sinalizando que o casamento envolve acordos entre famílias e não apenas entre dois indivíduos.

Por meio das fotografias na parede da sala, os parentes falecidos nos foram apresentados. A avó foi descrita como uma mulher corajosa e forte, que possuía muita sabedoria e experiência de vida. Os antepassados, apesar de não estarem mais presentes fisicamente, ainda exerciam uma forte influência na maneira de agir e lidar com as situações. Essa influência era reafirmada rotineiramente: “É por isso que a gente age na hora, não vai pensar pra fazer amanhã, nós tudo puxamo pra cearense, não tá mais puro, tá só assim salpicado no sangue”, disse Dona Augusta referindo-se a avó. O laço de sangue com a avó é um símbolo de conduta, a concretude de um parentesco que legitima a natureza dos valores, símbolos e significados repassados pelas gerações, heranças imateriais de identidade sociocultural.

Utilizando métodos etnográficos e históricos em seu estudo sobre os colonos teuto-brasileiros, Woortmann (1995, p. 40), considerou que “em todas as formações camponesas ocidentais a reciprocidade entre famílias é um componente central dos valores culturais e expressa sempre relações de parentesco”. Nesse presente estudo, constata-se que a simbólica do parentesco, representada pela herança imaterial entre as gerações, é um elemento que assegura o conjunto de valores que o grupo doméstico possui, influenciando as formas de ver o mundo, suas representações e relações sociais. O parentesco expressado pela descendência do grupo doméstico é interpretado como a base dos valores, em que as virtudes dos antepassados são realçadas como exemplos de vida para a presente geração. Com isso, o *ethos* camponês desse núcleo doméstico está ligado ao território da memória dos antepassados próximos, que apesar de não estarem mais fisicamente presentes no cotidiano, o eco das suas palavras ditas outrora continuam a cumprir um papel cultural nas mediações internas do grupo.

Da mesma forma, o falecido esposo de Dona Maria nos foi apresentado: “Era um homem trabalhador, morreu do coração”. O valor moral *trabalhador* foi um elemento essencial que Dona Maria considerou em seu falecido esposo ao estabelecer um matrimônio com o mesmo. Diferentemente, Dona Augusta não quis casar: “nunca tive paciência com homem”. A escolha pode ser considerada a quebra de um tabu em relação aos costumes, principalmente, os mais antigos em relação à mulher. O limiar de sua liberdade de escolha, certamente, está nos ensinamentos da sua avó em relação a matrimônio, que eram sempre destacados.

Com isso, Dona Augusta migrou aos dezessete anos para a capital do Pará, Belém, para trabalhar em casa de família. A migração não foi justificada por necessidades materiais, mas por necessidades pessoais, apesar de não ter possuído a oportunidade de estudar. Ela, resumidamente, afirmou que sentia vontade de conhecer a capital e trabalhar por lá:

“Fui novinha pra Belém, até minha carteira de identidade tirei lá em Belém (...). Eu fui pra Belém [por volta de 1963] pra mim trabalhar. Eu fui porque eu ouvia falar muito em Belém. Os outros ficaram aqui cuidando do roçado. Eu trabalhava em casa de família, mas não estudei (...). Depois vim cuidar da minha avó e da minha mãe, porque já estavam ficando velhinhas” (Dona Augusta).

Os irmãos, ao atingirem a fase adulta, constituíram seus grupos domésticos e migraram, uns, para outras comunidades e, outros, para Estados como São Paulo e Maranhão. Mas, diferente dos outros irmãos, as trajetórias das duas irmãs são entrelaçadas pelos rearranjos de grupos domésticos, provocados principalmente por perdas de membros centrais. Enquanto Dona Augusta migrou aos dezessete anos para a capital, Dona Maria ficara com as matriarcas (avó e mãe). Após o retorno da Dona Augusta, Dona Maria casou-se e constituiu um novo grupo doméstico.

Dona Maria teve quatro filhos (dois homens e duas mulheres), mas perdeu o esposo prematuramente. A perda de um membro central de um grupo doméstico, como a esposa ou o esposo, desestabiliza os meios de vida do mesmo, principalmente se os filhos ainda forem crianças e/ou se todos pertencerem ao mesmo sexo. Dessa forma, devido ao falecimento do esposo e com os filhos (duas mulheres e dois homens) ainda pequenos, Dona Maria retorna para a casa de suas matriarcas para cuidar das mesmas na velhice juntamente com a irmã. Dona Maria compartilhou a criação dos seus filhos com a Dona Augusta, vivendo juntas até hoje na mesma comunidade conhecida pelo nome Caeté Cuera.

Semelhante aos contextos de vida do Sr. Miguel e da Dona Luci, Dona Augusta e Dona Maria não tiveram acesso à educação. Na época, nas comunidades onde elas cresceram, não havia escolas próximas. Logicamente, os acessos a certos bens e direitos não associados à natureza, como educação, são dependentes do contexto sociopolítico do território e da dispersão geográfica desses grupos domésticos. Acessos desse tipo são determinantes para as mobilidades territoriais desses grupos, os quais possuem uma adaptabilidade às características dos ambientes locais por meio do saber tradicional repassado pela autarquia no interior dos grupos. Além disso, apresentam uma resiliência social a partir de suas metamorfoses associativas ao longo do tempo, como notado nas trajetórias das entrevistadas.

6.3.3 GRUPO DOMÉSTICO 3: SR. PAULO E DONA MARINEUZA

Os entrevistados do terceiro grupo doméstico, Paulo (36 anos) e Marineuza (33 anos), criados também na mesma região, representam um campesinato em transformação, assim como os filhos e netos dos entrevistados das famílias anteriores. Eles representam grupos domésticos

menores em relação ao número de filhos. Marineuza, por exemplo, é oriunda de um grupo doméstico de dezesseis pessoas, distinto do seu grupo atual, constituído por seis membros.

Seus pais possuíam quatorze filhos (oito mulheres e seis homens). Obtinham seu sustento por meio do roçado, extrativismo do açaí e pecuária. Em relação ao meio de vida da pecuária, o pai, especificamente, era vaqueiro na fazenda de um pecuarista. Com o tempo, o grupo doméstico foi adquirindo o próprio gado por meio do próprio capital financeiro e na forma de pagamento do patrão pelo seu trabalho, possibilitando, logo em seguida, a conquista da propriedade da terra. Isso porque, com a venda do gado conquistado, o grupo doméstico migrou de uma comunidade (Itapuriteua) para outra (Iquara) para realizar a compra de um sítio. O acesso à terra foi o fator preponderante para a mobilidade territorial do grupo doméstico, por representar a segurança de meios de vida mais estáveis e autônomos.

O acesso à educação foi também determinante na mobilidade territorial da Dona Marineuza. Apesar da disponibilidade desse recurso na comunidade que seu grupo doméstico residia, ela não frequentava a escola, motivo expressado da seguinte forma pela entrevistada: “Lá [Iquara] tinha escola, mas nossos pais ligavam mais para o trabalho, não matriculava os filhos”. O trabalho possuía a centralidade e exclusividade dos meios de vida para os pais, representando a fonte de sustento e símbolo moral do grupo doméstico. Apesar do trabalho, como símbolo de honra e dignidade, representar uma condição de liberdade do “nós” (grupo doméstico), dubiamente representa a liberdade de hierarquia sob a subordinação do “eu” (WOORTMANN, 1995).

Com isso, a autarquia no interior do grupo doméstico determinava que os esforços dos membros estivessem voltados exclusivamente para satisfazer as necessidades internas e assegurar a continuidade do próprio grupo. A educação, por outro lado, não possuía valor simbólico e nem representava um meio de sustento para os que gerenciavam o grupo. Isso fez com que Dona Marineuza, aos dezesseis anos, fosse morar com seus padrinhos em outra comunidade (Santa Rosa) para acessar o recurso educação. Nessa e nas outras trajetórias de vida abordadas, o compadrio se apresenta como um elemento-chave para a reprodução social dos grupos domésticos, constituindo códigos culturais de relação social, como a reciprocidade. De acordo com Woortmann (1990), o compadrio é uma forma simbólica de parentesco para os camponeses, representando a manipulação da configuração de cada grupo doméstico a partir das necessidades internas, em que os compadres são considerados como irmãos rituais. Nesse sentido, segundo Woortmann (1990, p. 33), “o padrinho, por outro lado, é "que nem o pai", e essas construções legitimam a troca de crianças, tornando-se o(a) afilhado(a) um(a) filho(a).

Através da cultura, consegue-se equilibrar o grupo doméstico, ao mesmo tempo que se preserva o princípio da família”.

O compadrio representou a migração de Marineuza em busca do acesso ao estudo escolar. Mas, além do acesso ao recurso educação, a migração também foi motivada pela busca de emancipação da autarquia familiar centrada nos pais ou, especificamente, na figura masculina. A fala da filha constitui o grupo como um organismo hierárquico, onde sua liberdade pessoal está submetida à liberdade coletiva associada à hierarquia dos pais. Ao mesmo tempo, o compadrio estabelece um elo de liberdade em manejar a composição do grupo doméstico em torno da simbologia de parentesco e dos valores que possui. Com um extenso grupo doméstico composto por oito filhas, a saída de uma filha não desestabilizaria os meios de vida do grupo.

Morando com os padrinhos, Marineuza lavava roupa de outro grupo doméstico na mesma comunidade (Santa Rosa) para ganhar seu próprio dinheiro. Esse grupo doméstico era constituído por um casal de idosos e um neto adulto (Paulo), com o qual Marineuza casou-se seis meses depois. Notoriamente, Marineuza cumpria uma atividade (lavar a roupa) que era realizada exclusivamente pela matriarca do grupo, mas a idade avançada já representava um obstáculo e não havia outra figura feminina no grupo doméstico para realizá-la, já que ainda é uma atividade tipicamente considerada feminina.

O ritual de união entre o casal foi constituído tanto por valores modernos como tradicionais. Se, por um lado, foi Marineuza quem escolheu o seu companheiro, por outro, a sua escolha passou pela aprovação do seu grupo doméstico, nesse caso os seus padrinhos. Quando o casal relatava como começaram a *namorar* – expressão que a Dona Augusta (família 2) atribuiu como um valor moderno – coincidentemente o padrinho da Dona Marineuza, Seu Domingos, apareceu para “torrar farinha” na “casa do forno” do casal. Seu Domingos aproximou-se até nós com muita simpatia, carregando uma camisa sobre o ombro e segurando um facão com a mão direita, ferramenta que reafirma a identidade de trabalhador, e com entusiasmo completou o relato da união do casal:

“Ele [S. Paulo] tem que dar graças a Deus a eu e a minha mulher, porque nós só foi buscar ela pra ele. Ela veio pra morar com nós pra estudar também, aí o caboco se atreveu pro lado dela e ficaram até hoje, porque ele é trabalhador (...). Pois é, agora eu vou trabalhar!” (Seu Domingos).

A honra de ser “trabalhador”, reafirmada na despedida do Seu Domingos, foi um valor moral do *ethos* camponês decisivo para aprovar o esposo e efetivar a união do casal. Após o casamento e constituição de um novo grupo doméstico, Marineuza não conseguiu prosseguir os estudos devido às sucessivas gestações (três meninos e duas meninas). Com um grupo

doméstico constituído apenas por crianças, as atividades ficavam centradas apenas no casal, ou seja, os meios de vida são menos estáveis e dinamizados em decorrência da limitação de força de trabalho.

O Sr. Paulo, por outro lado, sempre morou com os avós maternos antes de casar, pois seus pais não formaram um grupo doméstico. A história dos pais não foi detalhada pelo entrevistado por envolver a quebra de padrões morais da comunidade, impostos essencialmente sob a honra da figura feminina, vista pela comunidade como “mãe solteira”, verberado pelo próprio entrevistado: “Ela namorou um caboco aí e a barriga apareceu! (...) Ela ficou sem marido mesmo, só com a barriga”. Com isso, sua mãe casou-se logo depois do seu nascimento, constituindo outro grupo doméstico e deixando-o sob os cuidados dos avós. Pela linhagem da mãe, possui seis irmãs e um irmão. Não ouve relatos acerca da linhagem de parentesco do pai.

O fato de não haver conflito como *práxis* na gênese e trajetória familiar do entrevistado não denota a inexistência desse elemento. Diferentemente das trajetórias dos outros entrevistados, que havia o conflito direto entre membros do grupo e suscitando no rompimento do mesmo e formação de outros grupos domésticos, o contexto familiar e de parentesco do Sr. Paulo constitui um conflito não agonístico, presente em uma dimensão simbólica relacional entre mãe, pai e filho. A ausência da fala sobre a sua paternidade demonstra um rompimento relacional com o próprio pai e com os parentes paternos, gerado por um conflito simbólico imerso nos valores da comunidade:

“Aí ela já arrumou outro depois, um maranhense com quem ela vive até hoje. Aí, “agarrou”, meus avós me queriam, aí ela “agarrou” e me deu pra eles. Nunca tive contato com o meu pai, ela nunca me chamou pra dizer quem era meu pai, aí as pessoas ficavam comentando, até por final ela me contou depois de grande” (Sr. Paulo).

Assim como o compadrio, os avós também representam formas de rearranjos de grupos domésticos no caso particular de tais trajetórias, mas que podem ser ampliadas para outras realidades. Geralmente, esses rearranjos são provocados por casamentos não consumados, dos quais os indivíduos frutos da relação são criados pelos avós. Por outro lado, estes indivíduos (netos e netas) tendem a cuidar dos avós na velhice. Além da configuração do grupo doméstico (gênero, idade e número de indivíduos), essas realidades demonstram que os meios de vida são influenciados por um círculo familiar mais amplo, envolvendo a reciprocidade entre gerações e consequentes rearranjos dos grupos domésticos, mecanismos estratégicos para a resiliência e reprodução social do campesinato.

Os avós repassaram ao neto o saber tradicional de trabalhar e cultivar a terra. Este grupo doméstico (avós e neto) garantia o seu sustento principalmente por meio da terra (enquanto solo

e mata), mas não possuíam a propriedade e controle sobre a mesma. Assim como muitas famílias da região, os avós sempre trabalharam em terras do Estado, cultivando culturas como feijão caupi e mandioca para “torrar farinha” (principal produto de sustento das famílias camponesas da Amazônia), bem como adquirindo o sustento do grupo por meio do extrativismo vegetal de espécies nativas da Amazônia, como açai e buriti.

Os avós do Sr. Paulo, bem como a trajetória dos membros dos outros grupos domésticos avaliados, são exemplos da ausência da propriedade formal de terras na Amazônia até meados dos anos de 1950, formalmente pertencendo à União ou ao Estado. Para os caboclos da Amazônia, a terra era sinônima de trabalho e o direito sobre a mesma centrava-se na concepção de pertencimento ao território como identidade cultural, validada por gerações que não tinham o registro formal do título, mas o registro prático e simbólico na forma de trabalho sobre terra. Como já dito, até o final da década 1950, a Amazônia era composta por terras “livres”, não havendo conflitos por terra entre os habitantes naturais e antigos migrantes, sujeitos que não questionavam se haviam donos mais legítimos da terra que eles próprios, pois consideravam a terra como parte indissociável de suas existências, habitando-as secularmente (LOUREIRO, 2014; LOUREIRO e PINTO, 2005). Nesse contexto, o Sr. Paulo não possuía juridicamente a terra como herança, pois seus avós não possuíam a propriedade formal da terra que faziam a roça.

O Sr. Paulo nasceu e cresceu na mesma comunidade (Santa Rosa). Sua trajetória não foi marcada pela escassez de certos recursos destacados nas outras trajetórias, como educação. Além disso, também não foi impedido pela autarquia do seu grupo doméstico em acessá-la. Dessa maneira, com escolas próximas a sua comunidade, o Sr. Paulo foi o único dos entrevistados que concluiu o ensino médio.

Mesmo trabalhando com os avós no roçado do grupo doméstico sob a direção do avô, o entrevistado “já abria o próprio roçado na Terra do Estado”. “Eu tinha o meu feijoal e tirava uma renda boa, e também plantava mandioca, qualquer um podia abrir sua roça, porque a terra não tinha dono, era do Estado. Daí, já comprei um freezer e aqui fui construindo a minha vida”, disse o entrevistado.

Por meio da renda do feijoal, o entrevistado construiu um boteco e também passou a desenvolver atividades não agrícolas. Em virtude da idade avançada, seus avós já eram aposentados e não participavam mais ativamente do trabalho agrícola. Assim, com um dos membros da unidade doméstica exercendo atividade extra-agrícola e o restante possuindo uma fonte de renda não agrícola (aposentadoria), a ocupação desse grupo doméstico passou a ser pluriativa.

Os limites sociais do entrevistado em exercer outras atividades são distintos dos outros camponeses. Enquanto as trajetórias sociais dos membros dos primeiros grupos domésticos avaliados estão imersas em meios de vida essencialmente tradicionais, acompanhadas e justificadas pelo fato de “não ter estudo” e que querem “morrer sendo agricultores”, a trajetória do Sr. Paulo está imbricada em um contexto de maior influência de mercado, acompanhada pelo fato de “ter estudo e gostar desde criança de trabalhar com venda”.

Outro aspecto distinto são as motivações relacionadas aos limites físicos do casal (Sr. Paulo e Dona Marineuza). Enquanto os membros dos primeiros grupos entrevistados migravam por motivações como a cisão do grupo doméstico ou vontade de conhecer a capital, a mobilidade desse núcleo doméstico foi motivada pela expansão da atividade extra-agrícola. Segundo o entrevistado, a comunidade (Limondeua) para onde se mudaram era maior demograficamente e com melhores oportunidades de clientela. Apesar da migração, o grupo doméstico continuava com o roçado na comunidade de onde saíram (Santa Rosa).

Esse misto de atividades agrícolas e não agrícolas é estimulado pela busca de novas alternativas de trabalho e diversificação da renda. Por outro lado, a identidade social de agricultor era reafirmada como *práxis*. O desenvolvimento de outros meios de vida não agrícolas não tiravam a centralidade da agricultura e da identidade social de “agricultor”. A família considerava o roçado o meio de vida com maior segurança de renda e soberania alimentar, pois “pode faltar o dinheiro, mas não a farinha”.

O período de estabelecimento nessa comunidade durou apenas dois anos, em virtude do ponto comercial não atingir as expectativas de expansão, pois já haviam outros estabelecimentos comerciais maiores e estabilizados na comunidade. Por volta de 2005, o grupo doméstico contendo quatro membros – Paulo e Marineuza e um casal de crianças com menos de cinco anos – retornam para a comunidade Santa Rosa para dedicarem-se exclusivamente ao roçado, agora possuindo a propriedade e controle sobre a terra (discutida na próxima sessão).

Observa-se que as motivações desse grupo doméstico estão imersas em uma dimensão tradicional expressada pela memória biocultural (TOLEDO e BARRERA-BASSOLS, 2008), concretizada em práticas milenares como a técnica de corte e queima do “mato” e o plantio realizado de acordo com as adequadas fases da lua. Da mesma forma, o engajamento desse grupo doméstico em atividades não agrícolas e o fato de acessar e dar importância a recursos, como educação, que outrora eram ausentes de valor prático e simbólico, demonstram que as famílias camponesas não são gerações inalteradas pelo tempo e que o campesinato é uma malha em transformação, miscigenada por saberes tradicionais e atuais em um fluxo contínuo.

Diferente da ideia de *resgate*, o campesinato concretiza-se pelas *atualizações* de elementos tradicionais imbricados em elementos e valores atuais e/ou vice-versa, demonstrando uma continuidade e heterogeneidade de acordo com cada realidade. É sobre este aspecto que Shanin (2005) desenvolve uma crítica às concepções generalizantes sobre o contexto societário do campesinato, que não levam em consideração o tempo e o espaço ao abordar esse segmento social de forma fatalista. De acordo com Shanin (2005), as características das populações camponesas não são homogêneas e muito menos estáticas no tempo, pelo contrário, modificam-se de acordo com o tempo e espaço.

6.4 “Deus me deu essa terra”: a conquista da terra e o fortalecimento de meios de vida

Assim como muitos grupos domésticos camponeses da região que não possuem o registro legal de propriedade privada individual da terra, aqueles que fazem parte desse estudo também não possuíam formalmente a propriedade e controle sobre a terra. Estabeleciam seus meios de vida na terra do Estado ou por meios de arranjos de parceria na “terra de parentes” e compadres. Essas realidades são comprovadas pelas trajetórias relatadas pelos entrevistados, tanto em relação aos seus grupos domésticos atuais quanto aos grupos antepassados.

De acordo com os relatos, provavelmente as “terras de parentes” são oriundas daquelas de uso comum, reafirmadas com o tempo e legitimadas com a conquista do registro formal. Não se tem elementos, em profundidade, de como ocorreram esses múltiplos e distintos processos no município, mas compreende-se que a formação das vilas ou comunidades da região tem como traço comum a constituição de territórios camponeses. As formas típicas de apropriação e cultivo da terra, que constituíam a condição de “dono” ao caboclo, estruturavam-se pela transmissão do território entre gerações de grupos domésticos, configurados por uma malha de parentesco. Essa condição social do campesinato brasileiro é fundamentada em estudos clássicos como Cândido (1964), Queiroz (1973) e Franco (1983).

Diante das mudanças sociais e territoriais na Amazônia, foi necessária a conquista da propriedade da terra por parte desses grupos domésticos, a fim de garantir a autonomia da agricultura para autoconsumo e fortalecer os meios de vida baseados nas atividades agrícolas e extrativistas. Houve estratégias variadas para essa conquista, incluindo desde a junção de economias entre grupos até a venda de gado e o desenvolvimento de pequenos negócios. Pode-se entender, portanto, que a reprodução do campesinato passa por diversas estratégias de uso da terra, como a sujeição do grupo doméstico em terras arrendadas, o uso comum desse recurso natural e a conquista da propriedade privada da terra.

Antes de possuírem o controle sobre a terra, Dona Luci e o Sr. Miguel (grupo doméstico 1) eram meeiros em terras de proprietários. Além disso, o Sr. Miguel, em particular, trabalhava como diarista nos roçados de outros agricultores. Estes eram os meios de sustento da família e de criação dos filhos, porém sem haver autonomia e estabilidade produtiva e alimentar, pois “dependia das terra dos outros”. “Se eu roçasse duas tarefa¹³, ganhava uma, se eu roçasse quatro tarefa, ganhava duas, foi assim que eu criei meus filhos”, disse o Sr. Miguel. Essa sujeição e deterioração do trabalho camponês foi destacada no clássico estudo de Franco (1983), no período imediatamente pós escravatura, constatando a sujeição socioprodutiva de sítiantes que não tinham o controle e propriedade da terra, condição que os submetiam à autoridade do senhor proprietário da terra.

Como tantos camponeses que não possuem o controle sobre a terra e trabalham como meeiros e/ou arrendatários, desconsiderados pelo Estado como agricultores familiares, Sr. Miguel e Dona Luci viveram o dilema de pertencerem ao conjunto social do campo e, ao mesmo tempo, não fazerem parte da partilha da terra. São sujeitos que atravessaram os processos de transição dos territórios (como o uso comum e a propriedade individual da terra), cada vez mais demarcados, sentindo o peso do esforço bruto do trabalho para criarem os filhos.

O sentido do trabalho é a terra; sem esta, o trabalho entra em erosão, algo percebido na fala do entrevistado (“Se eu roçasse duas tarefa, ganhava uma”). O trabalho era em dobro, plantava-se para comer e para economizar dinheiro, proveniente das diárias em “terrenos dos outros”. Com o dinheiro poupado se comprava búfalos, que pastavam no “terreno dos outros” também. Foi por meio da venda dos únicos três búfalos que o Sr. Miguel e Dona Luci compraram a terra. Ao nos relatar como ocorreu esta conquista, o Sr. Miguel, a todo o momento, referenciava a sua religiosidade, fazendo dos ensinamentos bíblicos o sentido de viver. A “fé” em conquistar uma terra e nela fortalecer o sentido e o resultado do trabalho era o impulso simbólico para concretizar essa busca: “Quando foi em 2010, Deus me deu essa terra”, disse o entrevistado.

O controle sobre a terra representa a liberdade do quanto plantar e do quanto colher, expressando a valorização do trabalho como marca de uma atividade agrícola rentável. “Hoje a nossa vida melhorou muito, porque, pelo menos, se antes eu roçava quatro pra ganhar duas, hoje eu roço quatro e as quatro são minha, quer dizer que melhorou 100%”, expressou o entrevistado mostrando entusiasmo de possuir a própria terra. O sítio desse grupo doméstico

¹³ Tarefas são unidades de medidas territoriais comumente utilizadas pelos camponeses da Amazônia para delimitar o tamanho dos seus roçados, em que uma unidade (tarefa) equivale a 0,3025 ha na Amazônia.

possui 9 ha, separado da área de moradia por uma distância de 600 metros. Abaixo, a ilustração (Figura 3) do mapa mental ilustrado da propriedade do 1º grupo doméstico.

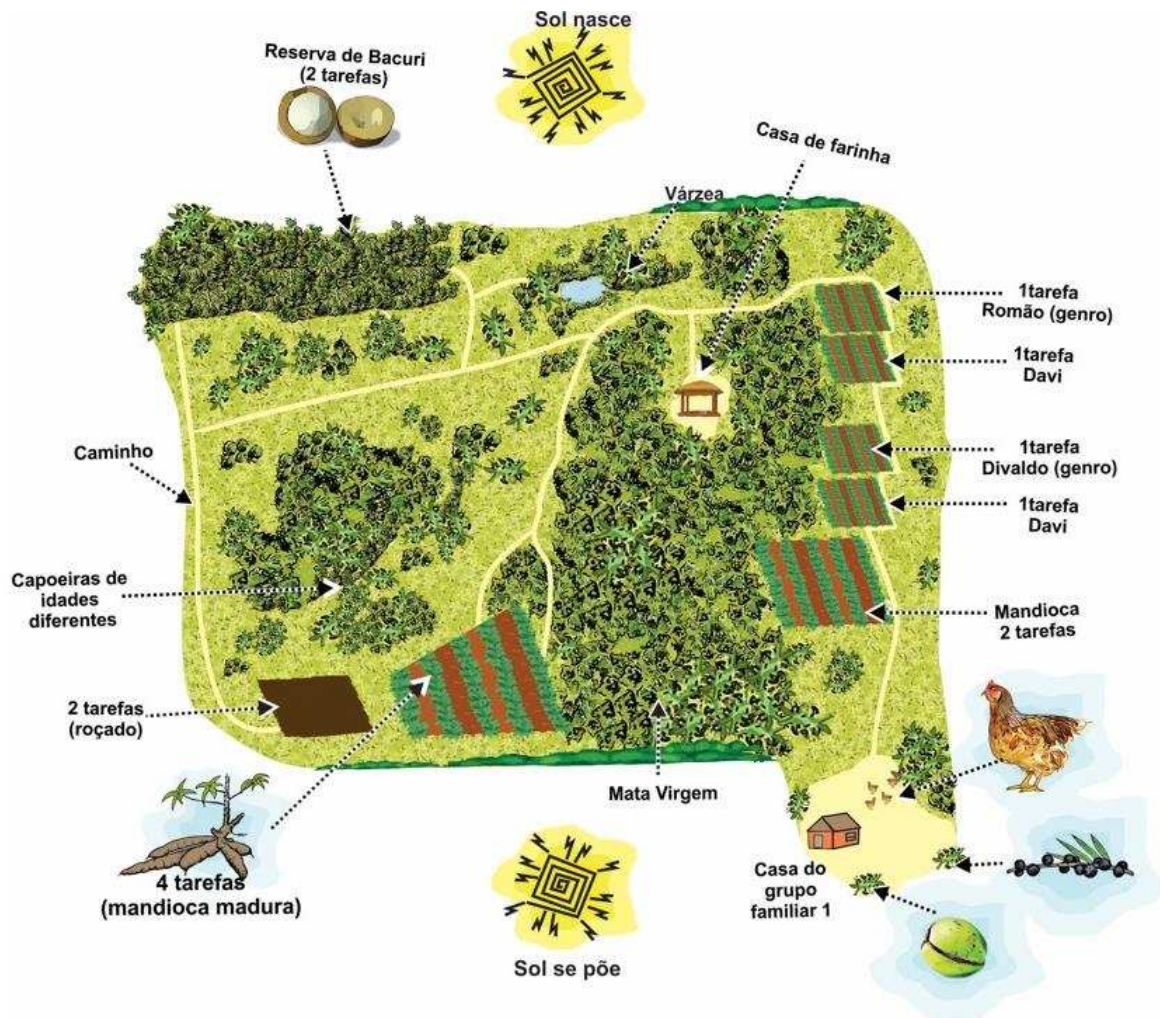


Figura 3: Mapa ilustrativo da propriedade do 1º grupo doméstico (Sr. Miguel e Dona Luci). Comunidade João Grande.

Igualmente, Dona Maria e Dona Augusta desenvolveram estratégias para conquistarem o controle sobre a terra. Assim como o casal acima, as duas irmãs camponesas passaram pelo processo de mudanças territoriais durante o tempo. Essas mudanças também ocorreram em torno da “substituição” de elementos intangíveis, como a confiança, para mecanismos contratuais.

A terra era um elemento constitutivo das relações sociais, acordos entre famílias e símbolo de trabalho. Em torno da terra, os acordos eram firmados pela *honra da palavra* relacionada à conduta de *ser honesto*. “Naquele tempo a gente comprava um pedacinho de terra pra fazer a casa, mas não passava o documento, hoje em dia não! Se a pessoa compra qualquer pedacinho de terra tudo é documentado”, disse a Dona Augusta referindo-se à compra da área

de moradia. Em seguida, Dona Maria foi além: “Só pagava e pronto! a pessoa dizia “é bem por aqui” e a outra fazia a sua casa e ficava morando por séculos, morria e ficava lá”.

A história da terra era relacionada, pelas irmãs, às mudanças de relações sociais ocorridas ao longo do tempo, marcada pelas lembranças de vizinhos que já faleceram, com os quais dividiam a prática do trabalho e um sistema de valores, conjunto de elementos que não compõe o presente em sua plenitude, pois “hoje em dia não se pode confiar em todo mundo”. A história da terra é a história dos homens e mulheres que ali viveram, produziram e se reproduziram. Nesse sentido, o grupo doméstico em particular é uma das gerações herdadas pela terra, condição destacada em Woortmann (1990). “O sítio que nós temos é novo na nossa mão, mas a gente trabalha nele desde criança. O dono era uma ótima pessoa, nossa vó e ele eram compadres, não tinha essas coisas de querer tomar o terreno dos outros” disse Dona Augusta.

Diferente do grupo doméstico anterior, elas não precisavam dividir a produção com o proprietário da terra. Esta tinha um único dono, mas era socializada entre famílias por meio da partilha de valores de reciprocidade. “Nós não dividia a produção da nossa roça, o dono tinha a dele e a gente tinha a nossa, ele era tão bom que ele tá lá no céu do lado de Jesus” disse Dona Augusta referindo-se ao primeiro dono. Ainda sobre este, Dona Maria ressaltou: “ele dava o nosso pedaço, nós roçava, plantava e aí nós comia, e amanhã nós podia plantar de novo que ele não cobrava nada”.

Após o falecimento do compadre e da avó, o sítio pertenceu a mais dois grupos domésticos (ou o contrário, dois grupos domésticos foram herdados pela terra), em uma sequência de momentos registrados pela prática do trabalho, socialização do saber e laços de confiança e afeto entre grupos domésticos. Da mesma maneira, elas não precisavam dividir a produção com os proprietários. O segundo proprietário nutria uma profunda amizade pela família desde o tempo da avó e o terceiro era cunhado da Dona Maria, considerado como um parente próximo. Havia uma profunda gratidão das duas irmãs à partilha da terra possibilitada por uma ancestral cumplicidade entre grupos domésticos, unidos pelo compadrio, amizade e parentesco.

A partilha da terra também era fecundada pela reciprocidade relacionada à *práxis* do trabalho. Por mais que a produção não fosse dividida com o “dono da terra”, o grupo doméstico das duas irmãs retribuía a partilha da terra trabalhando no roçado do proprietário, como forma de agradecimento. Elas deixaram claro essa reciprocidade quando foram questionadas de forma inusitada se o “dono da terra” também trabalhava no roçado do grupo doméstico das duas, enfaticamente responderam: “Não, nós que ajudava ele [compadre da avó] pra poder

agradecer!”. Elas faziam esta retribuição nos roçados dos três antigos proprietários, ou seja, *receber e retribuir* era a reciprocidade mediada em torno da terra.

Ademais, a aliança entre a partilha da terra e o trabalho era estabelecida em um plano simbólico de valores e expressada na concretude da prática agrícola. Essa partilha só era possível porque havia uma confiança construída por gerações, em que a honra do grupo doméstico era preservada na conduta de serem honestas. A confiança e honestidade eram, portanto, o alicerce da honra de um núcleo doméstico, que germinava o ambiente de ajuda mútua entre núcleos vizinhos. Mas, segundo Dona Augusta, não é mais confiável compartilhar a terra como antes: “hoje em dia se você for dar um pedaço de terra pra uma pessoa e ele trabalhar um ano ou dois ano, ele já quer se apossar da terra. Eu tô enjoada de ver isso por aqui”.

A conquista da terra foi alcançada pela junção de recursos entre três pessoas: Dona Augusta, Dona Maria (já aposentadas) e seu filho mais velho, que mora no meio urbano e pertence atualmente a outro núcleo doméstico. Após o último proprietário da terra falecer, seus filhos que haviam migrado para a cidade venderam a terra por um preço baixo às duas irmãs camponesas, devido ao laço de reciprocidade construído entre os grupos domésticos ao longo do tempo. Havia um visível entusiasmo em torno da conquista da terra, um *afeto* (BRANDÃO, 1999) pela terra, construído desde outrora, expressado pela Dona Augusta:

“Se nós for contar, é muito longa essa história! Porque eu vou te falar, hoje em dia não existe mais essas coisa, eu fico olhando por aqui... [silêncio]. Como é as coisa, né? Desde criança nós trabalhava nessa terra e hoje em dia ela veio ser nossa. Quando que a gente pensa que uma coisa mais na frente vem ser da gente, né?” (Dona Augusta).

A organização econômica das duas unidades domésticas possibilitou o acúmulo de capital financeiro que isoladamente não seria possível, confirmando que os meios de vida também são desenvolvidos entre grupos e entre gerações de grupos domésticos, estratégias de reprodução do campesinato e simultaneamente de recampesinização (PLOEG, 2008). A terra pertence aos grupos domésticos desde 2012, possui 58 ha e é separado da área de moradia por aproximadamente 1,5 km. Abaixo, a ilustração (Figura 4) da propriedade do 2º grupo doméstico.



Figura 4: Mapa ilustrativo da propriedade do 2º grupo doméstico (Dona Augusta e Dona Maria). Comunidade Caeté Cuera.

O Sr. Paulo e Dona Marineuza não trabalhavam como meeiros, mas dependiam das poucas terras do Estado que ainda existiam pelas proximidades da vila a que pertencem. Nesse sentido, a conquista da terra era um objetivo traçado pelo casal para possibilitar maior estabilidade dos meios de vida agrícolas. Para atingir esse fim, o casal também desenvolveu estratégias econômicas atribuídas ao balanço de atividades agrícolas e não agrícolas. “Eu trabalhava com comércio, mas nunca saí do roçado”, disse o Sr. Paulo. Assim como a atividade agrícola possibilitou ao grupo doméstico acumular fundos para adquirir uma casa em outra comunidade com um pequeno negócio, foi através deste que se viabilizou a conquista da terra.

O grupo doméstico que anteriormente era proprietário do sítio havia migrado da zona urbana e não se adaptou ao trabalho no roçado e ao ritmo de vida da comunidade, a qual possui elementos sociais característicos do campesinato que regem as relações entre os moradores, como laços de reciprocidade e confiança entre os grupos domésticos. Nesse sentido, quem chega à comunidade sem pertencer ao campo geralmente é visto como “de fora” ou “gente de cidade”, como uma pessoa “pavulagem”¹⁴ no jeito de viver e falar.

¹⁴ Expressão utilizada no Estado do Pará para pessoas consideradas metidas e vaidosas.

Com isso, a estratégia encontrada pelo casal foi negociar a troca do pequeno negócio pelo sítio desse grupo doméstico oriundo da cidade. O estabelecimento comercial não abateu todo o custo do sítio, mas as economias que o roçado proporcionara na forma de três cabeças de boi viabilizou completar o valor monetário da terra. Esta representa a manutenção da atividade agrícola e a estabilidade econômica do grupo doméstico, articulada à produção para autoconsumo e para comercialização local. Diferente dos sítios dos outros grupos domésticos, a moradia é no próprio sítio, o qual possui 135 ha e pertence ao grupo doméstico desde 2012. Abaixo, a ilustração (Figura 5) da propriedade do 3º grupo doméstico.

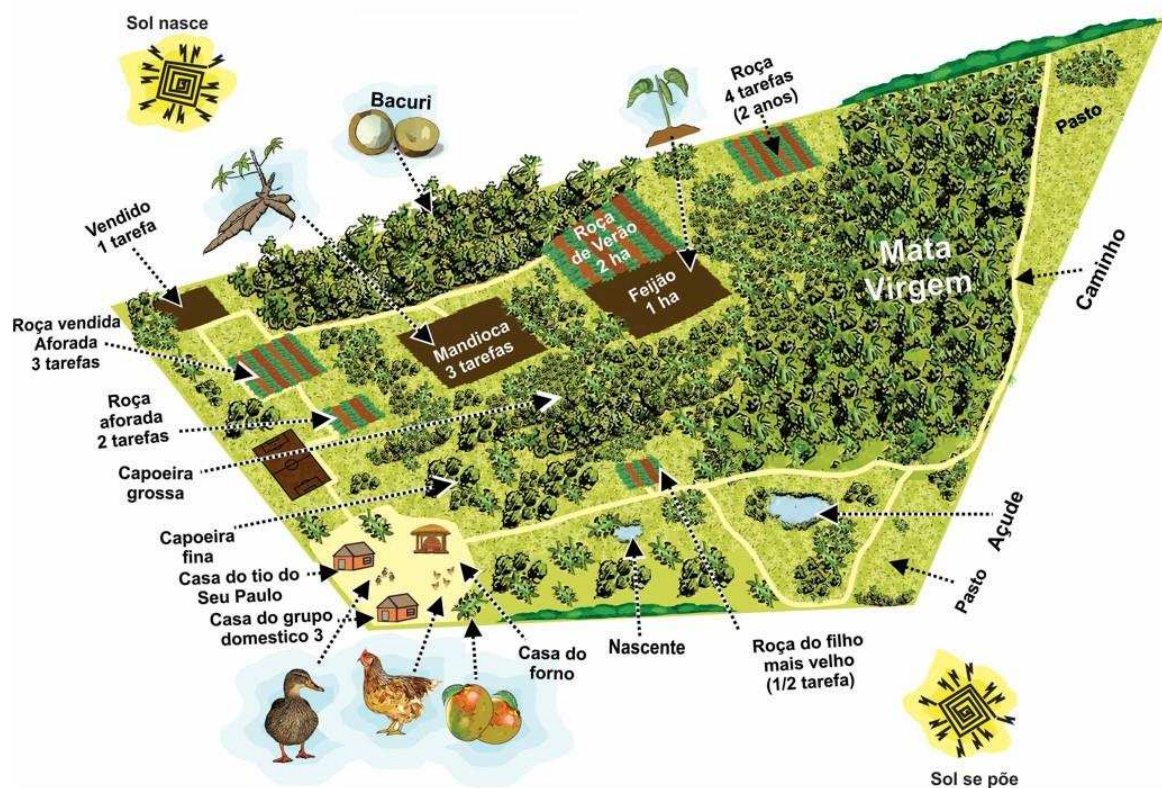


Figura 5: Mapa ilustrativo da propriedade do 3º grupo doméstico (Sr. Paulo e Dona Marineuza). Comunidade Santa Rosa.

Como vimos, apesar da ausência do controle sobre a terra, a herança dos saberes sobre a terra transmitida a cada geração possibilitava que os grupos domésticos se reproduzissem ao longo do tempo. No entanto, frente aos processos estruturais do chamado agronegócio que tendem a limitar o uso dos recursos naturais pelos segmentos sociais do campesinato e padronizar os sistemas produtivos da agricultura, a conquista da terra representa maiores possibilidades de reprodução social desses núcleos familiares, por constituir-se como o alicerce para a materialização da herança do saber.

A terra é o cenário das experiências e da concretização do saber-fazer, como diz Woortmann (1990), bem como a representação, significado e valorização simbólica e material do trabalho. Perguntado se venderia a sua terra por um bom preço, o Sr. Miguel enfaticamente respondeu: “hoje em dia não venderia a terra de forma alguma”. É nessa perspectiva que Woortmann (1990) destaca que a terra não é uma mercadoria para os segmentos do campesinato, mas um patrimônio de reprodução da família. Portanto, há um afeto desses grupos domésticos pela terra própria por esta significar a autonomia do trabalho, a produção e consumo de alimentos, bem como a materialização do saber e de suas relações sociais. A terra, trabalho e saber configuram-se como um tripé da reprodução social desses grupos domésticos camponeses (Figura 6). A quebra desses elementos fragiliza os meios de vida e a reprodução social do campesinato, limitando a autonomia produtiva e alimentar, as formas de agência social e produtiva, e a valorização do sujeito trabalhador.

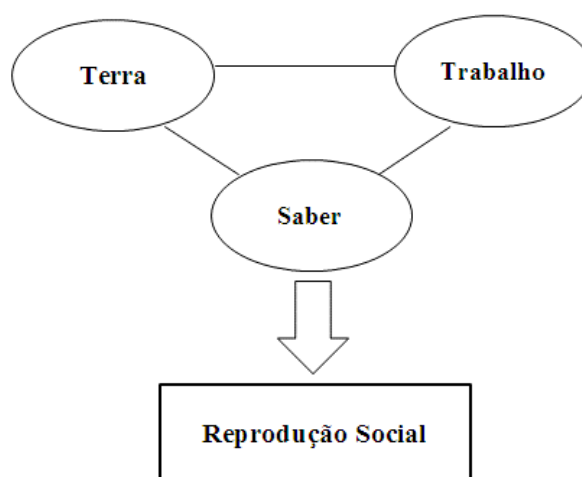


Figura 6: Terra, saber e trabalho como o tripé da reprodução social dos grupos domésticos camponeses.

A terra é para os camponeses muito mais que um substrato, é sobre e com ela que se planta, que se trabalha e que se vive, um elemento integrador dos meios de vida camponês. O elo entre os grupos domésticos e a terra será estabelecido por meio de uma coprodução com a natureza. O trabalho e o saber, combinados com a terra, são o alicerce dos meios de vida dos grupos domésticos camponeses, elementos que conjuntamente são essenciais para a construção de autonomia e resiliência social.

6.5 Considerações Finais

As narrativas das trajetórias dos membros desses grupos domésticos refletem o modo típico de viver de uma diversidade social da Amazônia e suas formas peculiares de relação com ambientes de várzea e terra firme, característicos da região. Obviamente que a compreensão empírica dessas trajetórias não é capaz de assimilar a profundidade peculiar desses sujeitos e de avivar os sentidos mais íntimos que serviram de base cognitiva para criar e reproduzir meios de vida. O “sentir” e “pensar” desses e dos outros sujeitos do campo, em um sentido mais concreto, são formas de estímulos dos ambientes nos quais o grupo doméstico, sítio e comunidade estão inseridos, gestando a concretude de suas “escolhas” (como a fuga do Sr. Miguel em virtude das agressões provocadas pelo pai e a escolha da D. Marineuza em morar com os padrinhos para estudar), bem como reproduzindo a experiência empírica das formas específicas de trabalho no ambiente imediato (como uso de ervas nas águas para atordoar e coletar os peixes, relatado pelo Sr. Miguel) por meio da coevolução entre a natureza do saber e o saber sobre a natureza (conhecê-la e socializá-la).

Certos elementos que costumamos desperdiçar em nossos estudos, ora por cegueira científica ou por descrédito analítico, são muitas vezes aqueles que possuem ao mesmo tempo as indagações e as explicações essenciais para o entendimento dos territórios. O conflito, por exemplo, é um dos elementos que está na base das relações sociais e na definição das estratégias traçadas por estes grupos domésticos. Foi a partir dele que ocorreram vários rearranjos de núcleos domésticos, implicando diretamente na modelagem do trabalho agrícola.

O conflito também está na origem de várias cisões de núcleos domésticos, determinando processos de mobilidade territorial de seus membros. Os fluxos migratórios, provocados geralmente pela cisão de núcleos domésticos e, concomitantemente, conformando novos núcleos do tipo, estabeleciam-se através de uma malha de parentesco difundida territorialmente. Esse parentesco, em várias comunidades da região e até mesmo em Estados vizinhos, aumenta a resiliência social desses segmentos camponeses, garantindo o desenvolvimento de meios de vida locais e, conseqüentemente, a reprodução do campesinato. Portanto, a prática econômica de famílias camponesas não é desvinculada de elementos sociais e culturais. Pensar na prática sem levar em consideração as relações socioculturais é o mesmo que silenciar o que nos é revelador.

Da mesma forma, os relatos também permitem refletir sobre os elementos de coesão no interior desses grupos, por propiciar resiliência social e prática concernente a manutenção dos seus meios de vida. Em circunstâncias de instabilidade social e econômica de um grupo doméstico,

provocadas, por exemplo, pela perda de membros centrais e/ou envelhecimento de seus membros, a junção de dois ou mais grupos em um único núcleo doméstico caracteriza-se como uma estratégia de meios de vida, como, por exemplo, a morte do esposo da Dona Maria e a junção do seu grupo com o da irmã, a qual cuidava de suas matriarcas (a mãe e a avó). O próprio trabalho é uma demonstração *in loco* de coesão como estratégia produtiva de meios de vida. Além disso, o parentesco é outro elemento que assegura coesão em um aspecto de identidade social mais ampla territorialmente, em cenários de pressões da sociedade englobante que revelam às solidariedades parentais e de compadrio em circunstâncias de migrações, demonstrando a complexidade de organização estrutural entre indivíduos e grupos domésticos.

Tais trajetórias demonstram que um grupo doméstico é um organismo em movimento, estabelecendo estratégias de acessos a recursos, adaptação ambiental e resiliência social, influenciado por um organismo englobante (sociedade e estruturas de poder). Esse organismo englobante pode ofertar recursos essenciais à reprodução desses grupos, mas o acesso depende também de recursos sociopolíticos articulados aos contextos de vida dessas famílias, como o acesso a políticas públicas. Por outro lado, o organismo englobante tende a “triturar” esses grupos por meio de pressões de diversas origens e formas, mas ao mesmo tempo possui respostas desses grupos na forma de “estratégias de meios de vida” alicerçadas em seus territórios.

A luta pela posse e controle da terra passou por estratégias diversas dos grupos domésticos estudados, demonstrando que os segmentos sociais do campesinato, independentemente do tempo e lugar, possuem resiliência e uma agência social que permite a sua reprodução em ambientes de privações. A terra não representa apenas um espaço físico onde se planta e colhe, ela também se configura como um território permeado por um conjunto de valores (como confiança, honestidade, reciprocidade e gratidão) e de relações socioculturais fundamentais para a vivência dos grupos domésticos, demonstrando que fatores simbólicos e culturais são mecanismos de meios de vida. Dessa forma, por meio da propriedade e controle sobre a terra, os grupos domésticos viabilizaram meios de vida mais estáveis, como a conquista de maior autonomia produtiva e alimentar.

7. COPRODUÇÃO: A FORMA CAMPONESA DE FAZER AGRICULTURA

7.1 Introdução

A relação com a natureza é indiscutivelmente a base de sobrevivência do ser humano ao longo da história, em que o mesmo se insere não como um indivíduo, mas como espécie que transforma a natureza e ao mesmo tempo é transformada, evidenciando relações de interdependência entre cada ser vivo (MCHARG, 1971). No entanto, a visão ocidental de mundo concebe a relação ser humano-natureza por meio de um determinismo econômico, conduzindo a um processo de dominação e superioridade do ser humano/natureza, engendrado pelo capitalismo e pela ciência moderna, a qual desconsidera as outras formas de saber (como os saberes tradicionais) e se credencia como verdade absoluta (MCHARG, 1971; SANTOS, 2002; BAUMAN, 1999, SANTOS, 2005, PORTO-GONÇALVES, 2002).

Essa visão ocidentalizada e antropocentrista tem provocado uma profunda crise multifacetada (como ecológica, econômica e sociocultural), por idealizar um modelo homogêneo de pensamento, de produção e de vida baseado no sistema capitalista (BAUMAN, 1999; ESCOBAR, 2014; SANTOS, 2002). O atual sistema agroalimentar está intimamente associado a esta visão de mundo, fundamentado em uma agricultura moderna e monopolizadora de recursos naturais sob a lógica dos *Impérios Alimentares* (PLOEG, 2008), desencadeando problemas conhecidos como degradação ambiental, conflitos socioambientais, insegurança alimentar e erosão genética de espécies agrícolas e florestais.

No meio rural brasileiro, a Revolução Verde, idealizada pela concepção ocidental de apropriação da natureza, intensificou a desigualdade territorial no país a partir da década de 1960, favorecendo a agricultura patronal monocultora e limitando os meios de vida dos segmentos camponeses no meio rural, fatores que levam Silva (1984) a considerar a modernização agrícola como *parcial e conservadora*. Na Amazônia, os efeitos do modelo capitalista de desenvolvimento tem intensificado a introdução de setores produtivos do chamado *agronegócio* e desconsiderado os direitos territoriais dos povos tradicionais (indígenas/camponeses) da região, provocando a desterritorialização desses sujeitos sociais e a intensificação de conflitos socioambientais (MARTINS, 1989; ALMEIDA e MARIN, 2010; CASTRO, 2010; LIMA e POZZOBON, 2005; LOUREIRO e PINTO, 2005).

O conflito na Amazônia entre os setores do agronegócio e os povos tradicionais (indígenas/camponeses) expressa não apenas uma disputa por terra, mas também de concepções antagônicas de mundo entre atores, acerca das formas de apropriação dos recursos naturais, das

relações socioculturais e de formas simbólicas de trabalho. Nesse contexto, Fernandes (2008, p. 189) destaca que “as propriedades camponesas e as capitalistas são territórios distintos, são totalidades diferenciadas, onde se produzem relações sociais diferentes, que promovem modelos divergentes de desenvolvimento”. Com isso, muitos conflitos socioambientais e territoriais estão relacionados às dimensões simbólicas e visões distintas de ver o mundo (ESCOBAR, 2014), dentro de um cenário de crise multifacetada.

A Amazônia possui grupos humanos tradicionais que reproduzem seus meios de vida baseados em formas particulares de relação com a natureza, sob um processo de coevolução (NORGAARD, 1994), que evidencia uma racionalidade ecológica (TOLEDO, 1993) nos saberes dos povos tradicionais, acumulados e repassados entre gerações por meio de uma memória biocultural (TOLEDO e BARRERA-BASSOLS, 2008) que permite uma relação coprodutiva desses sujeitos com a natureza (PLOEG, 2008). Os saberes tradicionais reproduzem formas de vida e de trabalho, como as populações ribeirinhas que trabalham em áreas de “várzea” e camponeses que trabalham e vivem em “terras firmes”, expressando um leque de grupos sociais de um campesinato polivalente como agricultores, agroextrativistas, seringueiros, pescadores, castanheiros, quebradeiras de coco babaçu, entre outros (CASTRO, 1998).

A coprodução do campesinato amazônico desenvolvida em distintos ambientes – como terra, floresta e água – expressa uma adaptabilidade ambiental e produtiva que possibilita diversificar os seus meios de vida. Essa polivalência de atividades – agricultura, extrativismo vegetal e animal, criação de animais, entre outras – revela a capacidade dos grupos domésticos camponeses (famílias) em articularem-se como unidades produtivas, articulando o trabalho agrícola às relações de parentesco (WITKOSKI, 2007; CASTRO, 1998), condição que Chayanov (1974) destaca como característica da organização da economia camponesa, que assegura uma autossuficiência produtiva devido à capacidade interna de trabalho do grupo doméstico.

Wistkoski (2007), em seu estudo com grupos domésticos camponeses da Amazônia, revela que os seus meios de vida são desenvolvidos por uma herança de saberes indígenas, apresentando as formas de vida camponesa sob uma dinâmica complexa de atividades (a integração de atividades agrícolas e extrativistas) desenvolvidas a partir do ritmo das águas. Estudos etnoecológicos das sociedades indígenas e da biodiversidade regional na Amazônia têm demonstrado que esses grupos humanos possuem uma diversidade de saberes e técnicas de apropriação dos recursos naturais adaptadas, capazes de assegurar a manutenção desses recursos aliada à reprodução social (BALÉE, 1993, 1994; DESCOLA, 1983, 1993).

Estes estudos apresentam elementos que denotam a existência de uma racionalidade ecológica (TOLEDO, 1993) desenvolvida por estes grupos humanos (camponeses/índigenas) com a natureza, compondo uma fonte de saberes considerados essenciais para a atualização de processos produtivos e de formas de viver que estão em crise, fatores que fazem dos povos tradicionais a fonte de estudos agroecológicos (GUZMÁN e MOLINA, 2013; ALTIERI, 1989; GLIESSMAN, 1990). Assim, a relação intrínseca dos povos tradicionais com os seus territórios, construídos por meio de uma reciprocidade com a natureza, sintetiza princípios fundamentais de “Bem Viver” (ACOSTA, 2016).

A relação estreita com a terra, por meio de saberes profundos sobre a natureza, possibilita às famílias camponesas construir uma maior autonomia alimentar, diminuindo o consumo de produtos externos aos agroecossistemas e assegurando a sua reprodução social através da coprodução com a natureza viva. Dessa forma, Ploeg (2008, p. 41-42) caracteriza a coprodução como “a interação e transformação mútua constantes entre o homem e a natureza viva. Tanto os recursos sociais como os recursos naturais são constantemente configurados e reconfigurados, assim gerando continuamente novos níveis de co-produção”.

Portanto, a forma de fazer agricultura do campesinato baseia-se na coprodução com a natureza, desenvolvida a partir de determinada racionalidade ecológica dos recursos naturais. Os três grupos domésticos da região amazônica, abordados nesse estudo, apresentam no portfólio dos meios de vida elementos resultantes da coprodução com a natureza, privilegiando a produção de alimentos nos quintais e em espaços de lavoura (roças), os quais são manejados em frações de terra pelo processo de corte e queima da vegetação. O *trabalho* configura-se como o elo da coprodução entre os grupos domésticos camponeses com a natureza, reunindo elementos tangíveis e intangíveis que denotam uma realidade de relações socioculturais e não apenas econômicas no processo produtivo. Nesse sentido, o presente capítulo objetiva analisar os efeitos da coprodução na paisagem dos agroecossistemas e nas estratégias produtivas dos camponeses para o desenvolvimento de seus meios de vida.

7.2 Entendendo o presente e a conformação dos seus meios de vida

Como discutido no capítulo anterior, os grupos domésticos passam por constantes reordenamentos em relação à sua configuração e organização, influenciados por um conjunto de fatores sociais, econômicos, ambientais, culturais e simbólicos. Esses reordenamentos evidenciam as sinergias no interior dos grupos domésticos e com o mundo à sua volta na forma de estratégias de reprodução social e de meios de vida. Com isso, atualmente, os três grupos

apresentam conformações que revelam essas transformações ao longo do tempo, alicerçadas pelas estratégias de meios de vida de acordo com elementos que lhe influenciam como idade, gênero e trabalho.

O grupo doméstico da Dona Luci (61 anos) e do Sr. Miguel (61 anos) é, atualmente, formado pelo casal e por quatro netos, dois meninos (com 4 e 8 anos) e duas meninas (com 10 e 15 anos). O casal possui cinco filhos (dois homens e três mulheres), mas todos já estão casados e morando em comunidades próximas, exceto o filho mais jovem que é vizinho. O grupo doméstico reside na comunidade João Grande (8 km de Viseu), onde todos os netos possuem acesso à educação, bolsa família e participam de alguma forma das atividades no sítio, incluindo casa, quintal e espaço de produção agrícola.

Esse arranjo de grupo doméstico (avós e netos) é algo muito comum no contexto das famílias rurais, em que, geralmente, os avós criam alguns netos por variadas motivações: como companhia para o casal, força de trabalho nas atividades da casa e nos sistemas agrícolas ou uma estratégia socioeconômica entre grupos domésticos em virtude de precárias condições dos grupos domésticos dos filhos, já que, geralmente, os avós possuem aposentadoria. No caso em particular, apenas a Dona Luci era aposentada. Além de estarem relacionados às situações elencadas, a maioria dos netos são fruto de rompimentos de grupos domésticos, dos quais os seus pais formaram outros núcleos familiares e os filhos foram deixados com os avós. Estes fatores de rearranjos de núcleos domésticos estão associados à reprodução social dos mesmos.

A aposentadoria era um dos principais recursos que o Sr. Miguel buscava acessar atualmente, mas a burocracia de comprovações documentais era uma das principais dificuldades para comprovar a efetividade do exercício agrícola no meio rural junto ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS). Antes mesmo de constituir um grupo doméstico, o entrevistado trabalhava desde criança no roçado dos pais e parentes. Sempre proveu o sustento do núcleo doméstico por meio da agricultura e de outros meios de vida, como o extrativismo vegetal e a pesca. Porém, com o exercício da atividade individual de meeiro, aliada à falta de informação das regras trabalhistas, o recolhimento de comprovações documentais não foi efetuado ao longo do tempo. Fazendo farinha com o rodo na mão, ele relatava a dificuldade que estava passando em provar o ofício de agricultor. “Fiz a primeira entrevista e não passei, agora vou fazer a segunda, sempre falta algum documento” disse o Sr. Miguel.

Sem ainda conseguir a aposentadoria, além do trabalho agrícola, o Sr. Miguel complementava a renda familiar por meio de atividades com o “carro de boi”, como o frete de madeira e de outros produtos (R\$ 20,00 a 30,00 cada frete) solicitados por vizinhos e conhecidos próximos. Paralelamente, Dona Luci confeccionava artesanalmente peças com

fluxo, como tapetes e toalhas de mesa. Essas atividades, aliadas às atividades agrícolas, revelam-se como meios para assegurar o acréscimo da renda e a manutenção do grupo doméstico no meio rural.

O grupo doméstico 2 é gerido pelas duas irmãs Augusta e Maria. Além delas, a unidade familiar atualmente é constituída por um casal de filhos da Dona Maria, um homem (32 anos), que era mototaxista na cidade de Viseu, e uma mulher (27 anos), que era estudante, a qual não estava presente no domicílio durante a pesquisa. O outro casal de filhos já integrava outros núcleos domésticos, a filha mais velha sendo vizinha e trabalhando com o marido no roçado, e o segundo filho morando no meio urbano, trabalhando no roçado apenas em algumas ocasiões para produção de farinha. O grupo doméstico reside na comunidade conhecida por Caeté Cuera (aproximadamente 7 km de Viseu).

Além da agricultura, outra importante fonte de renda desse grupo doméstico são as aposentadorias das duas irmãs, meios econômicos que viabilizam a manutenção da unidade produtiva, como a contratação de força de trabalho para as atividades na roça. Semelhante ao Sr. Miguel, Dona Maria também teve muita dificuldade em viabilizar a aposentadoria. “O homem que entrevistava era muito enjoado, tratava mal a gente e quase ninguém conseguia aposentar com ele” relatou Dona Maria em relação às dificuldades para se aposentar. Em decorrência disso, a entrevistada conseguiu se aposentar em outro município com a ajuda de terceiros.

Somada as fontes de renda elencadas, o trabalho de mototaxista do filho de Dona Maria, Edrinho, se caracteriza como uma atividade extra-agrícola. Apesar de não haver um fluxo de caixa mensal em relação a essa atividade, o entrevistado afirma que essa atividade informal gera renda e enxerga nela um meio de não depender apenas do trabalho agrícola. Nesse caso, a combinação da atividade de mototaxista com a atividade agrícola por um dos membros que compõe o grupo doméstico em questão concede ao mesmo a condição de pluriativo. A pluriatividade está relacionada geralmente à diversificação das atividades e das fontes de renda dos grupos domésticos agrícolas, possibilitando novas formas de organização da força de trabalho familiar e de viver no campo (CARNEIRO, 1998a; CAMPANHOLA e SILVA, 2004; SCHNEIDER, 2003).

Essa condição da pluriatividade também era assumida pelo grupo doméstico 3, combinando a atividade agrícola com um pequeno comércio antes de possuir a propriedade e controle sobre a terra. A ausência da propriedade da terra ocasionava uma vulnerabilidade social maior ao grupo doméstico 3 (semelhante ao grupo doméstico 1), gerando maior

dependência das fontes de renda não agrícolas, tanto que após o controle sobre a terra o respectivo grupo passou a se dedicar, exclusivamente, à atividade agrícola.

O terceiro grupo doméstico, além do casal Paulo e Marineuza, é constituído pelos cinco filhos, três homens (com 14, 8 e 1 ano de idade) e duas meninas (com 12 e 10 anos de idade). O grupo doméstico reside na comunidade Santa Rosa (14 km de Viseu), onde todos os filhos possuem acesso ao recurso educação, bolsa família e participam, exceto o caçula, de atividades no sítio de acordo com o gênero e idade.

As distintas faixas etárias dos membros responsáveis dos grupos domésticos 1 e 2 em relação ao grupo doméstico 3 sucinta acessos diferenciados de recursos (como a aposentadoria). Além disso, a idade, gênero, número de indivíduos e atividades não agrícolas possuem direta influência na configuração e organização das atividades agrícolas em seus agroecossistemas, ou seja, o processo de trabalho é ajustado de acordo com a configuração e organização da unidade doméstica.

Nesses termos, as forças produtivas serão ajustadas de acordo com a capacidade interna do grupo em relação às necessidade de trabalho e aos recursos disponíveis, como força de trabalho e tecnologias produtivas. O roçado, portanto, depende da capacidade interna e dos meios desenvolvidos para suprir suas necessidades. Por isso, para compreender a construção do roçado, é necessário entender os processos que o sucedem, a estrutura interna do grupo e os fatores a ela relacionados, como a malha de parentesco e a sociabilidade com os vizinhos.

7.3 Tecido social, identidade e Bem Viver

Os grupos domésticos estão inseridos em comunidades com vizinhos próximos, interligados por relações de sociabilidade que estruturam as trocas de objetos, mão de obra, espaços de produção e socialização, sob critérios sociais simbolicamente polissêmicos, como o parentesco e a confiança entre vizinhos. O Sr. Miguel, por exemplo, torrava farinha na “casa do forno” do vizinho (Figura 7) enquanto a sua era construída no próprio quintal.



Figura 7: Sr. Miguel, Dona Luci e um dos netos na feitura da farinha realizada na casa do forno do grupo doméstico vizinho, comunidade João Grande.

Como forma de agradecimento, Dona Luci e o Sr. Miguel destinavam alguns “litros”¹⁵ de farinha aos vizinhos que cediam a “casa do forno”. Ocorria também a ajuda mútua entre vizinhos em relação à lenha proveniente da roça, em que um vizinho cedia lenha ao outro para o processo de “torrar farinha” se, porventura, o segundo não tivesse lenha suficiente para o trabalho. No mesmo grupo, Dona Luci realizava a extração do corante de grãos do urucum (*Bixa orellana L.*) para os vizinhos que solicitavam. Em troca, Dona Luci recebia a metade do volume de corante processado.

No grupo doméstico 2, o açaí colhido na propriedade é processado na bateadeira de açaí do vizinho, tecnologia apropriada para a retirada da polpa do fruto, substituindo a forma manual de preparo. Em compensação, as duas irmãs concedem uma parte do suco do açaí ao vizinho. O mesmo grupo doméstico também realiza a troca de “litros” de farinha por peixe proveniente da pesca extrativista realizada por camponeses de localidades próximas. Esse tipo de sociabilidade¹⁶ também ocorria com o grupo doméstico 3. A casa do forno ou casa de farinha do terceiro grupo doméstico era cedida aos padrinhos e outros parentes para “torrar a farinha” (Figura 8). Em contrapartida, havia a contribuição destes no preparo da área ou em outras atividades agrícolas do grupo doméstico, construindo uma relação de reciprocidade.

¹⁵ Existem unidades nativas de medida e precisão efetuadas pelo volume de vidros utilizados (reutilização de latas de óleos, por exemplo), configurando formas de medidas práticas (um litro, meio litro) presente no cotidiano dessas comunidades que expressam uma racionalidade econômica. Para maiores entendimentos sobre essas formas de medidas e cálculos estudadas pela antropologia da quantificação, ver autores como Weber (2002) e Zaloom (2003).

¹⁶ De acordo com Wanderley (1999) a sociabilidade da agricultura camponesa tradicional ultrapassa os laços familiares e de parentesco, definindo esse segmento social como sociedades de interconhecimentos, em virtude de todos os membros pertencerem a um território e de se conhecerem em profundidade.



Figura 8: Parentes vizinhos preparando a farinha de carimã¹⁷ na casa do forno do terceiro grupo doméstico, comunidade Santa Rosa.

Essas relações correspondem a um tecido social e territorial que fortalece o sentimento de pertencimento local, alicerçando uma autonomia comunitária e uma economia solidária por meio de reciprocidades entre vizinhos. Além de relações de produção, exemplos como estes manifestam valores culturais de ajuda mútua, uma racionalização coletiva alicerçada na confiança social e na simbologia da dádiva (MAUSS, 1974), como expressada na frase do padrinho em relação ao casamento do Sr. Paulo com Dona Marineuza: “Ele [Sr. Paulo] tem que dar graças a Deus, a eu e a minha mulher, porque nós só foi buscar ela pra ele”.

Há vínculos simbólicos tecidos por sucessivas reciprocidades que preenchem a concretude dessas relações de produção. Isso não significa dizer que essas relações mútuas de parceria e sociabilidade do trabalho se estendem com a mesma intensidade entre todos os vizinhos, haja vista que não há uma uniformidade de relações sociais e de meios de vida entre os grupos domésticos. Essa dinâmica de sociabilidade entre vizinhos e parentes é estruturada pela ajuda mútua mediante mecanismos que Maus (1974) nomeou como *dádiva*, fundamentais para a estrutura de *reciprocidade* na transmissão de fatores produtivos, destacado por Polanyi (1980) como a imersão dos fatores econômicos em relações sociais.

Os fatores acima expressam nos grupos domésticos um sentimento de pertencimento às localidades em que residem. Esse pertencimento é expresso pelo desejo de continuar no campo e trabalhar com a agricultura, em oposição à alternativa de viver na cidade. A tranquilidade, a

¹⁷ Tipo de farinha utilizada pelos grupos domésticos para o preparo de mingau, geralmente destinado às crianças. No caso específico, os vizinhos preparavam a farinha de carimã para os netos que moravam na capital do Pará, Belém.

sensação de segurança, o fato de terem nascido no campo e de possuírem o controle sobre a terra são motivações exaltadas pelos grupos domésticos camponeses em preferirem viver no campo, justificando também a afeição em morar nas suas comunidades. “A gente não tem vontade de sair daqui, porque por aí é só violência” disse Dona Maria (grupo doméstico 2) referindo-se ao fato de não querer sair do campo.

Essa dicotomia entre campo *versus* cidade está relacionada a fatores como liberdade *versus* cativo e autonomia *versus* sujeição. Essa consciência de si em relação ao que é “de fora” é fundamentada por elementos de pertencimento local, como a confiança entre as famílias, apesar de não se poder “confiar mais em todos” como antes. De acordo com Carneiro (1998b), o sentido de localidade depende da forma como a identidade do grupo está consolidada, que é constituída por um conjunto de valores que sustentam a existência do grupo social e estabelecem relações de alteridade com os “de fora”.

Questionados (as) como se definem socialmente, a categoria “agricultor” e “agricultora” foi praticamente unânime, exceto Dona Luci que “nunca havia pensado” em como se autodefine, não sabendo opinar sobre o assunto. O Sr. Miguel se define como “agricultor” ou “produtor rural”, pois “coopera com a nação”. “Já chegou ocasião de vender vinte sacas de farinha de uma vez só, então quer dizer que é um esforço muito grande, né? É muito trabalho também!”, disse o Sr. Miguel ao justificar a sua autodefinição. A identidade de “agricultor” ou “produtor rural” destacada pelo mesmo está associada ao orgulho de trabalhar com a terra e produzir alimento para a sociedade, ou seja, a satisfação em saber que outras pessoas estão se alimentando a partir do seu trabalho cotidiano. Em análises puramente economicistas, elementos como estes seriam interpretados apenas por uma lógica de mercado, destituída de fatores culturais que conduzem a vida dessas famílias. O próprio termo “produtor” é disseminado pelos órgãos de pesquisa e extensão rural carregado de uma conotação puramente mercadológica, colocando o sujeito rural como um “profissional” que necessita do conhecimento de especialistas. Neste caso, a família passa a ser interpretada como uma empresa que necessita constantemente modernizar-se para adquirir lucro.

As qualidades associadas ao pertencimento e identidade social são contrastadas por certas limitações sociais. O casal do grupo doméstico 3 ressaltou que a continuação do acesso ao recurso educação após o ensino médio é uma dificuldade que os preocupa. Segundo o Sr. Paulo, “na parte do estudo já fica mais difícil, depois do ensino médio para os nossos filhos fazer algum curso já fica mais difícil, eu concluí meu ensino médio e não tive mais chance de levar em frente”.

Essa preocupação com o “estudo” dos filhos foi percebida principalmente no grupo doméstico 3. Sugere-se que esse fato se justifique em virtude da diferença geracional entre as famílias, em que o grupo doméstico gerido por membros mais jovens percebe a educação como o caminho para acessar um conjunto maior de meios de vida, como a busca por acesso a políticas públicas, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Dentre os três grupos domésticos, apenas o terceiro buscava acessar políticas públicas, viabilizando três empréstimos (todos já quitados) por meio do Pronaf, com a finalidade de investir na roça e em cabeças de gado.

Apesar da preocupação a respeito do limitado acesso a certos bens, como educação, no conjunto os entrevistados acreditam que os filhos e/ou netos continuarão vivendo na zona rural, justamente pela qualidade de vida que o meio proporciona. Além da tranquilidade e segurança, essa qualidade de vida é associada à qualidade do ar, à liberdade de produzir o que quiser, se alimentar principalmente do que produz e ao fato de “ter na natureza o remédio quando alguém precisa”. Tais qualidades eram expostas e enfatizadas pelos entrevistados como inexistentes nos grandes centros urbanos, espaços lembrados sempre por possuírem “muito barulho que incomoda os ouvidos”.

Para as crianças, o campo também é um cenário de liberdade e bem viver. Não havia questionamentos próprios se gostavam ou não de morar no campo, mas quando perguntadas, as respostas associavam o campo à possibilidade de “brincar” livremente, longe da violência da cidade, havendo espaço físico suficiente para isso. Cada criança tem seus sonhos, como serem cantores, jogadores de futebol e professora. O campo possui a sombra das árvores e as frutas à disposição, dois elementos enfatizados por todas as crianças como os preferidos e associados a prática de “brincar”, como observado por uma das netas do Sr. Miguel e da Dona Luci, de 10 anos: “aqui posso brincar, posso correr, posso fazer tudo que eu quero aqui. Meu avô tira açáí, nós bebemo, e se for pra cidade vou ter que comprar pra poder beber”.

As percepções dos grupos domésticos sobre o lugar do campo em relação à cidade apresentam vínculos com os seus territórios, demonstrando que estes são alicerçados pelos bens naturais que a natureza dispõe para a condição de bem viver aos indivíduos. A identidade local é cultivada por relações sociais integradoras, associadas a uma diversidade social e cultural, concebendo a existência e resiliência das comunidades aos processos de dependência do capital. Além disso, o trabalho e a malha de ajuda mútua entre vizinhos e parentes também compõem um repertório de meios de vida comuns a todos, delineados a partir dos recursos naturais dispostos e modelados pelos grupos domésticos, como veremos nas próximas seções.

7.4 Os agroecossistemas familiares e seus elementos de coprodução com a natureza

A paisagem dos agroecossistemas dos grupos domésticos é constituída pela casa, quintal, lavoura e mata. No caso do primeiro e segundo grupo, o espaço que constitui a casa e quintal é separado do espaço onde são estabelecidas as roças. Este espaço, territorialmente mais extenso, é identificado por uma categoria utilizada pelas famílias camponesas da região: a de “*centro*”. Questionados sobre a origem do termo, os entrevistados não souberam responder, disseram que foi assim que aprenderam com os mais velhos. O “centro”, portanto, corresponde à área afastada da casa, abrangendo as roças e matas.

Segundo Velho (2009), a categoria *centro* surge em oposição à *beira* dos rios, onde estavam situados os maiores e mais antigos povoados, ou seja, os lugares mais habitados e com uma mata familiarizada. Dessa forma, buscando terras livres em terra firme, onde a natureza era considerada incontrolada, a categoria *centro* relaciona-se à ideia de *centro da mata*, espaço de natureza pouco socializada. Dessa maneira, Velho (2009, p. 193) descreve algumas características típicas de centro e beira, conforme pode ser observado na Tabela 4.

Tabela 4: Oposição entre *centro* e *beira*.

Centro	Beira
Campos, roça	Cidade, vila
Predominância da agricultura	Predominância da pesca
Trabalho pesado	Trabalho leve, lazer
Próximo à natureza incontrolada	Próximo à natureza mais controlada e conhecida
Isolamento	Contato

Fonte: Velho (2009, p. 193)

Os agroecossistemas (compreendendo casa, quintal e “centro”) são representações de atividades coletivas (como verificadas nas sessões acima) dos grupos domésticos, parentes e vizinhos, demonstrando arranjos sociais de trabalho e de capital social no delineamento de meios de vida. Os espaços do sítio são modelados por diferentes atividades, divididas e realizadas de acordo com a configuração dos grupos domésticos como gênero e idade, distinguindo espaços considerados mais femininos e mais masculinos. Apesar dessas distinções de espaços a partir do gênero, ocorre uma imbricação dos membros dos grupos nos diferentes espaços.

Além do mais, os agroecossistemas também representam as formas de vida e habitação dos grupos domésticos, designando uma organização estrutural dos recursos naturais coproduzidos e dinamizados entre unidades domésticas e a natureza. Os espaços são

interconectados pela materialização e circulação de elementos de coprodução, conduzidos pelo trabalho e saber de cada unidade doméstica.

As residências dos grupos domésticos são semelhantes. As casas eram de adobe e madeira, com chão batido (1º e 2º grupo doméstico), telhado constituído de telha de amianto e telha de barro (Figura 9). A casa do 3º grupo doméstico era constituída de madeira e tijolo, pois estava em processo de construção. As casas eram divididas por quartos (dois no máximo), uma sala e uma cozinha, sendo que apenas a casa do grupo doméstico 3 possuía banheiro internamente, utilizado algumas vezes para banho, geralmente a noite, pois havia outro banheiro no quintal. As casas também eram compostas por uma cozinha mais rústica, categorizada como “casinha” pelos grupos domésticos, construída com madeira (esteios) e palha (cobertura) do próprio sítio, desprovida de parede.



Figura 9: Casa do 2º grupo doméstico, com a casinha de palha ao fundo. Comunidade Caeté Cuera.

A cozinha “rústica” era o espaço de maior integração dos grupos domésticos, um local coabitado pela presença dos adultos, crianças e certos animais (como galinhas com pintinhos debaixo de paneiros), por conter um clima fresco e agradável, que serve também como um lugar de descanso. A “casinha” é um espaço representado por elementos culturalmente associados pelos grupos domésticos à figura feminina (tecnologias domésticas como o jirau¹⁸ de madeira

¹⁸ É um tipo de estrado elevado de madeira que serve como pia de cozinha, uma pia rústica. Ela possui diversas utilidades, como lavar a louça e preparar a comida antes de cozinhar. Sobre o jirau ficam bacias ou baldes para armazenar água e uma cuiá ou recipiente de plástico para manusear a água em afazeres domésticos, caso não haja torneiras. Além disso, há, geralmente, outro jirau no quintal com a utilidade de lavar a roupa.

e vassoura de piaçava) e à figura masculina (como instrumentos de trabalho da lavoura) (Figura 10). É nesse espaço da casa que se armazenava a lenha proveniente da roça, utilizada para o preparo das refeições, e as sementes crioulas destinadas para a lavoura, da qual era reservada uma parte para retornar a casa, sob uma movimentação cíclica gerada pela coprodução dos grupos domésticos com a terra. Além disso, era um espaço de socialização entre os membros do próprio grupo e deste com visitas de parentes e vizinhos.



Figura 10: Casinha (cozinha rústica) do 1º grupo doméstico. **A.** Casinha internamente. **B.** Casinha externamente. Nos fundos, um rancho para armazenar lenha e outros materiais. Comunidade João Grande.

A casa não era apenas um espaço físico e de moradia, ela se constituía também como um espaço de relações sociais. A casa dos grupos domésticos representava o descanso da família e a reposição da energia necessária para o gerenciamento das atividades do sítio,

originando a força de trabalho necessária para as atividades domésticas e agrícolas. O *trabalho* caracteriza o grupo doméstico como uma unidade econômica (CHAYANOV, 1974) e como valor moral (WOORTMANN, 1990), em que se estabelece um cenário de contrato social alicerçado na reciprocidade entre os membros (SAHLINS, 1972).

Dessa forma, é a partir da casa que o trabalho é originado e estruturado pelos membros que direcionam a unidade doméstica. Como observado nos estudos de Woortmann e Woortmann (1997), ao contrário do homem, a mulher controlava o espaço do quintal e da casa, lugar simbólico e físico do núcleo doméstico. Já as duas irmãs camponesas, por exemplo, decidiam conjuntamente toda a rotina da casa, bem como as atividades do quintal e da lavoura (centro). A presença da irmã mais velha era ressaltada por uma estrutura matriarcal de respeito no conjunto do grupo e dos parentes vizinhos.

No grupo doméstico 1, as situações internas eram manejadas pela esposa, como o cuidado com as crianças e o direcionamento das tarefas domésticas. As determinações da estrutura agrícola ficavam especialmente a cargo da figura masculina. No caso do grupo doméstico 3, as decisões eram realizadas em conjunto pelo casal. Antes de dormirem, por exemplo, o casal planejava as tarefas do roçado, como a quantidade de semente necessária para a produção da próxima lavoura. Esta ficava sob a responsabilidade da figura masculina, enquanto as atividades internas (casa e quintal) sob o comando da figura feminina.

Apesar de culturalmente haver estipulações de espaços e atividades consideradas masculinas ou femininas, as partes possuem uma complementariedade semelhante a um sistema holista que estrutura a existência do todo (DUMONT, 1992), preenchido por ideias e valores do campesinato. Ao analisar o processo de trabalho e categorizações sexuais dos índios Achuar, Descola (1983) destaca que homens e mulheres da unidade familiar possuem uma relação íntima e recíproca de dependência e complementariedade em relação às condições materiais de reprodução social. Há uma transição da relação homem-mulher em todos os espaços que concretiza essa complementariedade, mas com a presença feminina possuindo maior fluidez na maioria das atividades tipicamente masculinas, condição inversa que geralmente não se apresenta com a mesma veemência, aspecto geralmente descuidado nos estudos clássicos do campesinato.

Ao voltar do roçado, a casa é onde os homens repõem a energia consumida pelo trabalho, se alimentando e descansando. Diferentemente, como também verificado por Brandão (1999), em relação à mulher, esse espaço possui um conjunto de trabalhos domésticos realizados por elas antes de se alimentarem e descansarem. Pela manhã, elas realizavam

geralmente com a filha (grupo doméstico 3) ou neta mais velha (grupo doméstico 1) as tarefas domésticas, como “lavar roupa”, “cuidar das crianças menores” e “preparar o almoço”.

O almoço era constituído geralmente por peixe¹⁹ e farinha de mandioca (produzida pelos próprios grupos domésticos). O arroz e o feijão eram consumidos, mas não com a mesma intensidade que a farinha, a qual estava presente em todas as refeições. Mas, como éramos considerados visitantes, o primeiro almoço nas casas dos grupos domésticos 1 e 3 foi constituído por frango em vez de peixe. O frango é consumido, geralmente, em ocasiões consideradas especiais, como a recepção de alguma visita.

Em outras análises, as refeições poderiam ser interpretada por como uma carência alimentar, racionalizada apenas para sustentar a vida, aspectos que Antônio Cândido (1964) interpretou como *mínimos vitais*, fundamentado essencialmente em descrições de navegantes e jesuítas sobre o histórico alimentar dessas populações, certamente a partir dos seus próprios hábitos alimentares, conduzindo-os provavelmente a visões etnocêntricas de realidades ameríndias. Não se desconsidera a importância deste estudo, pelo contrário, mas a adaptabilidade da dieta alimentar e outros elementos de certos segmentos sociais do campesinato devem ser interpretados por meio dos “olhos nativos” e de suas adaptabilidades alimentares, e não a partir de hábitos alimentares próprios, semelhante às interpretações de pobreza sob o olhar ocidental e capitalista dos “de fora”.

As aposentadorias de Dona Augusta e Dona Maria, por exemplo, aliada à produção agrícola, garantia uma renda mensal que proporcionaria uma “abundante” alimentação, mas as mesmas possuíam uma dieta alimentar centralizada nos elementos “peixe” e “farinha”, sinalizando um cultural aspecto nutritivo adaptado de acordo com os recursos naturais do meio (Figura 11). Associado a esses alimentos, o açaí²⁰ é um fruto nativo presente na dieta alimentar dessas famílias durante o período da safra, que se concentra no segundo semestre do ano, demonstrando a relação alimentar das famílias com a temporalidade do ambiente nativo. Nesses termos, a alimentação não pode ser interpretada apenas como um meio de sobrevivência, mas também como uma construção cultural e simbólica que expressa, por exemplo, a adaptabilidade ao ambiente em que o sujeito social está inserido. De acordo com Maciel (2005), a alimentação é um ato social e cultural, o que torna os sistemas alimentares como sistemas simbólicos preenchidos por um conjunto particular de códigos sociais que atuam sob as relações humanas entre si e com a natureza.

¹⁹ Comprado geralmente de pescadores vizinhos.

²⁰ Na região Norte do Brasil é típico comer açaí com farinha de mandioca, acompanhado por algum alimento salgado, como peixe frito ou assado.



Figura 11: Almoço na casa do 2º grupo doméstico. **A.** Peixe assado (1º dia), farinha e arroz. **B.** Peixe cozido (2º dia). Comunidade Caeté Cuera.

Essas relações podem ser percebidas pelos hábitos alimentares ao longo da trajetória do Sr. Miguel, baseados na agricultura, extrativismo e caça. Esta última prática, por exemplo, não se constitui mais como um meio de sobrevivência, mas é repassada aos netos como um hábito alimentar, como a caça de passarinhos. A prática da caça pode ser notada em um trecho da poesia do Sr. Miguel:

“Passei a mão no facão
 Fui na pedra para a amolar
 Eu gritei pelos cachorros
 Cachorro vamos caçar
 Andei quarenta dias
 Não achei nada pra matar (caçar)
 Quando eu já vinha de volta
 Vi os cadelo ladrar
 Eu botei os solho pro céu e disse:

Ai meu Deus, o que será?
 Raja de onça, pinta de maracajá
 Se não for a mardita serpente
 Que na mão quer me pegar
 Quando eu avistei o bicho
 Era mambira tamanduá (...)

Sr. Miguel (camponês)

A naturalização da prática da caça como hábito alimentar foi construída e repassada culturalmente pelos seus antepassados, por existir “bichos” em abundância na natureza, porque “agora a gente não vê mais como antes”. Quando criança, a prática da caça era um forte recurso para complementar a dieta alimentar, assim como afirma Cândido (1964). A única forma, muitas vezes, de obtenção de proteína animal. Diferentemente, Dona Augusta e Dona Maria não aprovavam esse tipo de recurso para subsidiar a alimentação, pois foi repassado como negativo pelos seus antepassados.

As diferentes percepções transmitidas sobre animais sugerem uma dicotomia cultural no estabelecimento dos meios de vida dos grupos domésticos mais antigos (1 e 2): a utilidade do “bicho” para o ser humano como uma fonte de alimento *versus* o sentimento afetivo do ser humano sobre o “bicho” que proporciona ao segundo o direito à vida. Além do mais, há também uma diferenciação, no caso do grupo doméstico 2 (Maria e Augusta) e 3 (Paulo e Marineuza), em relação aos “bichos” socializados *versus* não socializados, ou seja, os animais domesticados que servem para a alimentação (como porco, galinha e patos) e os silvestres, que são os “bichos da natureza” (como macaco, tatu e passarinhos). Esta diferenciação não era percebida acentuadamente em relação ao segundo grupo doméstico (Sr. Miguel e Dona Luci), por compreender que os domesticados e os não domesticados eram fontes de alimento.

“Eu cresci que nem índio, meu pai vivia no meio do mato, era feito índio” disse o Sr. Miguel. Quando criança, o Sr. Miguel e os “bichos da natureza” coabitavam o mesmo espaço (“meio do mato”), familiarizando os animais silvestres da mesma maneira que os animais domésticos em relação à alimentação, qualificando uma relação bem específica ser humano-natureza. Nesse sentido, as práticas alimentares são culturalmente transmitidas como uma herança étnica, constituindo hábitos alimentares considerados por Woortmann (1978, p. 4) como “não somente os alimentos habitualmente consumidos, mas também as condições que fazem com que sejam habituais e consumidos, tais como condições de acesso à natureza, ao emprego e ao mercado”.

Os quintais, por exemplo, eram lugares de produção de alimentos e de relação com a natureza. O quintal é um espaço modelado pela coprodução dos grupos domésticos com o seu

entorno, construindo uma paisagem socializada que representa formas de trabalho e alimentação e, ao mesmo tempo, proporciona um ambiente de lazer. Era no quintal que as crianças brincavam, subiam em árvores (como açaizeiro e mangueira) e se socializavam com crianças vizinhas.

No quintal, a sombra das mangueiras frondosas era o refúgio das crianças após o almoço. Essa conexão da casa para o quintal não era por acaso entre elas. Esse espaço possuía uma exuberante diversidade de árvores frutíferas dispersas ao redor da casa, como árvores de caju, manga, cupuaçu, murici, pupunha, goiaba, banana, coco, bacuri, açaí, limão, laranja, dentre outras. Após a refeição do almoço, as crianças também se alimentavam das frutas dispersas pelo quintal. Ali (quintal) as crianças coletavam alguns frutos espalhados pelo chão e o restante serviam para a retroalimentação das próprias frutíferas. A amêndoa do coco babaçu era aproveitada como alimento por todas as crianças após o almoço, utilizando ferramentas rudimentares como facões e pedaços de pau para a quebra do fruto. O coco babaçu como elemento alimentar também foi observado por Andrade (1970) em relação aos hábitos alimentares de nordestinos.

Os quintais são a expressão alimentar desses grupos domésticos. Administrados essencialmente pelas mulheres, esses espaços possuem a criação de uma variedade de pequenos animais como galinhas, patos, perus e suínos (Figura 12). Os animais eram criados à solta no quintal, onde eles próprios se encarregavam de encontrar alimentos ofertados pela natureza, denotando um sistema de criação capaz de supri-los em suas necessidades nutricionais pela livre escolha (autonomia) alimentar em meio à biodiversidade de alimentos durante a circulação pelo espaço. A criação extensiva ou à solta é uma forma tradicional de produção animal de grupos domésticos camponesas da Amazônia, o que justifica o não confinamento dos animais ao longo de suas vidas.



Figura 12: Animais criados à solta pelo quintal (grupo doméstico 2). **A.** Aves se alimentando. **B.** Porco correndo feliz por começar a chover. Comunidade Caeté Cuera.

A alimentação proporcionada pela livre circulação dos animais era completada pelo aproveitamento de cascas e carueira²¹ de mandioca (proveniente do roçado) para os porcos e aves, elementos que consolidam uma coprodução no agroecossistema. No grupo doméstico 2, a alimentação dos animais, constituída por cascas e carueira de mandioca, “agora” é somada à compra de ração (consistindo de milho, amendoim, arroz e dendê). O poleiro das galinhas eram os galhos das árvores baixas próximas a casa. Já o porco, presente apenas no grupo doméstico 2, possuía um chiqueiro apenas para passar a noite, construído com varas e estacas extraídas da floresta. Os dois búfalos (Figura 13), presentes no grupo doméstico 1, se alimentavam de manga, cascas e carueira de mandioca e do pasto presente na propriedade. Estes últimos animais

²¹ A carueira é a parte grossa que sobra da massa de mandioca, após esta ser moída e peneirada.

passam a noite no quintal e durante o dia ficam no “centro”, pois eram símbolos de trabalho do homem e faziam parte de tarefas cotidianas do Sr. Miguel.



Figura 13: **A.** Búfalos se alimentando de cascas de mandioca. **B.** Sr. Miguel e seus netos a caminho do “centro” no “carro de boi” (grupo doméstico 1). Comunidade João Grande.

No quintal, os animais possuíam uma liberdade cotidiana, sentindo uma notória alegria ao cair as primeiras chuvas. As aves vinham abrigar-se junto à parede da casa, os perus cantavam e o porco corria por todo o quintal durante esse momento. A felicidade não era presente apenas nos animais, as pessoas apresentavam uma profunda satisfação na forma de “graças a Deus” em ver a chuva cair. A chuva era sinal de fartura tanto para os animais como para as pessoas. Os animais iam engordar, as árvores iam dar frutos, as sementes nas roças iam germinar e seria um período de maior diversidade agrícola. Mas a alegria não era qualificada apenas por esses fatores, a chuva também representava esperança dos rios secos encherem, condição ambiental expressada como incomum nos últimos anos pelos entrevistados e por todas

as famílias camponesas da região. O período de estiagem que, segundo os grupos domésticos camponeses, geralmente ocorre a partir do final de junho até início de dezembro, está ultimamente se prolongando, havendo poucas chuvas nos primeiros meses (dezembro e janeiro).

Os três quintais possuem fontes próprias de água. Os grupos domésticos 2 e 3 possuíam poço convencional (com corda e balde) e nascentes na parte baixa do quintal, formando cacimbas para a realização de atividades domésticas como “lavar roupa” (Figura 14). O grupo doméstico 1 também possuía uma nascente na área baixa do quintal, com a construção de um reservatório contendo encanação até a casa. De acordo com os entrevistados, estas fontes próprias de água estavam abaixo do nível adequado, necessitando de um bom período chuvoso para recuperar o nível normal.



Figura 14: Cacimba utilizada pelo grupo doméstico 2. Comunidade Caeté Cuera.

Além das atividades domésticas, a água era utilizada para irrigar manualmente os “canteiros” suspensos de hortaliças, permitindo que houvesse produção durante todo o ano (Figura 15). Os canteiros eram manejados por meio da coprodução com os bens ofertados pela natureza (capital ecológico) dos sítios, evitando-se o uso de agrotóxicos e insumos químicos para o cultivo. Dona Luci utilizava estrume de frango e de boi, e “terra queimada” oriunda da roça para o cultivo de cebolinha e cheiro verde, cultivos produzidos em todos os meses do ano.

No período chuvoso a diversificação do canteiro aumenta por meio do plantio de couve, cariru, alface, entre outros. Não havia o cultivo de plantas medicinais no canteiro.



Figura 15: Canteiro suspenso da Dona Luci (grupo doméstico 1). Comunidade João Grande

Dona Maria e Dona Augusta utilizavam “terra queimada” oriunda da roça e folhagem da mata (principalmente folha de Acácia) para os cultivos de cebolinha, cheiro verde, pimenta malagueta, pimenta de cheiro e chicória produzidos em todos os meses do ano. Além do canteiro, Dona Maria estava implantando uma horta, cultivando, além das mesmas hortaliças do canteiro, cenoura (comprada), tomate, alface e couve (Figura 16). No entanto, não estava irrigando as hortaliças durante o período de estiagem, devido à baixa quantidade de água no poço e na nascente, fator que impediu a produção durante o ano todo.



Figura 16: Horta e canteiro do grupo doméstico 2. **A.** Horta protegida por tela. **B.** Canteiro suspenso com plantas medicinais da Dona Maria. Comunidade Caeté Cuera.

O cultivo de plantas medicinais era irrigado manualmente durante todo o ano, a fim de preservar as espécies que serviam em casos de enfermidades dos indivíduos do próprio grupo doméstico e/ou de parentes e vizinhos. As duas irmãs camponesas possuíam uma variedade de plantas medicinais como arruda, oriza, hortelã, erva de jabuti, brejuí, anador, babosa, tupéia, entre outras. “Aqui ninguém vive comprando remédio de farmácia” ressaltou a Dona Maria ao explicar a utilidade medicinal das ervas.

Marineuza utilizava “terra queimada” oriunda da roça e folhagem da mata para o cultivo de tomate, pimenta malagueta, pimenta de cheiro, cheiro verde e cebolinha. Durante o período das chuvas plantava no canteiro uma variedade maior de espécies, provenientes das trocas de sementes e mudas com vizinhos e parentes, bem como oriundas do mercado, assim como na Família 1 e 2. Em outros canteiros, cultivava uma diversidade de plantas medicinais, mas não lembrava o nome das mesmas, apenas a sua funcionalidade. As plantas medicinais eram cedidas

a vizinhos quando estes não possuíam certas espécies em seus canteiros e vice-versa, configurando um tecido social que possui elementos de reciprocidade entre vizinhos.

Os ricos insumos naturais utilizados na elaboração do canteiro para a adubação de hortaliças e plantas medicinais são fruto da coprodução, integrando elementos oriundos das atividades do roçado (terra queimada rica em minerais), criação animal (reciclagem de nutrientes) e da mata (serapilheira). Essa introdução de elementos da coprodução de distintos espaços para o quintal também é exemplificada pela presença de carvão, proveniente e produzido no lote que abrange os roçados (“centro”). O carvão é produzido por meio do aproveitamento da madeira de antes e após o processo de queima da mata, utilizado pelos grupos domésticos para o preparo de comida e para a comercialização local, especialmente dos grupos domésticos 1 e 3.

Os elementos da mata são muito expressivos no espaço do quintal, por meio da alimentação e das moradias tanto dos animais como dos grupos domésticos. Os banheiros, por exemplo, com paredes de palha (grupos 1 e 2) e madeira (grupo 3), sem cobertura, expressam o elo dos grupos domésticos com os recursos da mata. Esses banheiros são utilizados apenas para o banho, consistindo de baldes e bacias (Figura 17).



Figura 17: Banheiro para banho, construído com palha seca da árvore de anajá, do grupo doméstico 2. Comunidade Caeté Cuera.

À parte, os sanitários denominados como “privada” ou “cintina” eram construídos em áreas mais escondidas do quintal, cercadas por árvores que favoreciam a privacidade. Nos grupos domésticos 1 e 2, as privadas eram constituídas essencialmente por um buraco tampado por madeira, havendo uma fresta ao meio para passagem das fezes. No terceiro grupo

doméstico, além do buraco parcialmente tampado por madeira, a privada era cercada (madeira e lona) e coberta (palha) (Figura 18).



Figura 18: **A.** Sanitário ou “privada” do grupo doméstico 2. **B.** Sanitário ou “privada” do grupo doméstico 3 (coberto por madeira).

Outro elemento presente no quintal, especificamente do grupo doméstico 3, era a “casa do forno” ou casa de farinha. Esse espaço era desprovido de parede, possuindo chão batido, madeira (esteios) do próprio sítio e telhas de amianto aliada a folhas de palmeira (cobertura) (Figura 19).

A casa do forno abrange os artefatos utilizados para o processamento da farinha de mandioca como a peneira, tipiti, forno e rodo. Como discutido acima, esse espaço é compartilhado com grupos domésticos vizinhos e aparentados, configurando relações de reciprocidade e de trabalho. A “casa do forno” dos grupos domésticos 1 e 2 é construída no “centro”, terreno separado da área de moradia. No caso do grupo doméstico 1, também seria construída uma “casa do forno” no quintal, buscando facilitar o trabalho próximo a casa. Essa rusticidade das construções rurais (como chiqueiro, sanitário e casa de farinha) é mantida por

uma forma de vida característica das localidades amazônicas, expressando a cultura cabocla da Amazônia, organizada por um grande repertório de saber repassado entre as gerações, abarcando novos elementos sociais que são definidos pelo espaço, tempo e grupo social. No entanto, é necessário políticas públicas de saneamento para conduzir condições sanitárias adequadas e adaptadas à estas realidades.



Figura 19: Casa do forno do grupo doméstico 3. Comunidade Santa Rosa.

A modelagem dessa rusticidade (como coberturas construídas com folhas de palmeiras) presente nos quintais e na dinâmica interna produtiva são fruto de uma coprodução com o ambiente imediato, evidenciando dimensões camponesas de viver, sobretudo, com destaque às alternativas atribuídas a reprodução social, como em relação a alimentação. Os meios de vida dos grupos domésticos são alicerçados nessa relação coprodutiva com a natureza, evidenciando um saber popular e uma estreita relação dos camponeses com os seus territórios.

7.5 O preparo da roça: coprodução entre o ser humano e a natureza

As formas de cultivar a terra e de se relacionar com a natureza, inerentes às lavouras camponesas de corte e queima, são fruto de uma percepção construída ao longo do tempo e repassada pelo saber-fazer desses estratos sociais. Há um campo simbólico de valores dos grupos sociais camponeses que configura a natureza da ação, a qual é registrada pela natureza do espaço por meio da coprodução entre os grupos domésticos e o bens ecológicos da mata, delineando uma paisagem antropogênica. Na prática, parte do “mato” é transformado em

lavoura a partir da engenhosidade humana, alicerçada na percepção que possui sobre o ambiente imediato e na dimensão cultural do saber-fazer repassada entre gerações, que os nossos míopes olhos científicos geralmente a desperdiça ou a interpreta de forma leviana.

Logo, a paisagem agrícola é o registro de uma dimensão sociotécnica, delineada por um campo simbólico sociocultural e de valores, que condiciona os saberes representativos das ações do ser humano sobre a natureza. O saber intelectual é personificado pelo saber técnico-tradicional. Nessa perspectiva, Woortmann e Woortmann (1997) destacam que os meios materiais só existem a partir dos meios intelectuais e a junção dos dois componentes torna a natureza socializada. Segundo os mesmos autores, o “trabalho das ideias” ordena cognitivamente o que é aprendido no mundo desconhecido, informando o “trabalho material” e permitindo-o transformar a natureza em espaço de cultivo.

Os conhecimentos que envolvem a produção e o consumo de alimentos conduzem a circulação de insumos e produtos em espaços articulados entre si (casa, quintal e “centro”). Da casa sai a força de trabalho e o saber, elementos concretizados pela prática do trabalho, o qual é aliado à natureza por meio de um constante processo de coprodução (PLOEG, 2008, 2009). Com efeito, as práticas humanas são criadoras e ao mesmo tempo criadas pela sociabilidade com a paisagem natural, considerando a dimensão relacional-ecológica da paisagem concernente à sua contínua transformação mata-lavoura e articulada às transformações dos grupos domésticos camponeses ao longo do tempo, tornando-se parte da reprodução social dos mesmos. Nesse sentido, a coprodução se qualifica como a trajetória do trabalho dos grupos domésticos ao longo dos agroecossistemas, transformando a paisagem para o delineamento de meios de vida.

A coprodução passa a ser expressa dentro de um ambiente pelo qual se desenvolve uma malha de interações específicas dos grupos domésticos com a natureza, com interpretações específicas dos camponeses fundamentadas na natureza do saber e na apropriação do saber sobre natureza (conhecê-la e socializá-la). Nesse contínuo processo relacional, a forma tradicional dos camponeses amazônicos em se apropriarem da natureza não deve suscitar interpretações precipitadas (como atrasada e negativa ao ambiente) e/ou embasadas em aspectos isolados (desmatamento, baixa qualidade do solo, etc.), separando-os (ser humano-natureza) por uma dualidade pouco amigável.

Ao contrário de utilitarista, essa relação está embasada em aspectos cooperativos que representam tanto uma herança material (como as variedades de mandioca e as matas reflorestadas naturalmente) e imaterial (os saberes para cultivá-las e manejá-las). Com isso, carece de investigações mais integradas e aprofundadas para que, ao invés de compreendê-la

pelo olhar nativo de transformação da paisagem, não sublinhem simplesmente uma relação de irracionalidade ecológica que exerce um predação sobre a natureza.

Nesses termos, existe uma racionalidade ecológica (TOLEDO, 1993) presente nos sistemas agrícolas tradicionais da Amazônia, que apresenta potenciais saberes culturais que questionam os modelos capitalistas de agricultura e podem ser o suporte para adaptações sociotécnicas em relação a pluralidade de características da natureza e vislumbrar manejos agroecológicos para a agricultura, adaptados às realidades locais. Nesse aspecto, como forma de substituir ou minimizar o uso do fogo, estudos da Embrapa Amazônia Oriental resultaram no desenvolvimento da tecnologia de corte e trituração da capoeira (KATO, M. *et al.*, 1999; KATO, O. *et al.*, 2007).

Com isso, cabe compreender com maior profundidade a racionalidade ecológica das práticas tradicionais, objetivando mais alternativas agroecológicas desenvolvidas endogenamente a partir de ações cooperativas com os sujeitos do campo. Na agricultura de corte e queima, a racionalidade ecológica delineada pela coprodução é representada pelo equilíbrio entre produção e capacidade de regeneração da mata por meio do sistema de pousio, além de outros aspectos examinados a seguir.

7.6 Do “mato” à lavoura: a transformação da paisagem pelo trabalho camponês

Por trás da “simplicidade” aparente da agricultura de coivara ou corte e queima praticada pelos três grupos domésticos, há um sistema amplo e complexo de elementos de uma paisagem híbrida modelada pela simbiose entre os camponeses e a natureza viva, evidenciando o que Ploeg (2008) destaca como uma contínua e incessante coprodução. A roça, portanto, é a representação da coprodução do trabalho do ser humano e do trabalho da natureza. Cabe aos grupos domésticos socializar o “mato”, concretizar o saber sobre a terra, semear as espécies agrícolas, capinar o mato invasor e colher o alimento. Por outro lado, cabe à natureza ou ao “mato” dispor os nutrientes, fortificar a terra e deixá-la acessível ao pleno desenvolvimento das raízes, e se regenerar após o seu “descanso” (pousio).

O estabelecimento dessa coprodução é equilibrado por uma racionalidade ecológica associada à rotação de terras (inerentes às roças), auto-regeneradas por uma transformação cíclica da paisagem, em que o “mato” é transformado em lavoura e depois retorna a condição de “mato”. Essa coprodução resulta de uma estreita solidariedade entre o social e o natural, indicando que essa “relação com a natureza é uma troca respeitosa” como notada por

Woortmann e Woortmann (1997, p. 28) em relação aos sitiantes/camponeses do estado de Sergipe.

O “mato” representa a fonte de recursos renováveis que alicerçam a reprodução social dos camponeses amazônicos. Sem o mesmo, não há reprodução de cultura e saber tradicional, desestabilizando os meios de vida camponeses e colocando-os em uma posição de vulnerabilidade social. Com isso, a manutenção dos meios de vida dos camponeses está associada ao equilíbrio das necessidades sociais impostas ao ambiente, em um cenário de pressões externas como o monopólio da terra pelos latifundiários e a desterritorialização dos camponeses provocada pelos setores do agronegócio.

Nesses termos, a roça não representa apenas trabalho e produção de alimentos, ela também simboliza o meio de reprodução social que contesta o monopólio e desequilíbrio dos recursos naturais pelos mecanismos dos impérios agroalimentares e dos grandes latifúndios agrícolas atrelados a monoculturas e à pecuária. Além disso, a roça expressa uma racionalidade ecológica dos grupos domésticos camponeses em relação aos recursos naturais disponíveis, conduzidos e modelados por uma relação de coprodução.

Os camponeses, portanto, se reproduzem em um cenário de privações sociais e, ao mesmo tempo, necessitam desenvolver um equilíbrio relacional com o ambiente natural imediato, a fim de mantê-lo ao longo do tempo e por gerações. Cândido (1964), ao avaliar grupos camponeses do Estado de São Paulo, constatou que esse equilíbrio entre os grupos sociais camponeses e o ambiente exige dos camponeses soluções eficazes, das quais a natureza desse equilíbrio depende, mostrando que a mobilidade desempenhada pela agricultura itinerante é um meio de vida que se configura como um mecanismo de renovação de recursos naturais.

Antes de iniciar o preparo da roça, os três grupos domésticos camponeses concebiam e ordenavam um ambiente adequado por meio de suas discriminações e caracterizações, atribuindo qualidades necessárias para a efetivação do trabalho. Dessa maneira, os espaços eram categorizados pelos instrumentos culturais construídos pelas experiências de suas tradições intelectuais praticadas e repassadas entre gerações, estabelecendo formas de compreensão e articulação da natureza. Esses fatores são estudados por Toledo e Barrera-Bassols (2009) por meio do complexo “kosmos-corpus-praxis” dentro de uma discussão etnoecológica.

O espaço da roça não deve ser em “área baixa”, onde o solo é muito úmido ou encharcado, o que ocasiona o apodrecimento das raízes. Além disso, a capoeira a ser desbastada deve ser alta e robusta, pois indica “terra forte” e preparada para gerar uma abundante lavoura. Essas categorizações dos espaços são extremamente importantes para evitar prejuízos de produção e atender as necessidades dos grupos domésticos. Na percepção dos índios Achuar

sobre o ambiente adequado para roça, são as árvores de porte majestoso que cultivam a mata e indicam aos homens os espaços mais propícios para a realização da derrubada, socializando os limites da natureza com a plantação dos vegetais, abençoados pelos mitos da floresta (DESCOLA, 1993). No caso dos grupos domésticos, a terra, a chuva, os alimentos e todos os bens ofertados pela natureza são interpretados também como um dom de Deus, havendo em torno do trabalho cotidiano a mística da fé na chegada das chuvas, na frutificação das culturas, na cheia dos rios, entre outros, pois “tudo é Deus que dá pra gente”.

Após a definição do espaço, a primeira etapa do preparo da área é definida como *brocagem*, iniciada no final do verão para a “roça de tempo²²”, entre os meses de outubro e novembro. Esta etapa consiste na abertura da área por meio do desbaste de árvores maiores com o machado e de árvores menores com o facão. O desflorestamento da área é necessário para facilitar o processo de queima da vegetação. Por se tratar de um trabalho pesado e que requer força física, praticamente toda a força de trabalho é masculina.

O grupo doméstico 1 não possuía força de trabalho suficiente para esta etapa, pois havia apenas a força física do Sr. Miguel para esse processo e a idade dos netos era um fator limitante. Com isso, havia mutirões com filhos e genros próximos, além de vizinhos. No grupo doméstico 2, as etapas iniciais eram realizadas por força de trabalho contratada em decorrência da capacidade de trabalho e configuração do núcleo familiar, como por exemplo, a idade avançada das duas irmãs e a maior dedicação dos outros membros em outras atividades desenvolvidas (estudo e mototaxista). No grupo doméstico 3, a idade dos filhos também era um fator limitante, necessitando de força de trabalho alugada e, às vezes, a realização de mutirões com parentes. Nota-se que a configuração e organização do núcleo doméstico é determinante para as etapas do preparo da área, representando diferentes graus de autonomia em relação a força de trabalho contratada.

Após o desbaste da vegetação, a mesma permanece secando sob o solo, geralmente, durante um mês, conforme as condições de umidade do meio. Após a secagem, o fogo completa o processo, aplicado nos horários com menor incidência de vento, geralmente no final da tarde. Como estratégia para não ocorrer fogo acidental, os grupos domésticos fazem o “aceiro”²³ ao redor da área como forma de impedir que o fogo se espalhe para além dos limites destinados à roça. Após a queima, o solo fica coberto com uma manta de cinzas, ricas em nutrientes que contribuirão com a fertilidade do solo e, conseqüentemente, com o desenvolvimento dos cultivos agrícolas (Figura 20).

²² Roça equivalente ao período chuvoso, denominada pelos agricultores da região como “roça de tempo”.

²³ Limpeza ao redor da área já desbastada para impedir que o fogo se alastre para além do limite delimitado.



Figura 20: Roça preparada para o plantio (grupo doméstico 2). Comunidade Caeté Cuera.

As lenhas grossas espalhadas pelo solo que não foram consumidas inteiramente pelo fogo são aproveitadas para a produção de carvão no próprio lote, para o forno de “torrar farinha” e, as mais finas, são destinadas para casa, utilizadas para a preparação de comida. Como notado, há uma multiplicidade de funções em relação a essa matéria prima (madeira), expressando uma coprodução que cumpre um papel fundamental na autonomia produtiva desses grupos domésticos.

Em um primeiro momento foi realizado, essencialmente pelos homens, a *brocagem*, *corte* e a *derrubada* da mata. Essa transformação da paisagem, em suma, é o registro do trabalho organizado e precedido de um saber-fazer. No grupo doméstico 2, esse trabalho segue a hierarquia de gerações, em que a figura feminina cumpre um papel central na organização das atividades e no direcionamento do saber-fazer. Nos grupos domésticos 1 e 3 esse saber-fazer é direcionado pela figura masculina, precisamente a representação do “pai de família”. Da mesma forma, as etapas de plantio e colheita procedem a partir de tais hierarquias.

Algumas vezes, na “roça de verão”, práticas como *brocagem*, *corte*, *derrubada* e *queima* da vegetação não são necessárias, pois o grupo doméstico 3 solicita o trator da prefeitura do município, com o intuito de arar uma determinada área já utilizada, que anteriormente passou por essas etapas de preparo da área. Esses meios de produção sinalizam uma diferenciação em alguns processos de produção deste grupo doméstico em relação aos outros. Isso se justifica pelo maior nível de informação dos membros deste grupo doméstico, especialmente Sr. Paulo,

em acessar capitais físicos (tratores) e financeiros (Pronaf). Abaixo a Tabela 5 esquematiza as etapas e os meios de produção utilizados pelos grupos domésticos.

Tabela 5: Esquematização das etapas utilizadas no preparo e cultivo do solo, os meses do ano em que ocorrem e os meios de produção utilizados pelos grupos domésticos.

GRUPO DOMÉSTICO 1							
ETAPA	Sim (1) / Não (2)	Mês		Meios de produção	Diárias	Mão de obra	Ferramenta
		Roça de tempo	Roça de verão				
Broque = corte da vegetação	1	setembro	julho	1	0	2	terçado/machado
Derruba de árvores	1	setembro	julho	3	0	2	motosserra
Queima	1	novembro	setembro	1	0	1	-
Coivara	1	novembro	setembro	1	0	1	terçado/machado
Aplicação de herbicida na vegetação	2	-	-	-	-	-	-
Trituração da vegetação	2	-	-	-	-	-	-
Incorporação da vegetação	2	-	-	-	-	-	-
Aração	2	-	-	-	-	-	-
Gradagem	2	-	-	-	-	-	-
Plantio	1	dez/jan	setembro	1	0	1	enxada
Capina (primeira)	1	fevereiro	setembro	1	0	1	enxada
Capina (segunda)	1	maio	fevereiro	1	0	1	enxada
Outra prática. Qual?	2	-	-	-	-	-	-
GRUPO DOMÉSTICO 2							
Broque = corte da vegetação	1	setembro	julho	1	0	2	terçado/machado
Derruba de árvores	1	setembro	julho	3	0	2	motosserra
Queima	1	novembro	setembro	1	0	1	-
Coivara	1	novembro	setembro	1	0	1	terçado/machado
Aplicação de herbicida na vegetação	2	-	-	-	-	-	-
Trituração da vegetação	2	-	-	-	-	-	-
Incorporação da vegetação	2	-	-	-	-	-	-
Aração	2	-	-	-	-	-	-
Gradagem	2	-	-	-	-	-	-
Plantio	1	dez/jan	setembro	1	0	1	enxada
Capina (primeira)	1	fevereiro	setembro	1	0	1	enxada
Capina (segunda)	1	maio	fevereiro	1	0	1	enxada
Outra prática. Qual?	2	-	-	-	-	-	-
GRUPO DOMÉSTICO 3							
Broque = corte da vegetação	1	setembro	julho	1	0	2	terçado/machado
Derruba de árvores	1	setembro	julho	3	0	2	motosserra
Queima	1	novembro	setembro	1	0	1	-
Coivara	1	novembro	setembro	1	0	1	terçado/machado
Aplicação de herbicida na vegetação	2	-	-	-	-	-	-
Trituração da vegetação	2	-	-	-	-	-	-
Incorporação da vegetação	2	-	-	-	-	-	-
Aração	1-roça de verão	-	agosto	-	-	-	-
Gradagem	2	-	-	-	-	-	-
Plantio	1	dez/jan	agosto	1	0	1	enxada
Capina (primeira)	1	fevereiro	setembro	1	0	1	enxada
Capina (segunda)	1	maio	fevereiro	1	0	1	enxada
Outra prática. Qual?	2	-	-	-	-	-	-

Códigos meios de produção: 1 = manual; 2 = tração animal; 3 = motosserra; 4 = trator de pneu; 5 = trator de esteira. **Códigos mão de obra:** 1 = familiar; 2 = troca de dias, mutirão; 3 = contratada; 4 = familiar e contratada; 9 = outras.

O *plantio*, realizado geralmente no mês de janeiro, contava com a participação de praticamente todos os membros dos grupos domésticos. Com o solo já fertilizado pelas cinzas e hidratado pelas primeiras chuvas do mês de dezembro, caracterizando a “roça de tempo”, era

possível diversificar a paisagem agrícola do agroecossistema por meio de um conjunto de cultivos anuais (como milho, feijão, maxixe, jerimum e melancia), além das típicas variedades de mandioca²⁴ (como mandioca branca, mandioca roxa, macaxeira e mandiocaba).

A mandioca é um dos principais (ou se não o principal) componentes da dieta alimentar da região amazônica, possuindo uma multifuncionalidade de usos pelos camponeses amazônicos, como o seu processamento para a produção de farinha, beiju, mingau e tapioca, como verificado por Fausto (2006) no Auto Xingu, bem como sua utilização em outros locais para a realização de pratos típicos como maniçoba, tacacá e pato no tucupi. Além disso, a mandioca é associada à cosmologia pelas populações ameríndias, envolvendo crenças e mitos que fundamentam a relação com a terra e com os vegetais. Descola (1993), por exemplo, estudou a dimensão simbólica em torno da mandioca pelos índios Achuar, os quais consideram esses vegetais como seres dotados de alma, tratados pelas mulheres como filhos adotivos, por meio da autoridade materna exercida por Nunkui, espírito que reside no subsolo das roças, fazendo brotar a diversidade de mandiocas.

A mandioca é cultivada por meio do caule, cortado em estacas menores para serem colocadas deitadas nas “covas”, deixando sempre os “olho pra cima” (gemas) para que a planta possa brotar. Após o crescimento, um novo lote é reservado para o próximo plantio, podendo ser cedido a parentes e vizinhos e vice-versa. As sementes também são preservadas no próprio agroecossistema, sob estoques mantidos nas casas a cada plantio. As sementes crioulas e as variedades de mandioca fazem parte de um processo de transmissão biocultural entre as gerações, assegurando uma soberania alimentar para os grupos domésticos. Além da reprodução agrícola, essa manutenção das espécies agrícolas também representa a reprodução social do campesinato, possibilitando o cultivo de cultura social e saber popular.

A roça exige dos grupos domésticos organização da força de trabalho necessária para a realização plena do trabalho agrícola. No grupo doméstico 1, o Sr. Miguel trabalhava em parceria com o filho (vizinho) e com o genro oriundo de outra comunidade. Por problemas de saúde, a esposa não participava mais dos processos de trabalho da roça, mas estava a cargo dela e da neta mais velha transformar e incorporar os elementos resultantes desse espaço na dieta alimentar do grupo doméstico. Saindo da roça, os frutos gerados pela coprodução com a natureza passam para o domínio das mulheres dos grupos domésticos, já socializados por elas nas etapas de plantio e colheita, demonstrando um sentido de complementariedade entre a mulher e o homem na condução do trabalho agrícola.

²⁴ Diferente das outras culturas anuais, com ciclos de quatro a cinco meses, a cultura da mandioca possui um ciclo de um ano.

No segundo grupo doméstico, todos os espaços ficavam sob o domínio da Dona Augusta e da Dona Maria. Apesar de não realizarem determinadas tarefas (como desbaste e abertura da roça), estas eram manejadas de acordo com as determinações das duas irmãs camponesas. Além da força de trabalho do próprio grupo, Dona Augusta e Dona Maria contratavam força de trabalho externa para a etapa do plantio. Devido à idade avançada das duas irmãs, parte da força de trabalho era contratada desde o preparo da roça até o plantio dos cultivos. A colheita era realizada apenas pelo próprio grupo doméstico.

“A natureza se encarrega de tudo, a gente só bota a semente na terra” disse Dona Maria ao relatar como era realizado o plantio. Havia a compreensão de uma natureza bondosa, que possuía uma força própria capaz de proporcionar o alimento necessário para a sobrevivência do grupo doméstico. Essa bondade da natureza era correspondida por uma gratidão do grupo doméstico, expressada pelo respeito aos limites ecológicos do meio. Sobre isso, Dona Augusta ressaltou: “se a natureza morre, eu vou morrer também, por isso a gente não pode destruir a natureza, por que depois o que os filhos dessa menina vão ver? [referindo-se a neta da Dona Maria]. Tudo a natureza nos oferece pra viver!”²⁵.

O relato da camponesa nos indica um modo sustentável de se relacionar com a natureza, capaz de estabelecer uma ética e afeto consigo mesma, com os outros seres vivos e com a próxima geração. Isto expressa princípios e valores que podem colaborar com a ressignificação da natureza, assumindo a posição humana como parte da mesma, possibilitando o que nos diz Ingold (2012, p. 37), “trazer as coisas à vida” e horizontalizar a importância de todos os seres humanos e não-humanos como uma malha.

A “roça de tempo” das irmãs Augusta e Maria apresentava uma diversidade de cultivos um pouco maior que as roças dos outros grupos domésticos. Além dos cultivos acima citados produzidos pelos três grupos domésticos, elas também produzem arroz de sequeiro, fava, mamona, algodão e gergelim. O arroz é uma cultura que não é comumente cultivada pelas famílias camponesas do município, mas elas aproveitam o período chuvoso para cultivar a cultura e não depender da compra desse alimento durante o segundo semestre do ano. O arroz não é comumente cultivado pelas famílias camponesas do município, mas elas aproveitam o

²⁵ O relato da camponesa é semelhante ao conceito de “desenvolvimento sustentável” apresentado no relatório denominado como “Nosso Futuro Comum” pela Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CMMAD), da Organização das Nações Unidas (ONU). No relatório, é definido que o desenvolvimento sustentável é aquele que “atende as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades” (CMMAD, 1988, p. 9).

período chuvoso, durante o primeiro semestre do ano, para o cultivo do arroz e com isto não depender da compra desse alimento entre o meses de julho a novembro (período seco).

No grupo doméstico 3, entre os filhos, o mais velho era o que participava mais ativamente do processo produtivo. Essa participação era conduzida pelo saber-fazer do pai, repassando ao filho a responsabilidade de manejar uma roça própria e reproduzir na mesma o saber apreendido. De acordo com Woortmann e Woortmann (1997), na ausência do pai, o filho mais velho precisa aprender a gerir a família, a tomar à frente das atividades, pois existem funções que não são desempenhadas pelas mulheres. Em alguns casos, diante da ausência do pai, essa direção do grupo doméstico pelo filho não se estabelece, como notado no grupo doméstico das duas irmãs camponesas, pois ocorre uma organização estrutural hierárquica entre gerações, em que as mulheres matriarcas estabelecem as decisões que o grupo deve seguir.

Com a presença do “pai de família” é comum os homens interpretarem a atuação das esposas na roça como “ajuda”, denominação verificada também por outros autores como Woortmann e Woortmann (1997) e Brandão (1999). Esta interpretação da participação da mulher é proveniente de uma hierarquia patriarcal, em que o seu trabalho nas atividades da roça está subordinado ao pai de família que direciona e realiza o trabalho propriamente dito, caracterizando uma desqualificação da participação feminina e uma hierarquia sexual do trabalho. No grupo doméstico 3, as meninas e o penúltimo filho contribuía na plantação, aprendendo com os pais as práticas que envolvem essa etapa em torno de uma visível obediência presente nessas relações.

Durante o ciclo de um ano da cultura de mandioca, os grupos domésticos mantêm os cuidados necessários para o pleno desenvolvimento das culturas alimentícias. Nessa coprodução, se por um lado a natureza dispõe ao ser humano os recursos necessários para o desenvolvimento dos cultivos, por outro ela é percebida como uma ameaça para o mesmo desenvolvimento. Após o plantio, o “mato” brota na tentativa de reocupar o seu espaço, necessitando ser rotineiramente controlado pelos grupos domésticos por meio da capina, geralmente duas, até os cultivos adquirirem a altura necessária para dominarem o espaço. Em um primeiro momento, o ser humano se apresenta como invasor de um espaço do “mato” e, em um segundo momento, o “mato” passa a ser o invasor do espaço agrícola.

O “mato”, portanto, pode ser interpretado como bom *versus* ruim e domável *versus* indomável. Essa interpretação ambígua da natureza coaduna com a narrativa de Mendras (1978) em relação à visão dos sujeitos sociais do campo em relação à natureza. De acordo com esse autor, por um lado, a natureza pode ser vista como uma ameaça a “engolir” os cultivos agrícolas e, por outro lado, é compreendida como a base para a geração de recursos produtivos

dos camponeses, sendo, por exemplo, a condutora da vida e a base da reprodução econômica dos cultivadores itinerantes.

Além da “roça de tempo”, os grupos domésticos também cultivam mandioca no período da estiagem, geralmente nos meses de julho e agosto, para colher no mesmo período do ano seguinte, caracterizando a “roça de verão”. Esta roça não possui a mesma diversidade de culturas anuais da “roça de tempo”, havendo apenas a presença das variedades de mandioca, por serem culturas resistentes à seca. O ambiente natural é determinante na constituição dos meios de vida desses grupos domésticos, os quais produzem seguindo os ciclos da natureza, como notado nos dois períodos de produção, em que um proporciona maior abundância (período chuvoso) em relação ao outro (período seco).

Após a colheita, tanto na “roça de tempo” como na “roça de verão”, a área é usada por mais um ano, dependendo das circunstâncias locais, ou é imediatamente deixada em pousio durante um período mínimo de quatro a cinco anos para que haja a recuperação da vegetação e da fertilidade do solo. O espaço é deixado em “descanso” para que as árvores possam reconquistá-lo e tornar sustentável a possível condução do trabalho humano novamente, possibilitando a continuação de um processo de coprodução com a natureza.

Após completar o ciclo de socialização do espaço e deixá-lo em “descanso”, outro terreno é novamente aberto sob um conjunto de conhecimentos etnoecológicos do grupo doméstico, como o tempo de descanso da área, o tamanho da vegetação mais adequada e a dimensão ideal da área para uma produção ideal de alimentos que sustente o núcleo doméstico durante os ciclos de produção anual. Esses ciclos de uso natureza e de transformação da paisagem seguem uma sequência articulada por uma racionalidade ecológica do grupo doméstico.

Ao mesmo tempo em que a natureza frutifica o trabalho do grupo doméstico, garantindo a vida, a autonomia produtiva, alimentar e a reprodução social do mesmo, cabe a ela, também, a capacidade de se autorregenerar e resistir ao trabalho humano, reativando a sua fertilidade e tornando-se novamente a fonte que germina o saber-fazer dos grupos domésticos. Por outro lado, cabe aos camponeses garantir o arbítrio necessário à natureza em se regenerar, estabelecendo as condições necessárias para esse processo, a fim de manter a perenidade de seu capital ecológico associado à possibilidade de renovação dos ciclos produtivos e naturais. Sem essa reciprocidade, a coprodução é fragilizada e a reprodução social dos grupos domésticos em torno da capacidade produtiva da terra entra em crise.

Logo, a natureza é compreendida pelos camponeses como finita, principalmente levando em consideração fatores como tamanho da terra, sucessão familiar, número de filhos,

gênero e recursos naturais disponíveis. “Aconselho nossos filhos a não desmatarem, porque isso [apontando para a mata alta] vai servir pra eles e pros filhos deles. Por onde eu ando eu só vejo desmatamento. Se tu entrar numa estrada dessa aí vai tá tudo desmatado” disse Dona Augusta. Dona Augusta e Dona Maria não enxergam a prática de corte e queima como uma forma de desmatamento, porque essa prática é conduzida “respeitando a natureza”. Utilizá-la intensivamente, sem obedecer a sua regeneração natural, provocaria sua degradação, representando um colapso ao estabelecimento e reprodução social das famílias. “Se eu matar a natureza, ela me mata”, completou Dona Augusta.

A terra e a mata, compreendidas como finitas, constituem-se como bens limitados, influenciando as ações cognitivas dos camponeses. Essa compreensão da natureza pelos camponeses é definida por Foster (1965) como “Imagem do Bem Limitado”. Segundo este autor, a visão de bem limitado (terra e trabalho) é a base da orientação cognitiva que explica e interpreta o comportamento dos camponeses, uma visão de mundo que enxerga todas as coisas em quantidade limitada e finita. Essa compreensão dos camponeses tradicionais de uma natureza com recursos limitados traduz as suas estratégias de uso e manejo do ecossistema, o qual impõe aos camponeses um conhecimento geográfico, físico, biológico e vegetativo dos recursos disponíveis (TOLEDO, 1990, 1993).

Os elementos aqui discutidos, inerentes às formas sociais de viver dos camponeses tradicionais, sinalizam relações humanas intrínsecas à natureza que possibilitam a reprodução social dos grupos domésticos camponeses, alicerçada em uma contínua coprodução. A transformação da paisagem é ordenada pela articulação do saber social acumulado, do trabalho gerenciado pela capacidade de agência dos grupos domésticos e da terra, que sustenta os recursos naturais e humanos. A articulação desses fatores (saber, trabalho e terra) distingue um tipo de relação ser humano-natureza alicerçada a uma racionalidade ecológica, representando princípios ecológicos pertinentes para o desenvolvimento de alternativas agroecológicas de viver e produzir. Nesses termos, Perez (1979) já afirmava a necessidade dos estudos dos lugares rurais dedicarem esforços analíticos em torno da relação homem-terra (*man-land relations*) ou ser humano-natureza.

Há uma categorização ecológica dos espaços, subdividindo-os de acordo com as necessidades sociais, conformando habitats diferenciados e articulados entre si que expressam uma paisagem dinâmica. Matas densas e com árvores robustas (como sumaúma, andiroba, taperebá, caju açú, açai, amapá, ucuuba, entre outras) contrasta os espaços desmoitados e de capoeiras secundárias destinadas para enriquecer o solo do sistema de cultivo. Essas áreas com matas preservadas mantêm nascentes e espécies florestais essenciais e que oferecem para os

grupos domésticos vários bens ecológicos como óleos medicinais, sementes, fibras, frutos, entre outros. Dona Maria e Dona Augusta, por exemplo, utilizam as sementes de andiroba para a realização de remédio caseiro.

O óleo de andiroba serve pra animal, serve pra gente, pra qualquer doença da pessoa ela é própria. Principalmente pro animal quando tá com ferimento; cai carrapato; se morcego morder tem que passar; ela serve pra muito sofrimento do animal. Serve até pra gente, até pra sinusite, só colocar andiroba mais cabacinho [outra planta de uso medicinal] pra toda noite passar no nariz. Todos querem essa madeira da andirobeira porque ela é amarga, não dá cupim nenhum nem ponilha. A gente não corta ela porque ela dá semente pra gente fazer remédio. Derrubando ela não dá mais (Dona Augusta).

Essas áreas florestais preservadas pelos grupos domésticos esboçam uma agência ecológica desses segmentos do campesinato, marca de uma territorialidade e identidade local, embasadas em etnoconhecimentos e experiências em torno do conjunto de elementos ecológicos do meio. Essa relação de coprodução dos grupos domésticos com a natureza são representativas de processos de “coevolução” em um cenário de formas distintas de apropriação e manutenção dos grupos humanos em relação à natureza (NEVES, 1992). Essa apropriação coprodutiva dos recursos naturais exige dos grupos domésticos camponeses uma racionalidade ecológica (TOLEDO, 1993), que se expressa a partir de saberes em torno do território, do uso de práticas agrícolas que possuem princípios agroecológicos e da capacidade adaptativa ao meio, resultantes da coevolução ser humano-natureza.

Os grupos domésticos camponeses estabelecem uma organização do espaço de acordo com as necessidades, a fim de conduzir as ações de apropriação da natureza sem esgotar os seus recursos ecológicos, constatando uma racionalidade ecológica nessa intrínseca relação. Com isso, a prática de corte e queima se estabelece como a forma imediata de apropriação da natureza para garantir essa reprodução e condução da vida. Cabe, portanto, aos grupos domésticos desenvolver estratégias para manter uma parte da mata preservada, como notado no relato de Dona Augusta: “Eu aconselho os nossos filhos e netos pra não destruírem a mata que tem ali, pra depois que eles morrerem pra poderem mostrar tudo isso pros filhos que vem depois, senão eles só verão capim”.

Dessa forma, a coprodução resultante da estreita relação dos grupos domésticos camponeses com a natureza imediata resulta em uma paisagem diversificada e sistematizada conforme as necessidades de reprodução social. Essa diversificação da paisagem (a mata nativa com diversas espécies florestais, nascentes, mato alto, mato baixo, roça de tempo, roça de verão, etc.) resultante da coprodução com a natureza, garante uma variedade de serviços ecossistêmicos como a água, ar puro, a sombra das árvores, frutas, lenha, os insumos naturais para o cultivo agrícola, etc. Portanto, o *trabalho* e *saber* dos grupos domésticos camponeses

articulados à natureza desenvolvem uma coprodução que sinaliza certa agencia social desses sujeitos, demonstrando que os seus meios de vida associados a *terra* é em si uma forma de re-existência.

7.7 Considerações Finais

Diante dos elementos levantados, notamos que os grupos domésticos possuem relações sociais (como reciprocidade entre vizinhos e parentesco) que fortalecem o sentimento de pertencimento e identidade local, conformando uma malha comunitária que sustenta os meios de vida e exemplifica a busca por autonomia cultural e de práticas adaptativas sustentáveis, construindo espaços de bem viver no campo. Seus fatores culturais e seus saberes se expressam no trabalho agrícola, desenvolvido pela coprodução entre fatores sociais e naturais, comprovando que os elementos econômicos são permeados pela subjetividade camponesa.

Assim, a coprodução dos grupos domésticos com a natureza é a expressão não apenas de meios de sustentar a vida, mas também de formas de viver, sentir e pensar o mundo em volta. Por meio da coprodução, um conjunto de ideias e experiências, concretamente estabelecidas a partir do saber-fazer, são repassadas e atualizadas entre gerações (avós, pais e filhos), configurando relações afetivas e a atualização de memórias, o encontro eterno entre o *passado* e o *presente* que estruturam os espaços de produção agrícola. As experiências repassadas e atualizadas expressam uma solidariedade entre gerações que se materializa em coproduções desses grupos humanos com a natureza. O saber-fazer agrícola evidencia o elo entre o trabalho camponês e o trabalho da natureza, engendrando uma dialética de coevolução entre as duas dimensões.

A coprodução, portanto, apresenta-se como a forma camponesa de fazer agricultura, expressando nos grupos domésticos uma agência produtiva, uma capacidade de autorregulação e trabalho, uma sabedoria inerente à tradição e às formas cotidianas de re-existir às visões homogeneizadoras de mundo propagadas pelo pensamento ocidental e dominante. Dessa maneira, o vínculo que esses grupos domésticos possuem com a natureza torna-se a base da reprodução social dos mesmos, por meio da construção de uma racionalidade ecológica durante o tempo.

A racionalidade ecológica é expressada, por exemplo, pelo manejo da agricultura de corte e queima e pela modelagem de uma paisagem diversificada, abrangendo um conjunto de habitats - como a mata nativa, nascentes, mato alto, mato baixo, roça de tempo, roça de verão, etc. - selecionados e divididos conforme as necessidades dos grupos domésticos e projetados

pelas suas ações com os elementos da natureza, a qual proporciona bondades na forma de serviços ecossistêmicos indispensáveis para a sustentação da vida dos grupos domésticos. Assim, os grupos domésticos possuem um estreito vínculo com a natureza porque percebem que a mesma é a base de sua reprodução social no campo, reconhecendo que essa profunda dependência dos recursos naturais exige dos grupos domésticos maneiras de configurar a continuidade da solidariedade (coprodução) com a natureza e com as gerações sucessoras.

8. AUTONOMIA: A CONDIÇÃO PARA A REPRODUÇÃO SOCIAL DO CAMPEPINATO

8.1 Introdução

O contexto atual da agricultura no mundo centra-se na dominação de mercados globalizados de alimentos, alicerçados pelas estipulações de padrões de produção e de processos de trabalho que configuram um poderoso ordenamento de relações assimétricas e de dependência de agricultores (PLOEG, 2008; FRIEDMANN, 2004; MCMICHAEL, 2005; WEIS, 2007). Com isto, os agricultores sofrem forte pressão dos setores empresariais, ligados ao campo, no que concerne ao uso intensivo de agroquímicos e de sementes modificadas geneticamente, e os consumidores em relação a dependência às agroindústrias alimentares ou de rede de supermercados, caracterizando um modelo hegemônico de *Impérios Alimentares* (PLOEG, 2008; LONG, 2007; CHONCHOL, 2005).

Além de serem representados por uma rede dominante de grupos do agronegócio e de grandes varejistas, os impérios alimentares também são expressados por leis, modelos científicos e determinadas tecnologias (PLOEG, 2008). Essas tecnologias são representações do modelo de modernização agrícola difundido pela Revolução Verde nas décadas de 1960 e 1970, provocando mudanças abruptas nos meios produtivos e socioculturais do campo, como a grande dependência da agricultura a insumos comerciais e a dominação de complexos agroindustriais (SILVA, 1996). No Brasil, a modernização agrícola provocou maior desigualdade territorial e a marginalização de seguimentos do campesinato, em que muitos foram empurrados para as periferias dos centros urbanos.

Dessa forma, além de impor um modelo homogeneizador e monopolizador dos processos socioeconômicos e alimentares, movido por um discurso de “desenvolvimento” exógeno, os impérios são responsáveis por uma degradação das paisagens agrícolas decorrente de uma racionalidade econômica de curto prazo, fragilizando os meios de vida rurais e a soberania alimentar da sociedade. Além disso, segundo Ploeg (2008), devido à dependência dos meios produtivos gerada pelo Império e do seu controle sobre os processos de trabalho, os agricultores encontraram-se numa situação de *squeeze* ao se confrontarem com a elevação de gastos constantes e da estagnação dos preços dos produtos a serem comercializados, circunstância que empurra muitas famílias agrícolas para uma condição de marginalidade. Essa condição evoca uma baixa autonomia produtiva e alimentar dos agricultores ao modelo capitalista de agricultura, significando uma fragilidade às pressões dos mercados.

Diante das diversas restrições impostas pelos impérios alimentares, há um campo de estudo que revelam a importância de se entender a “resistência camponesa” frente as privações impostas pelos impérios (HOLLOWAY, 2002; FRIEDMANN, 2004; LONG, 2007; PLOEG, 2008, 2010). Nesses termos, Long (2007) destaca que essa “resistência” é uma característica do conflito entre camponeses e grandes proprietários de terras e, de modo geral, grupos de cidadãos contestando, direta ou indiretamente, a autoridade do estado e de poderosas corporações internacionais.

De fato, além de contrariar as previsões clássicas de desaparecimento consumado diante do avanço da industrialização da agricultura, a resistência camponesa se expressa em alternativas e estratégias dentro do próprio sistema capitalista, condição que Chayanov (1966) já ressaltava como característica essencial da reprodução camponesa. Essas estratégias são representadas, por exemplo, por circuitos curtos de comercialização de alimentos, em que os consumidores cada vez mais prezam pela origem e qualidade dos alimentos, fortalecendo as práticas locais e a emergência de um capital cultural, aproximando consumidores aos produtores/agricultores específicos (GOODMAN, 1999; SONINO e MARSDEN, 2006; GOODMAN e GOODMAN, 2007; SANTOS *et al.*, 2017). Além disso, Schneider e Niederle (2010) destacam como estratégia a internalização dos recursos produtivos, a melhoria dos alimentos a partir de princípios tradicionais, valor agregado por meio do processamento agroalimentar nas unidades de produção, entre outros.

Essas estratégias possibilitam que os segmentos camponeses desenvolvam graus de autonomia para a reprodução social, condição que expressa processos de *recampesinização* na era da globalização (PLOEG, 2008), possibilitando que muitas grupos domésticos camponesas desenvolvam meios produtivos endógenos e autônomos alicerçados no Bem Viver. Dessa forma, a relação de coprodução entre grupos domésticos camponeses e a natureza viva apresenta-se como o principal mecanismo para a resistência e resiliência à privações e pressões dos impérios, visto que possibilita a geração de uma base de recursos autocontrolada pelos próprios sujeitos (PLOEG, 2008). Isso é possível por meio do melhor uso dos recursos naturais (a terra, a água, os animais, a mata, etc.) a partir da racionalidade ecológica presente nas formas tradicionais de fazer agricultura (TOLEDO, 1993), expressando a condição de agente dos grupos domésticos camponeses.

Diante disso, esse capítulo objetiva analisar os efeitos da coprodução nos graus de autonomia produtiva e alimentar dos três grupos domésticos do município de Viseu - PA. Compreende-se que estes grupos domésticos são representativos de uma gama de camponeses que resistem, direta ou indiretamente, ao modelo de mundo único imposto pelos Impérios

Alimentares. Os grupos domésticos estudados estão imersos em meios de vida tradicionais do território amazônico, onde as suas formas de viver e produzir são, indiretamente, uma contestação ao modelo hegemônico dos Impérios, pois representam as contradições do modelo capitalista de agricultura.

8.2 A importância da coprodução na luta por autonomia

Estudos clássicos apontam que o *start* para pensar em campesinato é a partir da travessia das sociedades primitivas para as sociedades camponesas, precisamente com o surgimento das cidades (MENDRAS, 1978; WOLF, 1976; REDFIELD, 1964). Redfield (1964) considera que a partir do desenvolvimento da agricultura, ocorre a fixação de sociedades primitivas (que são a linhagem do campesinato) e, conseqüentemente, originam-se as cidades. Desse ponto em diante, se estabelece relações entre camponês (pós-primitivo) e a cidade. Para Wolf (1976), o Estado é o fator preponderante de relação e influência sobre os camponeses e não essencialmente a cidade, pois ele pode estar presente nesta última ou no próprio campo.

A relação com grupos externos, como as cidades, é o que distingue as sociedades camponesas das sociedades primitivas (REDFIELD, 1964; WOLF, 1976). No bojo dessas relações, Mendras (1978) estabelece diferenças entre essas duas sociedades em relação ao sistema de cultivo combinado a criações (animais). Para o autor, os agricultores primitivos distribuem os cultivos e as criações sem combiná-los, enquanto os agricultores camponeses ordenam de forma complementar, elaborando um sistema de mutualidade, mais ou menos complexos. Dessa forma, deve-se compreender que os primitivos estavam inseridos em um contexto diferente dos camponeses, onde não havia luta por autonomia, pois não havia uma sociedade envolvente com meios e tecnologias não emancipadoras que simbolizem a dominação de sua liberdade.

Já as sociedades camponesas estão inseridas em uma sociedade envolvente que representa um contexto de dominação levantado por diversos autores (WOLF, 1976; REDFIELD, 1964; MENDRAS, 1978; CÂNDIDO, 1964; QUEIROZ, 1973), cenário que requer uma combinação mais ou menos complexa dos fatores produtivos, justificando a articulação de sistemas vegetais e animais num dinamismo mútuo. Essa organização socioprodutiva, econômica e cultural pode ser uma forma de resistência dos camponeses à dissolução do seu tecido sociocultural pela grande transformação (POLANYI, 1980), simbolizada pelas estruturas padronizadoras de mercado.

Para Wolf (1976), diferentemente dos cultivadores primitivos, a produção excedente dos camponeses atende a grupos externos que os dominam. Nesse sentido, o camponês produz para autoconsumo e, ao mesmo tempo, para atender as exigências de grupos externos. Ele estrutura a sua vida social por meio da produção de alimento para suprir às necessidades do próprio grupo doméstico e àquelas ligadas a funções econômicas e sociais, definidas por Wolf (1976) como *fundos* (de manutenção, cerimonial e de aluguel). De tal produção, o camponês precisa produzir o que Wolf (1976, p. 17) definiu como *mínimo calórico*, consumo ideal de calorias alimentares indispensáveis para a preservação das condições de vida do camponês, exigidas diariamente para compensar o desgaste de energia que o ser humano despende pelo trabalho.

Além do cultivo para o autoconsumo, o camponês precisa manter os meios de produção, produzindo o necessário para atender o “fundo de manutenção”, ou seja, a produção de sementes para a próxima safra, a alimentação animal e o reparo de suas ferramentas e instalações. Precisa também estar preparado para o “fundo cerimonial”, relativo aos gastos no âmbito da reprodução social e cultural do grupo familiar e comunitário ao qual pertence. Na perspectiva de Wolf (1976), o camponês está sujeito às exigências e sanções de forasteiros que detêm o poder, transferindo um “fundo de aluguel”, excedentes produzidos para atender aos setores dominantes da sociedade, que ao mesmo tempo é um “fundo de poder” para os grupos dominantes.

Assim, as sociedades camponesas são, geralmente, interpretadas como segmentos sociais subjugados a grupos dominantes sob uma lógica de mercado (MENDRAS, 1978; WOLF, 1976; REDFIELD, 1964), relegadas a um papel e destino consumado de subordinação à sociedade envolvente sob a tutela de “senhores”, como se o camponês possuísse um dono. Mendras (1978), por exemplo, considera que na ausência de um senhor ou de uma cidade, não existe camponês. Talvez, o mais pertinente não seja prever se a ausência de um subtrai a existência do outro, mas questionar porquê a ocorrência de um (agricultor empresarial) represente a subtração do outro (camponês), e porquê este resiste a esta subtração. Múltiplos estudos rurais têm abordado os contextos de resistência da agricultura camponesa tanto no Brasil, como em outras partes do mundo (MARTINS, 1981; GARCIA JUNIOR, 1989).

A resistência do campesinato pode ser interpretada por diferentes dimensões, desde o viés político (MARTINS, 1981) até a ideia de campesinidade (WOORTMANN, 1990). Uma resistência ao domínio da terra, dos meios de produção e do trabalho por grupos dominantes. Uma resistência à modernização da Revolução Verde que provocou maior desigualdade social, padronização produtiva e tecnológica, e impactos negativos ao meio ambiente (CLEAVER JR,

1972), representando a eliminação de estratos sociais do campesinato e, conseqüentemente, uma erosão da sua diversidade de produção, saberes e cultura, diante de um processo de homogeneização. Isso se constata pelo pequeno número de empresas e corporações que dominam grande parte do mercado mundial, monopolizando os mercados de insumos (sementes, agrotóxicos e adubos) e exercendo controle da produção, circulação e consumo de alimentos, conformando na atualidade os chamados Impérios Alimentares (PLOEG, 2008).

A modernização representa uma metamorfose da organização social das áreas camponesas para as modernas fazendas familiares (ABRAMOVAY, 1992), expressão de uma razão indolente (SANTOS, 2011), pois provoca um desperdício de saberes populares. Diante do processo de modernização do campo, Mendras (1978, p. 14-15) destaca que o campesinato deixa de existir na ausência ou eliminação de cinco características que lhe configuram:

- i) A autonomia relativa das coletividades camponesas frente a uma sociedade envolvente que as domina, mas tolera suas originalidades; ii) A importância estrutural do grupo doméstico na organização da vida econômica e da vida social da coletividade; iii) Um sistema econômico de autarquia relativa, que não distingue consumo e produção, e que tem relações com a economia envolvente; iv) Uma coletividade local caracterizada por relações internas de interconhecimento e de relações débeis com as coletividades circunvizinhas; e v) A função decisiva do papel de mediação dos notáveis entre as coletividades camponesas e a sociedade envolvente (MENDRAS, 1978, p. 14-15).

Dentre as cinco características acima, destaco as três primeiras como centrais na representação da autonomia da condição camponesa de fazer agricultura frente às lógicas de mercado padronizadoras. Com isso, Mendras (1978) apresentou condições que levariam o campesinato a um fim, sobretudo, a partir do avanço do sistema capitalista no campo e de seus efeitos nos meios produtivos camponeses e de sua racionalidade econômica modificada. Em um contexto de dominação capitalista, Chayanov (1974) defendeu a ideia de que o campesinato existiria dentro de uma economia capitalista, apesar de subordinado. Isso porque a organização econômica da unidade doméstica não está fundamentada na em uma lógica capital-trabalho, ou seja, o trabalho interno não é assalariado (PLOEG, 2016).

Na perspectiva de Chayanov (1974), a família cumpre um papel-chave em relação ao controle da produção, onde os indivíduos situam-se em diferentes tarefas sob o funcionamento da alocação da força de trabalho, havendo, de acordo com a capacidade interna, um forte grau de autonomia da família camponesa na gestão dos recursos produtivos. Essas características tendem a possibilitar a continuação da unidade econômica camponesa e sua reprodução social mesmo em condições adversas. Dessa maneira, por meio da abordagem de Chayanov (1974) à nível micro (unidade doméstica), compreende-se que um grupo doméstico camponês organiza o processo produtivo em si mesmo diante de pressões externas. Isso é possível pelo equilíbrio

trabalho-consumo, em que a organização econômica interna do grupo se dá pela relação entre as necessidades de consumo do núcleo doméstico e a força de trabalho existente e necessária.

Isso explica a influência da configuração do grupo doméstico (gênero, idade e número de indivíduos) na organização do trabalho agrícola. Por exemplo, se um núcleo doméstico possuir mais crianças, configura mais consumo e pouca capacidade de trabalho interno. Nesse sentido, um grupo doméstico orienta suas atividades por meio das necessidades internas e da capacidade de trabalho do grupo, podendo haver também estratégias de meios de vida que buscam manter a mão de obra necessária para o trabalho, como as práticas de reciprocidade entre grupos domésticos, sob a troca de experiências de ajuda mútua (SABOURIN, 2011). Portanto, a abordagem de Chayanov nos permite compreender a capacidade do campesinato em desenvolver respostas às privações desencadeadas pelas estruturas capitalistas, sobretudo, criando espaço de autonomia por meio de sua capacidade econômica.

Ploeg (2008, 2009), fundamentado na visão Chayanoviana de reprodução do campesinato, aborda o sentido da condição camponesa em um cenário de globalização, em que os mercados agrícolas e as corporações multinacionais (Impérios Alimentares) geram um quadro de privações e dependência. A condição camponesa, portanto, passa a desempenhar uma luta constante por autonomia e sobrevivência dos seus processos de reprodução e de seu sistema de relações sociais face às superestruturas de mercado e poder, por meio do seu modo de produção baseado na coprodução com a natureza, fundamentalmente distinto da agricultura empresarial.

No entanto, para que isso seja possível, a propriedade e, ou, o controle da terra é pré-condição para a autonomia da vida camponesa e para o estabelecimento de suas relações sociais, econômicas e culturais. Na concepção da vida camponesa, a terra é o patrimônio que constitui a base familiar. A família então passa a ser herdada pela terra (WOORTMANN, 1990), possibilitando ao grupo doméstico a liberdade de se estender por sucessivas gerações. A importância da terra como território nos termos econômicos, além dos aspectos simbólicos, culturais e de valores, justifica-se pela sobrevivência e manutenção do grupo familiar, afirmada como o bastião de independência à dominação de grupos externos, sendo sinônimo de liberdade nos termos da vida camponesa (MENDRAS, 1978). A terra, portanto, é a base do camponês na luta por autonomia, pois possibilita ao mesmo a conquista da soberania alimentar de sua família por meio da dinamização da paisagem agrícola e do fortalecimento e diversificação dos meios de vida.

Além da posse da terra, a natureza, da qual a terra faz parte, também possui um papel central na autonomia dos grupos domésticos camponeses. A natureza dispõe de recursos

essenciais para a condição camponesa, como água, polinizadores, controladores biológicos e a própria vegetação. A capacidade do modo camponês em mobilizar tais recursos a seu favor, sob a forma de coprodução, e culminando na sustentabilidade do capital ecológico, é o que garante a sua autonomia produtiva. Portanto, a paisagem heterogênea, dinamizada por meio da íntima relação do camponês com recursos naturais vivos (capital ecológico), possibilita a diversificação dos meios de vida e, conseqüentemente, a garantia de autonomia às lógicas do mundo capitalista.

Por apresentar uma íntima relação com a natureza, condição contrária à estabelecida pela agricultura empresarial, as formas camponesas de fazer agricultura cria espaços de manobras a pressão do modelo dominante de modernização da agricultura. Enquanto a agricultura moderna submete a natureza à sua lógica predatória dos recursos naturais, fundamentada na utilização de insumos externos e artificiais, padronização genética dos cultivos agrícolas, racionalização do trabalho, entre outros, a agricultura camponesa tende a potencializar os recursos da natureza, fundamentado em uma artesanidade agrícola que faz uso de tecnologias emancipadoras, estabelecendo uma relação mais equilibrada com o ecossistema (PLOEG, 2008).

De certo que esse modo equilibrado de fazer agricultura não é unânime para todas as realidades camponesas. Existem aquelas, por exemplo, que representam condições limitadas de recursos, como o tamanho da terra, influenciando a relação com a natureza de forma menos conservacionista. Portanto, as condições materiais são fundamentais para entender processos e vínculos com a natureza, bem como o contexto sociocultural, político, e econômico que esses extratos sociais se inserem.

As formas camponesas de fazer agricultura, baseadas na coprodução com a natureza, cumpre um importante papel na diversificação produtiva, na produção de alimentos para autoconsumo, que é uma expressão de autonomia e de uma economia invisível (GRISA, GAZOLLA e SCHNEIDER, 2010), e, sobretudo, na promoção da soberania alimentar, proveniente de uma base de recursos que Ploeg (2008) considera como autocontrolada pelos camponeses por meio de uma racionalidade ecológica presente no saber desses sujeitos (TOLEDO, 1993).

Nesse processo de gestão dos recursos naturais, como já mencionado, parte do que é produzido é utilizada para o próprio consumo doméstico, uma parte do excedente é comercializada, e a outra parte é utilizada para retroalimentar e fortalecer a base de recursos, melhorando, conseqüentemente, o próprio processo de coprodução, tornando a terra mais fértil, selecionando as melhores mudas, cruzando vacas mais produtivas, ampliando o conhecimento,

etc., refletindo na ampliação da autonomia do camponês a ambientes hostis (PLOEG, 2009). Além disso, a coprodução também pode ser interpretada em contextos de trabalho imerso em experiências tradicionais de fazer agricultura, como as formas de trabalhar a terra dos grupos domésticos da Amazônia abordados nesse estudo.

A coprodução desempenha um importante papel na luta por autonomia da condição camponesa, mediante a autogestão da base de recursos, sob uma lógica de produção fundamentalmente distinta da empregada pelo modelo da agricultura moderna. Portanto, as estratégias socioeconômicas, ambientais e culturais dos camponeses não são avulsas e nem devem ser consideradas irracionais dentro de um cenário de economia capitalista hegemônica. Pelo contrário, deve-se considerar como pano de fundo a luta pela autonomia e pela liberdade que esses atores protagonizam, mediante uma condição de agente que possibilita a resistência e resiliência dos mesmos em cenários de privações e pressões.

8.3 A autonomia produtiva e alimentar dos grupos domésticos da Amazônia

A seguir, apresenta-se a análise dos graus de autonomia produtiva e alimentar dos três grupos domésticos estudados, realizada a partir da metodologia denominada Análise Participativa de Autonomia, por meio da interpretação e definição dos graus de autonomia produtiva e alimentar pelos próprios grupos domésticos. Com isto, esta metodologia levou em consideração o olhar dos próprios sujeitos. Com esta finalidade, identificou-se um conjunto de repertórios produtivos e alimentares que fazem parte do contexto de vida desses núcleos domésticos, bem como aqueles recursos (como adubos e agrotóxicos) que correspondem a condutores externos que manifestam formas de trabalho dependentes dos mercados de insumos de produção. Portanto, esta seção fornece um panorama geral dos graus de autonomia produtiva e alimentar dos agroecossistemas, levando em consideração a coprodução como meio de vida para a construção e manutenção dessa autonomia.

O grupo doméstico 1 e 2, assim como a maioria dos grupos domésticos camponeses de comunidades próximas, possuem **máxima autonomia** quanto à utilização de calcário no solo (indicador **1**), adubo químico (indicador **2**) e controle de insetos e/ou plantas (indicador **3**) por meio de agrotóxico (Figuras 21 e 22). O Sr. Miguel (grupo doméstico 1), responsável pelas decisões na roça, nunca viu necessidade de fazer adubação química, visto que através da técnica de corte e queima, o solo se mantém produtivo por dois anos. Após a capina, o camponês mantém o “mato” cortado ao redor da planta de mandioca.

GRUPO DOMÉSTICO 1



Figura 21: Análise Participativa de Autonomia produtiva e alimentar do grupo doméstico 1. Graus de autonomia: 1 a 3 – baixa autonomia; 4 a 6 – média autonomia; 7 a 9 – elevada autonomia; e 10 – máxima autonomia.

GRUPO DOMÉSTICO 2

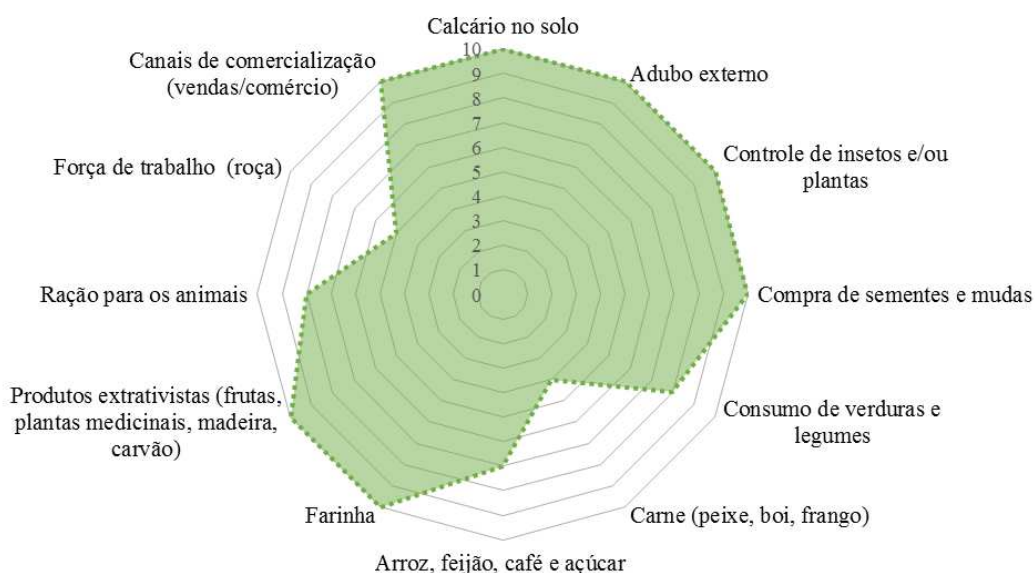


Figura 22: Análise Participativa de Autonomia produtiva e alimentar do grupo doméstico 2. Graus de autonomia: 1 a 3 – baixa autonomia; 4 a 6 – média autonomia; 7 a 9 – elevada autonomia; e 10 – máxima autonomia.

Os grupos domésticos não veem necessidade de dependerem de calcário e adubo externo, pois sempre obtiveram as produções desejáveis de alimento por meio das práticas tradicionais que herdaram de seus antepassados. Segundo os mesmos, a utilização de técnicas como podas, capina e roçagem, práticas repassadas pelos seus antepassados, protege e aduba o solo naturalmente e prolonga a sua umidade para a planta. É justamente por trabalhar com a natureza (coprodução) que a agricultura camponesa torna-se menos dependente dos mercados de meios e insumos de produção em comparação a agricultura empresarial, pois os bens ecológicos que Ploeg (2008, 2009) caracteriza como “capital ecológico” são os insumos que integram a forma camponesa de fazer agricultura, tornando-a autossuficiente produtivamente.

O grupo doméstico 3 apresenta praticamente os mesmos resultados quanto aos três indicadores iniciais (Figura 23), pois a maior parte dos insumos produtivos são provenientes do próprio agroecossistema e também não utiliza agrotóxico para o controle de insetos e/ou plantas indesejáveis. Dona Marineuza utiliza folha de acácia, serrapilheira, e cinzas como adubo natural para o canteiro suspenso. Para a produção agrícola na roça, o solo é fertilizado pelos nutrientes disponibilizados pela queima da vegetação. Este grupo diferencia-se dos anteriores em relação ao indicador 2, com **elevada autonomia**, pois algumas vezes aplica adubo químico (NPK) na plantação de feijão, dependendo da condição do solo. Além disso, quando faz uso de aração na roça de verão, este recurso externo (adubação química) também é utilizado no solo.

GRUPO DOMÉSTICO 3

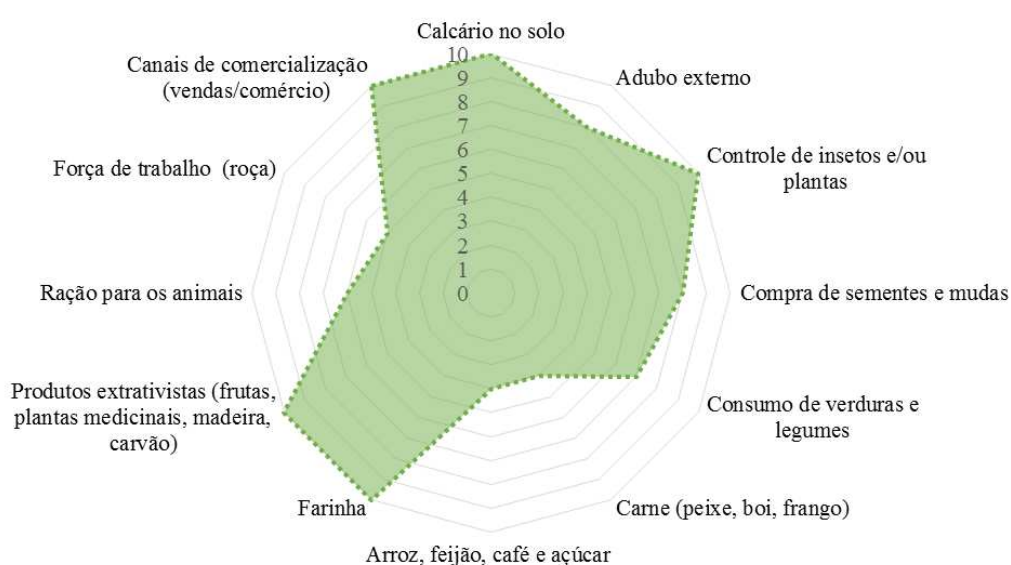


Figura 23: Análise Participativa de Autonomia produtiva e alimentar do grupo doméstico 3. Graus de autonomia: 1 a 3 – baixa autonomia; 4 a 6 – média autonomia; 7 a 9 – elevada autonomia; e 10 – máxima autonomia.

A paisagem dos agroecossistemas é diversificada (como a presença de vegetação com árvores de grande porte e de vegetação secundária, com mais de cinco anos de idade), proporcionando um equilíbrio e controle de insetos indesejáveis. As práticas tradicionais e o ordenamento da paisagem diversificada evidencia princípios agroecológicos nas formas de produção agrícola destes grupos camponeses tradicionais, pois apresentam condições de produção que tendem a serem mais sustentáveis em relação aos sistemas convencionais.

Quanto aos agrotóxicos, identificado pelos grupos camponeses como “veneno”, suas utilidades são vistas como desnecessárias, pois a forma tradicional de produção que utilizam já contempla a produção necessária sem a alta incidência de insetos indesejáveis. A diversidade da paisagem dos agroecossistemas provavelmente garante um equilíbrio ecológico do meio, justificando o pleno desenvolvimento dos cultivos agrícolas sem a ocorrência prejudicial de insetos e plantas invasoras. Nesse aspecto, Altieri (2004) destaca que o equilíbrio entre plantas, solos, umidade, luz solar, nutrientes, entre outros elementos naturais, promovem um agroecossistema sustentável onde as plantas são resilientes e saudáveis.

Dona Augusta (grupo doméstico 2) relatou que não voltaria a trabalhar na cidade grande nunca mais. Para ela, morar no campo não tem comparação, pois existe qualidade de vida e todas as pessoas da comunidade são conhecidas, havendo também a possibilidade de plantar tudo o que é necessário para viver sem depender tanto do mercado. Além disso, “a gente sabe o que tá comendo porque foi a gente que prantou”, podendo consumir um alimento saudável, sem o uso de “veneno”. As duas agricultoras Augusta e Maria relataram um ataque de lagartas na plantação de milho, onde fizeram o que algumas famílias vizinhas recomendaram: inseriram naftalina em três cantos da área do plantio de milho; em cada canto haviam três naftalinas e o quarto canto foi deixado vazio, sem nenhuma naftalina, pois era o local por onde as lagartas saíam. Elas relataram que ficaram impressionadas com o resultado positivo da receita. Em outras situações da roça não é possível controlar alguns insetos, deixando-os se alimentarem dos cultivos. Em seguida, plantam no mesmo local uma cultura diferente da anterior para evitar a permanência de insetos indesejáveis na área. Esse processo caracteriza uma rotação de culturas praticada a partir de um saber construído com a natureza (coevolução), uma coprodução que evita o uso de agrotóxicos.

Em relação à compra de sementes e mudas (indicador 4), as famílias camponesas consideram possuir uma **elevada autonomia**. As principais plantações são de culturas anuais, como mandioca, milho e feijão. As sementes de feijão-caupi e as estacas das plantas de mandioca são oriundas das próprias propriedades, mantidas a cada produção, representando uma autonomia produtiva garantida pela manutenção desses recursos genéticos e culturais, não

havendo a necessidade de obtenção por meio do mercado. Além disso, quando não há o suficiente de sementes ou estacas de mandioca para o plantio, segundo os grupos domésticos, ocorre a troca desses elementos entre vizinhos e parentes próximos. Essa reciprocidade evidencia, de certa forma, uma certa autonomia produtiva comunitária. No entanto, as algumas sementes de hortaliças (como cheiro-verde, cebolinha e pimentinha) necessitam ser compradas e renovadas, pois durante o período seco (julho à dezembro) a maioria das plantas presentes nas hortas suspensas não resistem a alta temperatura. Esta condição é distinta em relação as frutíferas, que são sempre naturais do local e em grande diversidade, dispensando a compra desses alimentos. Apesar de não haver a frutificação em períodos secos, os grupos domésticos não realizam a compra de frutas.

No consumo de verduras e legumes (indicador **5**) há uma **elevada autonomia** (grau 5) dos três grupos domésticos, pois o consumo destes alimentos é baixo. Destaca-se apenas a cebola e o alho como os legumes mais consumidos provenientes do mercado. Estes alimentos não são produzidos na região devido o clima não ser propício à fisiologia destas plantas. Além disso, em virtude de hábitos culturais, o consumo de saladas durante as refeições não é comum, o que se justifica pelas hortas suspensas que são pequenas e não possuem uma alta diversidade de folhosas. Durante o período chuvoso, o grupo doméstico 2 está produzindo algumas folhosas para o consumo próprio, como alface e couve.

Quanto ao consumo de carne (indicador **6**), os grupos domésticos apresentam **média autonomia**, pois apesar de dependerem do mercado para o consumo de carne vermelha, este alimento é pouco consumido em virtude do custo elevado. Além disso, apesar de haver consumo de carne de frango proveniente do mercado, uma parte do que é consumido provém da própria propriedade. Nos quintais, há criações de patos, galinhas, perus e porco, porém são abatidos somente em algumas ocasiões, como a chegada de alguma visita ou dias considerados especiais. A carne de peixe, utilizada com maior frequência, é comprada de pescadores da comunidade, mas também é adquirida por meio da troca com farinha produzida pelos grupos domésticos. O consumo de carne de peixe diferencia-se das anteriores em relação a origem, pois é fruto do extrativismo local e da comercialização dos próprios pescadores da região. Em outros grupos domésticos da região, a pesca cumpre a principal fonte de alimento e renda, desempenhando um forte papel na economia das localidades do município de Viseu - Pa, aumentando ou diminuído de acordo com a estação pesqueira.

Há alguns anos, o Sr. Miguel (grupo doméstico 1) era pescador, mas desde que conseguiu comprar sua própria terra deixou de praticar essa atividade para dedicar-se essencialmente à produção agrícola. O filho mais novo, que reside ao lado da casa da Dona

Luci e do Sr. Miguel, além de contribuir no trabalho do roçado, também contribui algumas vezes na alimentação por meio da atividade pesqueira.

Os grupos domésticos 1 e 3 consideram possuir uma **média autonomia** em relação ao indicador 7 (produtos como arroz, feijão, café e açúcar), pois os maiores gastos para alimentação advém do leite, açúcar e café, alimentos não produzidos nos sítios. Não costumam plantar arroz, café e não produzem melão. O feijão, alimento consumido na maioria dos dias, é produzido pelas três famílias somente no primeiro semestre do ano (período chuvoso), dependendo do mercado durante os seis meses do ano.

Já o grupo doméstico 3 destacou possuir **elevada autonomia** ao conjunto de elementos do indicador 7, por destacar elementos de autonomia não presentes nas outras famílias. Assim como destacado pelos outros grupos domésticos, a compra de arroz e feijão (indicador 7) depende da estação do ano. Mas, diferente dos outros grupos domésticos, as irmãs camponesas destacaram que produzem café da semente de quiabo, que é colhido em junho e em julho já está seco, pronto para o preparo, consumido até o mês de dezembro. Além disso, produzem arroz durante o primeiro semestre do ano (período chuvoso) e não dependem do mercado para a aquisição desse alimento durante o segundo semestre (período seco).

O consumo de farinha de mandioca (indicador 8) foi destacado com **máxima autonomia** pelos entrevistados. Este é um alimento produzido pelos grupos domésticos para o autoconsumo e para a comercialização na própria comunidade ou na cidade mais próxima (Viseu). Somente o grupo doméstico 2 não comercializa a farinha, mas a utiliza como elemento de troca com outros alimentos na comunidade, como o peixe. Como mencionado nos capítulos anteriores, a farinha de mandioca destaca-se por ser um expressivo alimento da dieta alimentar dos paraenses, presente em praticamente todos os pratos e consumido diariamente, fator que justifica a sua expressividade como indicador de autonomia alimentar.

Quanto aos produtos extrativistas (indicador 9), os grupos domésticos possuem **máxima autonomia** de mercado, adquirindo frutas (como açaí, buriti, bacuri e manga), sementes, fibras e folhas somente dos próprios sítios. Os grupos domésticos utilizam madeira e palha do próprio sítio para construções rurais (casa do forno, casinha, banheiro e privada) e, assim como as frutas que apresentam uma relevância alimentar para o grupo doméstico (como o coco babaçu, o bacuri, a manga e o açaí).

No grupo doméstico 1, o quintal possui espécies frutíferas que foram plantadas (como coqueiros, mangueiras, açaizeiros, bananeiras, bacurizeiros e jambeiros) para complementação da dieta alimentar. As árvores de coco babaçu, frutífera comum na região, são espalhadas por todos os 9 ha e geralmente complementam o almoço. Era comum a presença de cocos babaçu

na “casinha” (cozinha rústica) prontos para serem cortados no momento que fosse necessário. Durante o processo de abertura de uma área para corte e queima, a madeira de árvores maiores são cortadas e utilizadas para a venda, para construções rurais na própria propriedade e para a utilização de lenha tanto para a produção de farinha como para a realização diária das refeições. Nesse sentido, o gás de cozinha era pouco utilizado por Dona Luci. Assim, como nas outras famílias, o Sr. Miguel também produz carvão para o próprio consumo. A maior parte do carvão produzido por este camponês é para comercializar na comunidade e na cidade de Viseu, chegando a produzir 100 sacos por ano, vendendo a R\$ 15,00 cada um.

Em relação ao grupo doméstico 2, os produtos extrativistas são presentes em abundância na propriedade, em virtude das extensas áreas de mata virgem. A “casinha” do grupo doméstico, por exemplo, é coberta por palha de anajá, com madeiras da árvore de buiuçú. “O carvão serve pra cozinhar, economiza o gás, porque o gás tá caro, então tendo carvão faz uma economia. É até melhor carvão, porque a gente põe uma panela pra fazer uma comida, uma assadeira pra assar uma carne custa muito (no gás) e na lenha e no carvão é rápido” justificou Dona Maria. Como notado, essa coprodução com a natureza garante a disponibilidade de uma variedade de elementos indispensáveis para a autonomia do grupo doméstico. Além disso, a soberania alimentar por meio dessa coprodução é fortalecida, em razão da grande maioria dos meios produtivos e alimentares está sob o controle do próprio grupo.

Existem inúmeras sementes e cascas de árvores utilizadas como remédio pelas irmãs camponesas (grupo doméstico 2). Elas relatam que diversos amigos e parentes próximos se curam na casa delas, graças a seus remédios e cuidados conhecidos na comunidade. Um dos relatos foi de um vizinho que teve acidente vascular cerebral e perdeu os movimentos faciais que, através da mistura de diversas folhas medicinais, as camponesas curaram o indivíduo. “Aqui no canteiro tem tupéia (serve contra veneno, se um bicho ferrar a gente, escorpião por exemplo, soca a planta e passa em cima que tira a dor), babosa (serve para colocar no mel pra curar tosse, pra gastrite), arruda, anador (faz o chá quando está com dor), chicória, oriza, bejuí, hortelã galinha (elas são socadas, joga aguardente e passa na pessoa que teve derrame), erva de jabuti (boa pra pressão alta)”, relatou Dona Maria sobre a importância de algumas de suas plantas medicinais.

O sítio do grupo doméstico 2 é uma área conhecida por ser muito conservada. Além da produção agrícola, elas mantêm diversas árvores frutíferas nativas e plantadas. No sítio das irmãs existem grandes quantidades de árvores de bacuri, fruta que está tornando-se escassa devido ao desmatamento na região, tornando a área visada com ocorrência de roubos da fruta durante o período da safra (janeiro e fevereiro). Elas relataram o caso de homens frequentavam

a propriedade sem permissão e voltavam com sacos cheios de bacuri para vender na cidade de Viseu. Os ladrões foram afastados pela Dona Maria que os “encarou” com um facão na mão: “se quiser vir aqui me pedir é uma coisa, agora vem pegar pra vender? Nem a gente que é a dona faz isso. Ora vá se embora que não quero nunca mais te ver por aqui”, narrou a entrevistada.

O grupo doméstico 1 possui **máxima autonomia** de mercado em relação à ração (indicador **10**) para os frangos e pintainhos, pois todo o alimento animal é proveniente da própria propriedade, como o milho e a carueira de mandioca. Os dois búfalos, treinados para desempenhar as atividades com o “carro de boi”, são alimentados com frutas do quintal (como manga e tucumã), com cascas e carueira de mandioca, e através do pasto natural existente na área.

Já os grupos domésticos 2 e 3 apresentam **elevada autonomia** do mercado à alimentação dos animais (indicador **10**). No grupo doméstico 2, além do gergelim (alimento disponibilizado aos pintainhos) e do milho (alimentação ofertada as outras aves, como galinhas e perus), as aves e o porco são alimentados com cascas e carueira de mandioca (proveniente do roçado), consolidando uma coprodução no agroecossistema que proporciona um grau elevado de autonomia alimentar animal. Porém, como o milho é plantado somente no primeiro semestre do ano (período chuvoso), quando o mesmo termina a alimentação dos animais é somada à compra de ração (consistindo de milho, amendoim, arroz e dendê). Da mesma maneira, o grupo doméstico 3 alimenta as galinhas e patos com as cascas e carueira de mandioca, e o milho do próprio sítio. Porém, existe a necessidade da aquisição comercial de 15 Kg/mês de milho quando este produto acaba (novembro a abril), visto que ele é plantado somente no primeiro semestre do ano, garantindo o abastecimento de maio a outubro. Além disso, os pintainhos são sempre alimentados por ração proveniente do mercado. Durante o crescimento dos pintainhos, o grupo doméstico compra 5 Kg de ração durante três meses, contabilizando um gasto de R\$10,00/mês.

O grupo doméstico 1 apresentou **elevada autonomia** de força de trabalho externa (indicador **11**). Apesar de o grupo apresentar um número maior de crianças (netos e netas), o Sr. Miguel contorna esta condição através da troca de dias com parentes e vizinhos. Os períodos da capina, roçagem e plantio eram realizados através dos mutirões entre o filho, cunhados e pessoas da comunidade vizinha. Quando necessário, o Sr. Miguel contratava dois ou três trabalhadores por dois dias, com valor da diária de R\$ 30,00, para trabalharem no plantio e roçagem, que ocorria duas vezes ao ano.

Já os grupos doméstico 2 e 3 destacaram possuir **média autonomia** quanto a força de trabalho (indicador **11**), pois contratam vizinhos para o preparo da área, com diárias no valor R\$ 40,00. No grupo doméstico 2, a idade avançada das duas irmãs e a maior dedicação dos outros membros em outras atividades desenvolvidas (estudo e mototaxista) são fatores que exigem a contratação de força de trabalho em nas etapas iniciais da roça (abertura, preparo da área, plantio e capina). No grupo doméstico 3, o Sr. Paulo relatou que em decorrência dos filhos ainda estarem muito novos, o preparo da área fica muito pesado somente para ele. Nota-se que a configuração do grupo doméstico (idade, gênero e número de pessoas), aliada a objetivos individuais dos membros de um grupo, determina a organização e capacidade interna do trabalho agrícola. Essa configuração do grupo doméstico corresponde ao equilíbrio entre o trabalho-consumo abordado por Chayanov (1974), demonstrando que as necessidades de consumo dos núcleos domésticos são maiores do que a capacidade interna de força de trabalho, havendo, portanto, o estabelecimento de estratégias associativas e a contratação de força de trabalho.

Em relação ao indicador 12 (canais de comercialização), os grupos domésticos destacaram **máxima autonomia**, haja vista que comercializam (exceto o grupo doméstico 2) seus produtos (como farinha, feijão, carvão, cebolinha, pimentinha, cheiro-verde e frutas, como o bacuri) na comunidade e na cidade próxima (Viseu), havendo sempre uma alta procura pelos produtos, principalmente de carvão, não dependendo de um único canal de comercialização, não ocorrendo a dependência de atravessadores ou de um único comprador. O grupo doméstico 2 não veem necessidade de comercializar os seus produtos. Segundo as agricultoras camponesas, o que elas possuem de produção e renda (aposentadoria) “já é o suficiente para viver”. O fato de serem aposentadas garante a renda mensal que dispensa a necessidade de comercialização, o que também justifica uma produção de alimentos basicamente para autoconsumo. Além disso, o grupo doméstico troca a farinha por outros alimentos, como o peixe, e também doam a farinha e outros produtos (hortaliças e plantas medicinais) a parentes e vizinhos quando estes necessitam.

8. 4 Considerações Finais

Os três grupos domésticos são exemplos de um conjunto de segmentos sociais camponeses que se reproduzem, demonstrando uma capacidade de resistir a processos de privações provocados pelo modelo capitalista e, ao mesmo tempo, apresentam saberes e práticas produtivas alternativas para a construção de um bem viver da sociedade. Os grupos domésticos,

por meio da coprodução com a natureza, possibilitam uma reprodução social dentro do próprio ambiente hostil do capitalismo a partir do desenvolvimento de graus de autonomia produtiva e alimentar. Esta reprodução contraria as premunicações que fadaram o campesinato a um fim.

Os graus de autonomia dos grupos domésticos evidenciam uma capacidade de agência sobre o curso de suas vidas. A coprodução, presente na relação desses/as camponeses/as com a terra, constrói um repertório de alternativas produtivas essenciais para o desenvolvimento de atividades agrícolas e domésticas (como a lenha e o carvão), sob a materialização de um conjunto de saberes repassados e atualizados entre as gerações.

O conjunto de bens naturais (capital ecológico) garante os insumos produtivos necessários para a produção agrícola, como a fertilização do solo por meio da mineralização da vegetação. Além disso, a manutenção de uma reserva de sementes a cada ciclo produtivo garante uma reprodução econômica com expressivos graus de autonomia, representando a preservação de uma herança biocultural entre as gerações. O saber em si é a expressão de uma autonomia intelectual, que esboça o desenho de sistemas produtivos desarticulados das estruturas monopolizadoras dos Impérios Alimentares.

Os graus de autonomia alimentar estão associados, além do trabalho cotidiano, a uma base de bens naturais que a natureza proporciona, como a diversidade de frutíferas (como açaí, buriti, bacuri e coco babaçu). Essas bondades da natureza na oferta de alimentos estão intrinsecamente associadas aos hábitos alimentares desses sujeitos sociais, uma cultura construída por meio de um processo coevolutivo com a natureza. O peixe, por exemplo, representa um elemento extrativista que se apresenta como um meio de vida central para muitos grupos domésticos.

Além do mais, a produção de culturas anuais, como a mandioca, também formam uma base alimentar indispensável para a reprodução da vida. A farinha de mandioca, por exemplo, é um expressivo alimento para os grupos domésticos, configurando-se como elemento de reciprocidade entre grupos vizinhos e aparentados. Nesse aspecto, a reciprocidade comunitária também garante autonomia produtiva e alimentar, representando estratégias associativas entre grupos domésticos de acordo com as necessidades internas (como a troca de alimentos e de mutirões), possibilitando a sustentação da vida nesses espaços. Portanto, os elementos de autonomia esboçados representam uma soberania alimentar dos grupos domésticos garantida pelo poder de agência inerente aos seus saberes e à relação de coprodução com a natureza.

9. CONCLUSÕES

Diante dos objetivos que este estudo propôs investigar, referentes aos efeitos da coprodução camponês-natureza na dinâmica da paisagem dos agroecossistemas, na promoção e estruturação dos meios de vida e de autonomia produtiva e alimentar de grupos domésticos camponeses da Amazônia, fomos contemplados com ensinamentos dos grupos domésticos participantes que ultrapassaram as expectativas iniciais. O conjunto de pensamentos dos sujeitos sociais estudados tecem elementos subjetivos que antecedem a prática agrícola e evidenciam um território imaterial representativo das suas visões de mundo e da vida.

Suas narrativas demonstraram que as dimensões simbólicas (como laços de confiança e reciprocidade) e culturais (como o saber-fazer repassado entre gerações, a prática agrícola e os hábitos alimentares) fazem parte da base cognitiva de desenvolvimento de meios de vida, por meio da materialização da subjetividade do saber em elementos que possibilitam a sustentação da vida. As trajetórias de vida desses sujeitos demonstraram que o território do saber social, construído e repassado, possibilita a reprodução dos seus grupos domésticos e a re-existência de formas de viver e pensar representativas do campesinato.

A materialização do *saber* ocorre por meio do *trabalho* do grupo doméstico com a *natureza*, em um processo de coprodução evidente no cotidiano dos camponeses e camponesas. Essa relação de coprodução é transmitida como um saber social que representa a forma camponesa de fazer agricultura. Por isso, a coprodução ocorre desde uma dimensão de elementos intangíveis (a apreensão de natureza: saber) que se articula a uma dimensão de elementos tangíveis (a materialização da natureza: trabalho), permitindo a diversificação de bens ecológicos (a mata, as nascentes, a matéria orgânica do solo, o ar puro, etc.) essenciais para o Bem Viver dos próprios sujeitos e para a reprodução da vida no campo.

A coprodução, portanto, expressa o *saber* social, materializado na *terra* por meio do *trabalho*, articula os espaços dos agroecossistemas (casa, quintal e “centro”), propiciando a circulação de energia do ser humano para a terra (o trabalho humano depositado na terra na forma de plantio) e da terra para o ser humano (o alimento produzido pela terra necessário para a sustentação da vida). Entre os espaços há um fluxo contínuo dos elementos gerados pela coprodução (como a matéria orgânica, a água, sementes, lenha, frutas, folhas, entre outros) que evidenciam uma solidariedade entre os grupos domésticos camponeses e a natureza.

Como notado, a coprodução, como um elemento dos meios de vida, é também uma estratégia para gerar e manter mais meios de vida. Portanto, as formas de coprodução podem ser resultado de uma estratégia de meio de vida para garantir a diversidade de atividades e

recursos, como foi observado no conjunto de atividades desenvolvidas através dos bens ecológicos disponibilizados pela natureza – *as suas bondades*.

A coprodução entre os grupos domésticos e a natureza desenha uma paisagem diversificada (como mato baixo, mato alto, cultivos anuais e terra queimada), onde o “mato alto” coopera com a terra por meio de seus nutrientes após o fogo, deixando-a uma “terra forte” capaz de germinar as sementes plantadas, disponibilizando a energia necessária para a força de trabalho humano. Por trás da paisagem diversificada, há sabedoria e habilidade de homens e mulheres sobre a natureza, expressando um contínuo ciclo de socialização dessa paisagem mediante a prática do sistema de corte e queima.

Nosso desejo é que haja um olhar mais sensível e profundo desses meios de vida baseado na prática do sistema de corte e queima, pois há um campo simbólico pertinente à adaptação de práticas mais sustentáveis, capazes de valorizar o saber desses sujeitos sociais e aproveitá-los para a manutenção dos bens naturais. Isso porque esta forma de coprodução com a natureza é a garantia desses grupos domésticos se reproduzirem e assegurarem a soberania alimentar, representando a expressão de uma cultura milenar repassada e atualizada entre as gerações.

Nesse sentido, o saber-fazer transmitido socialmente expressa uma histórica coprodução dos grupos domésticos camponeses com a natureza. Esta coprodução mantém-se no tempo e em diferentes espaços mediante uma racionalidade ecológica desenvolvida por um processo de coevolução ser humano-natureza. É justamente esse elo que possibilita ao campesinato a capacidade de se reproduzir dentro do próprio sistema capitalista, apresentando uma resiliência ao regime dos Impérios Alimentares.

Dessa maneira, a agricultura camponesa baseia-se em uma estreita relação com a natureza, a qual disponibiliza a base de bens ecológicos necessários para a manutenção de uma autonomia produtiva e alimentar. Os bens disponibilizados pela natureza (terra, água, matéria orgânica, seres vivos, etc.) constituem um patrimônio repassado entre os grupos domésticos, os quais convertem esse patrimônio em alimento. Assim, há também espaços de autonomia do saber social camponês, do seu controle sobre o seu próprio tempo e do quê, quanto e como produzir. A coprodução, portanto, permite a soberania alimentar a partir da capacidade de agência dos grupos domésticos camponeses inerente às suas formas de sentir, pensar e se relacionar com a natureza e com o mundo em volta.

10. REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Campinas: Hucitec, Editora da Unicamp, 1992. 275p.
- ACOSTA, A. **O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. Elefante, 2016. 264 p.
- ALLISON, E. H.; HOREMANS, B. Putting the principles of the Sustainable Livelihoods Approach into fisheries development policy and practice. **Marine Policy**, v. 30, p. 757–766, 2006.
- ALMEIDA, J. Apresentação à quinta edição. In: ALTIERI, M. **Agroecologia: A dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 5º ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. p.7-15.
- ALMEIDA, A. W. B. de; MARIN, R. A. Campanhas de desterritorialização na Amazônia: o agronegócio e a reestruturação do mercado de terras. In: BOLLE, W.; CASTRO, E.; VEJMEKKA, M. **Amazônia, região universal e teatro do mundo**, Ed. Globo, São Paulo, p. 141-159, 2010.
- ALTIERI, M. A. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro: PTA/Fase, 1989. 240 p.
- _____. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 5. ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004. 110 p.
- _____. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista nera**, n. 16, p. 22-32, 2012.
- ALTIERI, M. A.; NICHOLLS, C. Una perspectiva agroecológica para una agricultura ambientalmente sana y socialmente más justa en la América Latina del siglo XXI. In: LEFF, E. EZCURRA, E.; PISANTY, I.; LANKAO, P. **La transición hacia el desarrollo sustentable: perspectiva para América Latina y el Caribe**. Instituto Nacional de Ecología, 2002a. p. 286-289.
- ALTIERI, M. A.; NICHOLLS, C. I. Un metodo agroecologico rapido para la evaluación de la sostenibilidad de cafetales. **Revista Manejo Integrado de Plagas y Agroecologia**, Costa Rica, nº 64, p. 17-24, 2002b.
- ALTIERI, M. A.; TOLEDO, V. M. The agroecological revolution in Latin America: rescuing nature, ensuring food sovereignty and empowering peasants. **Journal of Peasant Studies**, v. 38, n. 3, p. 587-612, 2011.
- ANDRADE, M. C. de. **Nordeste, espaço e tempo**. Petrópolis: Vozes, 1970. 182 p.
- ARRUDA, R. Populações tradicionais. **Ambiente & sociedade**, n. 5, v. 2, p. 79-252, 1999.
- BALÉE, W. **Footprints of the forest: Ka'apor ethnobotany-the historical ecology of plant utilization by an Amazonian people**. Columbia University Press, 1994. 396 p.
- BALÉE, W. Indigenous transformation of Amazonian forests: an example from Maranhão, Brazil. In: DESCOLA, P.; TAYLOR, A. C. (eds). **La remontée de l'Amazone**, L'Homme (special issue), p. 231-254, 1993.

- BAUMAN, Z. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1999. 334 p.
- BOSI, E. A pesquisa em memória social. **Psicologia USP**, São Paulo, 4 (1/2), p. 277-284, 1993.
- BOTELHO, M. I. V.; CARDOSO, I. M.; OTSUKI, K. “I made a pact with God, with nature, and with myself”: exploring deep agroecology. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, v. 40, n. 2, p. 116-131, 2016.
- BRAGA, G. B.; FIÚZA, A. L. C.; REMOALDO, P. C. A. O conceito de modo de vida: entre traduções, definições e discussões. **Sociologias**, v. 19, n. 45, p. 370-396, 2017.
- BRANDÃO, C. R. O afeto da terra. **Campinas: editora da Unicamp**, p. 1979-1994, 1999. 194 p.
- BRANFORD, S.; GLOCK, O. **The last frontier: fighting over land in the Amazon**. London, Zed Books Ltda. 1985.
- CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. (orgs.). O Novo rural brasileiro: novas ruralidades e urbanização. Brasília/DF, Embrapa/UNICAMP, 2004.
- CÂNDIDO, A. **Os Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. São Paulo: Trinta e Quatro, 1964. 336 p.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e extensão rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: MDA, 2004. 166p.
- CARNEIRO, M. J. Camponeses, agricultores e pluriatividade. Rio de Janeiro, Contracapa, 1998a.
- CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n.11, 1998b.
- CASTRO, E. Políticas de estado e atores sociais na Amazônia contemporânea. In: BOLLE, W.; CASTRO, E.; VEJMEKKA, M. **Amazônia: região universal e teatro do mundo**. São Paulo: **Globo**, p. 105-122, 2010.
- CASTRO, E. Tradição e modernidade: a propósito das formas de trabalho na Amazônia. **Paper NAEA n**, v. 97. 1998.
- CHAMBERS, R.; CONWAY, G. **Sustainable rural livelihoods: practical concepts for the 21st century**. [S.l.]: Institute of Development Studies (UK), 1992.
- CHAYANOV, A. V. **La Organización de la Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974. 341 p.
- CHAYANOV, A. V. On the theory of non-capitalist economic systems. In: CHAYANOV, A. V. **The theory of peasant economy**. (eds. Thorner, Kerblay y Smith), p. 1-2, 1966.
- CHONCHOL, J. A soberania alimentar. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 55, p. 33-48, 2005.
- CLEAVER JR, H. M. **As contradições da revolução verde**. *Monthly Review*, v. 24, p. 80–111, 1972.

CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso futuro comum**. 2a ed. Tradução de Our common future. 1a ed. 1988. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

DESCOLA, P. “Le Jardin de Colibri. Procès de Travail et Catégorizations Sexuelles chez les Achuar de l’Equateur”. *L’Homme*, v. 23, n. 1, p. 61-89, 1983.

_____. **Les Lances du Crépuscule. Relations Jivaros**. Haute Amazonie. Paris: Plon. 1993.

DUMONT, L. **Essays on individualism: modern ideology in Anthropological perspective**. Chicago, USA: University of Chicago Press, 1992.

ELLIS, F. Rural livelihood diversity in developing countries: Evidence and policy implications. Overseas Development Institute. **Natural Resource Perspectives**, v. 40, 1999.

ELLIS, F. Household strategies and rural livelihood diversification. **The journal of development studies**, v. 35, n. 1, p. 1–38, 1998.

ELLIS, F. **Rural livelihoods and diversity in developing countries**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

ESCOBAR, A. **Sentipensar con la tierra. Nuevas lecturas sobre desarrollo, território y diferencia**. Medellín: Ed. Unaula, 2014. 184 p.

FABRINI, J. E. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais**. Revista Nera, n. 11, p. 8–32, 2012.

FAUSTO, C. Uma plantinha venenosa. *Ciência hoje*, Rio de Janeiro, v. 39, p. 37-39, 2006.

FERNANDES, B. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 273-302.

FERNANDES, B. M. **Questão agrária, pesquisa e MST**. Cortez Editora, 2001. 120 p.

FOSTER, G. La sociedad campesina y la imagen del bien limitado. In: BARTOLOMÉ, L. J.; GOROSTIAGA, E. E. (Ed): **Estudios sobre el campesinado latinoamericano: la perspectiva de la antropología social**. Buenos Aires: Ediciones Periferia, p. 60-90, 1965.

FRADE, F. T.; SAUER, S. O MST e a experiência de Agroecologia em assentamentos de reforma agrária no Brasil. **Revista Latinoamericana de Estudios Rurales**, v. 2, n. 3, p. 64-95, 2017.

FRIEDMANN, H. Feeding the empire: The pathologies of globalized agriculture. In: **Socialist register**, v. 41, n. 41, 2004.

FURTADO, L. G. **Pescadores do rio Amazonas: um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área amazônica**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993.

FURTADO, L. G.; LEITÃO, W. M.; MELLO, A. F. de (orgs.). **Povos das águas: realidade e perspectivas na Amazônia**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993.

FRANCO, M. S. C. Homens livres na ordem escravocrata. **São Paulo: Kairós**. 1983. 253 p.

GARCIA JÚNIOR, A. R. **O Sul: caminho do roçado – estratégia de reprodução camponesa e transformação social.** São Paulo: Marco Zero. 1989. 285 p.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. A produção da autonomia: os “papéis” do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 15, n. 1, p. 89-122, 2007.

GLIESSMAN, S. R. Agroecology: researching the ecological basis for sustainable agriculture. In: GLIESSMAN, S. R. (org). **Agroecology**. Springer, New York, p. 3-10, 1990.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000. 653 p.

GLIESSMAN, S. R.; ROSADO-MAY, F. J.; GUADARRAMA-ZUGASTI, C.; JEDLICKA, J.; COHN, A.; MENDEZ, V. E.; COHEN, R.; TRUJILLO, L.; BACON, C. M.; JAFFE, R. Agroecología: promoviendo una transición hacia la sostenibilidad. **Revista Ecosistemas**, v. 16, n. 1, p. 13-23, 2007.

GODELIER, M. **L'idéal et le matériel: pensée, économies, sociétés.** Paris, Fayard, 1984. 350 p.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de empresas**, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

GODOI, E. P. de; MENEZES, M. A.; MARIN, R. A. **Diversidade do campesinato: expressões e categorias.** Editora UNESP; NEAD, 2009. 332 p.

GOODMAN, D. Agro-food studies in the ‘age of ecology’: Nature, corporeality, biopolitics. **Sociologia ruralis**, v. 39, n. 1, p. 17-38, 1999.

GOODMAN, D.; GOODMAN, M. K. Localism, livelihoods and the “post-organic”: changing perspectives on alternative food networks in the United States. In: MAYE, D.; LEWIS, H.; KNEAFSEY, M. (org). **Alternative food geographies: representations and practice.** Oxford: Elsevier, p. 23-38, 2007.

GRISA, C.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. **A produção invisível na agricultura familiar: autoconsumo, segurança alimentar e políticas públicas de desenvolvimento rural.** *Agroalimentaria*, v. 16, n. 31, p. 65–79, 2010.

GUZMÁN, E. S.; MOLINA, M. G. **Sobre a evolução do conceito de campesinato.** São Paulo: Expressão Popular. 2ª ed. 2013. 93p.

GUZMÁN, E. S.; ALIER, J. M. New rural social movements and agroecology. In: CLOKE, P.; MARSDEN, T.; MOONEY P. (org). **Handbook of Rural Studies.** London: SAGE. p. 468-475, 2006.

HAAN, L. de; ZOOMERS, A. Development geography at the crossroads of livelihood and globalization. **Tijdschrift voor economische en sociale geografie**, v. 94, n. 3, p. 350–362, 2003.

HAAN, L. de; ZOOMERS, A. **Exploring the frontier of livelihoods research.** *Development and change*, v. 36, n. 1, p. 27- 47, 2005.

HEBINCK, P.; BOURDILLON, M. F. C. Analysis of livelihood. **Women, men and work: Rural livelihoods in south-eastern Zimbabwe**, p. 1-12, 2001.

HEBINCK, P. Investigating Rural Livelihoods And Landscapes In Guquka And Koloni: An Introduction. In: HEBINCK, P; LENT, P. C. (org.). **Livelihoods and Landscapes: The people of Guquka and Koloni and their resources**. Boston: Brill, 2007. p. 1-32.

HOLLOWAY, J. **Cambiar el mundo sin tomar el poder: el significado de la revolución hoy**. Madrid: El viejo topo, 2002. 220 p.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário de 2006. Acesso: 10 de junho de 2018. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/>

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Brasileiro de 2010. Acesso: 10 de junho de 2018. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/>

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades. IBGE, 2016. Acesso: 10 de junho de 2018. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/viseu/panorama>

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades. Produção Agrícola Municipal de 2016. Acesso: 10 de junho de 2018. Disponível em: https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=44

INGOLD, T. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. **Horizontes antropológicos**, v. 18, n. 37, p. 25-44, 2012.

KATO, M. S. A.; KATO, O. R.; DENICH, M.; VLEK, P. L. G. Fire free alternatives to slash-and-burn for shifting cultivation in the eastern Amazon region: The role of fertilizers. **Field Crops Research**, Amsterdam, v.62, n.23, p. 225-237, 1999.

KATO, O. R.; KATO, M. do S. A.; CARVALHO, C. J. R. de; FIGUEIREDO, R. de O.; CAMARÃO, A. P.; SÁ, T. D. de A. Plantio direto na capoeira: uma alternativa com base no manejo de recursos naturais. In: WADT, P. G. S. (org.). **Sistema plantio direto e controle de erosão no Estado do Acre**. Rio Branco: Embrapa Acre, p. 79-111, 2007.

KAUTSKY, K. **A questão agrária** (tradução de Otto Erich Walter Maas). São Paulo: Nova Cultural, (1899) 1986. 401 p.

KROEBER, Alfred Louis. **Anthropology**. New York: Harcourt, Brace, 1948. 856 p.

LA VIA CAMPESINA (LVC). La agricultura campesina sostenible puede alimentar al mundo. **Documento de punto de vista de la Vía Campesina**. Yakarta, **Vía Campesina**, n. 6, 15 p. 2010.

LEFF, E. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. 555 p.

LÊNIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Nova Cultural, (1899) 1982. 402 p.

LIMA, M. G. M.; PEREIRA, E. M. B. **Populações tradicionais e conflitos territoriais na Amazônia**. Revista Geografias, v. 3, n. 1, p. 107-119, 2007.

LIMA, D.; POZZOBON, J. Amazônia socioambiental: sustentabilidade ecológica e diversidade social. **Estudos avançados**, v. 19, n. 54, p. 45-76, 2005.

- LISBOA, P. L. B. **Natureza, homem e manejo dos recursos naturais na região de Caxiuanã, Melgaço, Pará**. Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, 2002, 237 p.
- LONG, N. Resistance, agency and counter-work: a theoretical positioning. In: Wright, W.; MIDDENDORF, F. (org.). **The fight over food**. University Park, PA: Penn State University Press, p. 69–91, 2007.
- LOPES, A. L. C. Coprodução: o modo agroecológico de fazer agricultura. **Dissertação** (Mestrado em Extensão Rural), Universidade Federal de Viçosa (UFV), Viçosa-MG, 2017. 131p.
- LOUREIRO, V. R. **Amazônia: estado, homem, natureza**. 3 ed. Belém: Cultural Brasil, 2014. 383p.
- LOUREIRO, V. R.; PINTO, J. N. A. A questão fundiária na Amazônia. **Estudos avançados**, v. 19, n. 54, p. 77-98, 2005.
- MACIEL, M. E. Identidade cultural e alimentação. In: Canesqui AM, Garcia RWD, organizadoras. **Antropologia e nutrição: um diálogo possível**. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2005. p. 49-55.
- MAGALHÃES, A. C. Pyrá – atividade pesqueira entre os Parakanã. In: GONÇALVES, L. G.; LEITÃO, W.; MELLO, A. F. (org.). **Povos das águas: realidades e perspectivas na Amazônia**. Belém: MCT/CNPq/MPEG, 1993, p. 101 – 117.
- MALINOWSKI, B. Argonautas do pacífico ocidental. **São Paulo: Abril Cultural**, v. 2, 1978.
- MARTINEZ-TORRES, M. E.; ROSSET, P. M. La Vía Campesina: the birth and evolution of a transnational social movement. **The Journal of Peasant Studies**, v. 37, n. 1, p. 149-175, 2010.
- MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis, RJ: vozes, 1981. 185 p.
- MARTINS, J. S. A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão no Brasil. **Tempo Social**, v. 6, n. 1/2, p. 1-25, 1994.
- MARTINS, J. S. Impasses políticos dos movimentos sociais na Amazônia. **Tempo social**, v. 1, n. 1, p. 131-148, 1989.
- MARTINS, J. S. O futuro da sociologia rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural. **Estudos avançados**, v. 15, n. 43, p. 31-36, 2000.
- MARTINS, H. H. T. S. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e pesquisa**, v. 30, n. 2, p. 289-300, 2004.
- MARX, K. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. Boitempo Editorial, (1852) 2011. 174 p.
- MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: MAUSS, M. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: EPU; EDUSP, p. 37-184. 1974.
- MCHARG, I. L. **Design with nature**. New York: American Museum of Natural History, 1971. 198p.

MCMICHAEL, P. Global development and the corporate food regime. In: BUTTEL, F. H.; MCMICHAEL, P. (org.). **New directions in the sociology of global development**. Emerald Group Publishing Limited, p. 265-299, 2005.

MENDRAS, H. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. 265 p.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Editora Vozes Limitada, 2011.

MORAN, E. F. **A ecologia humana das populações da Amazônia**. Petrópolis, RJ: Vozes. 1990. 367p.

NEVES, W. Biodiversidade e sociodiversidade: dois lados de uma mesma equação. In *Desenvolvimento sustentável nos trópicos úmidos*, L.E. Aragón, págs. 365-97. Belém: UNAMAZ. 1992.

NORGAARD, R. B. *Development betrayed: the end of progress and a coevolutionary revisioning of the future*. London: Routledge, 1994. 246 p.

PEREIRA, A. S.; FABRÉ, N. N. Uso e gestão do território em áreas de livre acesso no Amazonas, Brasil. **Acta Amazônica**, v. 39, n. 3, p. 561-572, 2009.

PEREIRA, J. R. De camponeses a membros do MST: os novos produtores rurais e sua organização social. **Tese** (Doutorado em Sociologia), Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília (UNB), Brasília, 2000. 210p.

PEREZ, L. The human ecology of rural areas: an appraisal of a field of study with suggestions for a synthesis. **Rural Sociology**, v. 44, n. 3, p. 584, 1979.

PERONDI, M. A.; SCHNEIDER, S. Bases teóricas da abordagem de diversificação dos meios de vida. **Redes**, v. 17, n. 2, p. 117-135, 2012.

PETERSEN, P. (org.) **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. 168p.

PETERSEN, P.; DAL SOGLIO, F. K.; CAPORAL, F. R. A construção de uma Ciência a serviço do campesinato. In: PETERSEN, P. (org.) **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, p. 45-55, 2009.

PLOEG, J. D. Van Der. **Camponeses e impérios alimentares: Lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. 1ªed. Porto Alegre: UFRGS, 2008. 372 p.

_____. Dez Qualidades da Agricultura Familiar. **Agriculturas: experiências em agroecologia**, Rio de Janeiro: AS-PTA, v. 2014, n. 2, p. 3-14, 2014.

_____. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. (org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS. p. 13-56. 2006.

_____. Sete teses sobre a agricultura camponesa. In: PETERSEN, P. **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, p.16-31, 2009.

_____. The peasantries of the twenty-first century: the commoditization debate revisited. **The Journal of Peasant Studies**, v. 37, n.1, p. 1-30, 2010.

POLANYI, K. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro, Campus, 1980. 360 p.

PORTO-GONÇALVES, C. W. “Da Geografia às Geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades.” In: CECENA, A. E.; SADER, E. (orgs) **La Guerra Infinita: hegemonia e terror mundial**. Buenos Aires: CLACSO, p. 217-256, 2002.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia, Amazôniaas**. São Paulo: Editora Contexto, 2001. 184 p.

POWELL, J. D. Sobre la definición de campesinos y sociedade campesina. In: WAGLEY, C.; BARTOLOMÉ, L. J.; GOROSTIAGA, E E. (orgs.). **Estudios sobre el campesinato latinoamericano**. Argentina: Ediciones Periferia SRL, p. 45-55, 1974.

QUEIROZ, M. I. P. **O campesinato brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1973. 242 p.

REDFIELD, R. **O mundo primitivo e suas transformações**. Rio de Janeiro: Centro de Publicações Técnicas da Aliança, Missão Norte-Americana de Cooperação Econômica e Técnica no Brasil, USAID, 1964. 164 p.

ROSSET, P. M.; MARTÍNEZ-TORRES, M. E. **La Via Campesina y agroecología**. El Libro abierto de la Vía Campesina: celebrando 20 años de luchas y esperanza, 2013. 23 p.

SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil entre troca mercantil e reciprocidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 328 p.

SAHLINS, M. **Stone Age Economics**. Londres: Tavistock. 1972. 363p.

SALES, S. S.; PORRO, N. S. M. Campesinato, identidade e memória: os tiradores de açaí ou como colocar-se no mundo. **Novos Cadernos NAEA**, v. 17, n. 1, p. 225-240, 2014.

SANTOS, B. de S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista crítica de ciências sociais**, n. 63, p. 237-280, 2002.

SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2005. 170 p.

SANTOS, D. S. C.; SANTOS, R. R. S.; BOTELHO, M. I. V.; LOPES, A. L. C.; SANTOS, M. A. O.; BRAGA, G. B. Desempenho de agricultores familiares na comercialização de produtos orgânicos e agroecológicos no estado do Pará. **Acta Biológica Catarinense**, v. 4, n. 2, p. 16-29, 2017.

SANTOS, R. C. P.; LISBOA, R. C. L. Musgos (Bryophyta) do nordeste Paranaense, Brasil -1. Zona Bragantina, microrregião do Salgado e município de Viseu. **Acta Amazônica**. vol.33 n.3. Manaus. 2003.

SARTI, C. A. A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres. **Tese** (Doutorado em Antropologia), Universidade de São Paulo (USP), Campinas, 1996. 215p.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista brasileira de ciências sociais**. São Paulo. Vol. 18, n. 51, p. 99-122, 2003.

SCHNEIDER, S.; NIEDERLE, P. A. Resistance strategies and diversification of rural livelihoods: the construction of autonomy among Brazilian family farmers. **The journal of peasant studies**, v. 37, n. 2, p. 379-405, 2010.

SCOONES, I. Livelihoods perspectives and rural development. **The Journal of Peasant Studies**, v. 36, n. 1, p. 171–196, 2009.

SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista Nera**, n. 7, v. 8, p. 1-21, 2005.

SILVA, C. E. M. Modo de apropriação da natureza e territorialidade camponesa: revisitando e ressignificando o conceito de campesinato. **Geografias (UFMG)**, v. 3, n. 1, p. 46-63, 2007.

SILVA, C. N. **Geografia e representação espacial da pesca na Amazônia Paraense**. Belém: GAPTA/ UFPA, 2012. 190 p.

SILVA, J. G. **O que é questão agrária**. In: Coleção primeiros passos. Brasiliense, 1984.

_____. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, 1996. 217 p.

SONNINO, R.; MARSDEN, T. Alternative food networks in the south west of England: towards a new agrarian eco-economy? In: MARSDEN, T.; MURDOCK, J. **Between the local and the global**. Emerald Group Publishing Limited, 2006. p. 299-322.

STÉDILE, J. P. **A Questão Agrária no Brasil**, V.9 – Interpretações sobre o camponês e o campesinato. 2016. 364 p.

TEISSERENC, P. **Ambientalização e Territorialização: situando o debate no contexto da Amazônia brasileira**. Antropolítica, n. 29, p. 153-179, 2. sem. 2010.

TOLEDO, V. M.; BARRERA-BASSOLS, N. A etnoecologia: uma ciência pós-normal que estuda as sabedorias tradicionais. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 20, 2009.

TOLEDO, V. M.; BARRERA-BASSOLS, N. **La memoria biocultural: la importancia ecológica de las sabidurías tradicionales**. Icaria editorial, 2008. 232 p.

TOLEDO, V. M. La racionalidad ecológica de la producción campesina. In: SEVILLA GUZMÁN, E.; GONZÁLEZ DE MOLINA, M. (eds.). **Ecología, campesinado e historia**. Madrid: La Piqueta, 1993. p.197-218.

_____. The ecological rationality of peasant production. In: ALTIERI, M. A.; HECHT, S. B. (eds). **Agroecology and small farm development**. Boca Raton (FL): CRC Press. p.53-60, 1990.

VELHO, O. G. **Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.243 p.

VERDEJO, M. E. **Guia prático: DRP**. Brasília: Gráfica ASCAR, p. 61, 2006.

WAGLEY, C. **Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos**. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988. 314p.

WANDERLEY, M. de N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos sociedade e agricultura (UFRJ)**, v. 1, p. 42-61, 2004.

_____. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura Familiar: Realidades e Perspectivas**. 2. ed. Passo Fundo: EDIUPF, v. 3, p. 21–55, 1999.

WEBER, F. "Práticas econômicas e formas ordinárias de cálculo". **Mana: Estudos de Antropologia Social**, vol. 8, n.2. p.151-182. 2002.

WEIS, A. J. **The global food economy: The battle for the future of farming**. Zed Books, 2007. 217 p.

WITKOSKI, A. C. Florestas de trabalho: os camponeses amazônicos de várzea e as formas de uso de seus recursos naturais. **Encontro Anual da ANPPAS**, 2000.

_____. **Terras, florestas e águas de trabalho: os camponeses Amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais**. Manaus: EDUA, 2007. 484 p.

WOLF, E. R. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976. 150 p.

WOLMER, W.; SCOONES, I.; Livelihoods in crisis? New perspectives on governance and rural development in Southern Africa. **IDS Bulletin**, vol. 34, n. 3. 2003.

WOORTMANN, E. F. **Herdeiros, parentes e compadres; colonos do Sul e sitiantes do Nordeste**. S. Paulo/Brasília, Hucitec/EDUMB, 1995. 336 p.

WOORTMANN, E. F.; WOORTMANN, K. **O trabalho da terra. A lógica simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997. 192p.

WOORTMANN, K. **Com parente não se neguceia**: o campesinato como ordem moral. Brasília, UnB (Anuário Antropológico, 87), 1990.

_____. Hábitos e ideologias alimentares em grupos sociais de baixa renda: relatório final. (**Série Antropologia –20**). Brasília: UnB, 1978.

ZALOOM, C. 2003. "Ambiguous numbers: trading technologies and interpretation in financial markets". **American Ethnologist**, vol. 30, n.2, pag. 258-72. 2003.

ANEXO

ANEXO 1 - Mapas das propriedades desenvolvidos e ilustrados conjuntamente com os grupos domésticos.

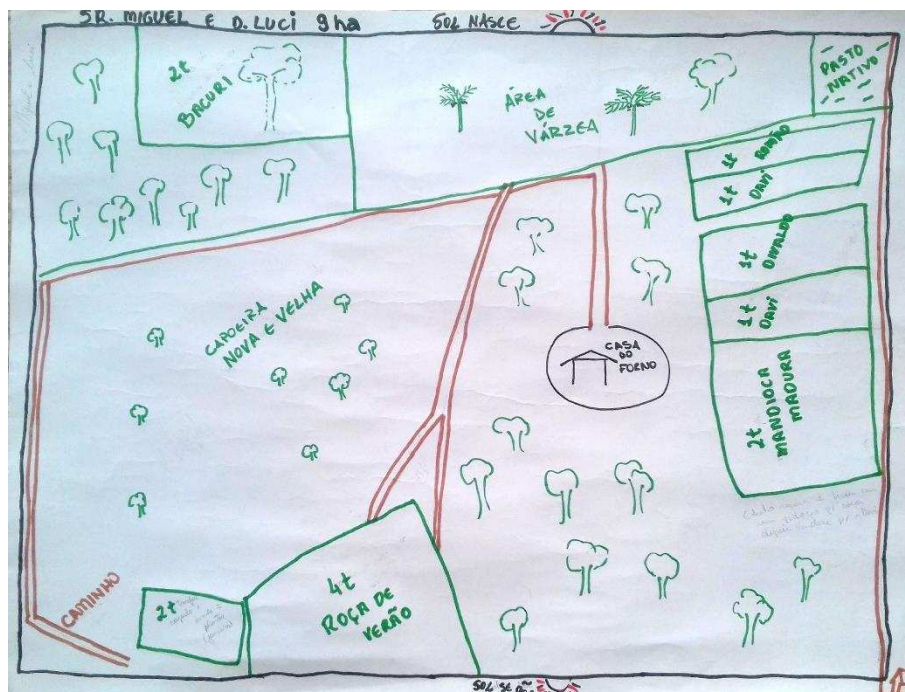


FIGURA 24: Mapa da propriedade desenvolvido e ilustrado conjuntamente com o Grupo Doméstico 1.

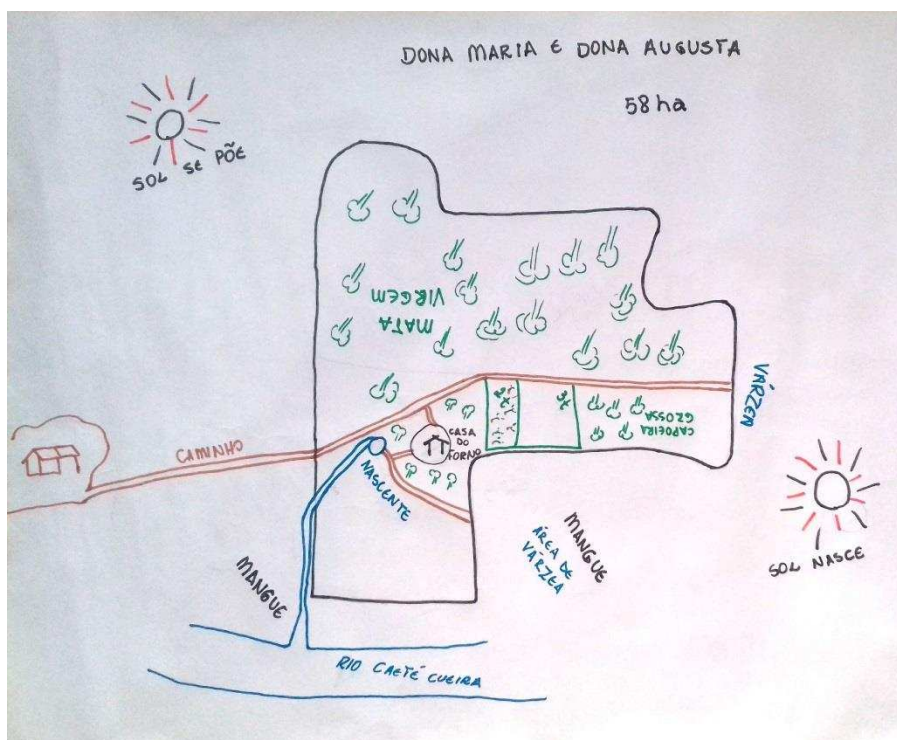


FIGURA 25: Mapa da propriedade desenvolvido e ilustrado conjuntamente com o Grupo Doméstico 2.

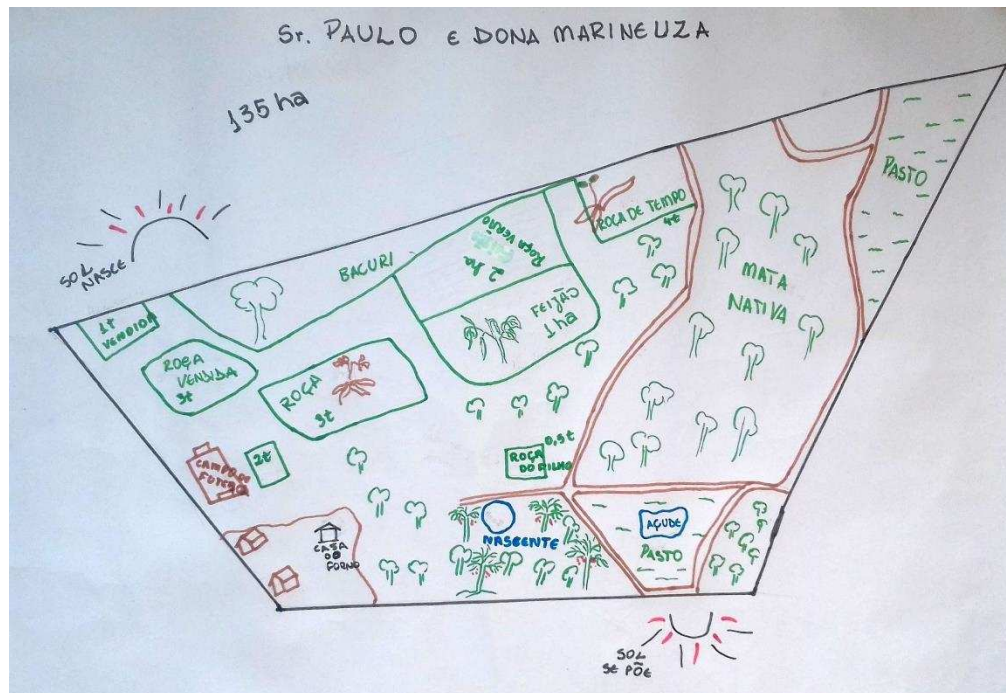


FIGURA 26: Mapa da propriedade desenvolvido e ilustrado conjuntamente com o Grupo Doméstico 3.

ANEXO 2 – Questionário para Análise Participativa de Autonomia

ANÁLISE PARTICIPATIVA DE AUTONOMIA		
Indicador	Nota	Frequência de Consumo
1. Calcário no solo	1 a 3	baixa autonomia
	4 a 6	média autonomia
	7 a 9	elevada autonomia
	10	máxima autonomia
2. Adubo externo	1 a 3	baixa autonomia
	4 a 6	média autonomia
	7 a 9	elevada autonomia
	10	máxima autonomia
3. Recurso externo para controle de insetos, como agrotóxico	1 a 3	baixa autonomia
	4 a 6	média autonomia
	7 a 9	elevada autonomia
	10	máxima autonomia
4. Compra de sementes e mudas	1 a 3	baixa autonomia
	4 a 6	média autonomia
	7 a 9	elevada autonomia
	10	máxima autonomia
5. Consumo de verduras e legumes	1 a 3	baixa autonomia
	4 a 6	média autonomia
	7 a 9	elevada autonomia
	10	máxima autonomia
6. Carne (branca ou vermelha)	1 a 3	baixa autonomia
	4 a 6	média autonomia
	7 a 9	elevada autonomia
	10	máxima autonomia
07. Arroz, feijão, café, laticínios e açúcar (principais elementos da alimentação familiar)	1 a 3	baixa autonomia
	4 a 6	média autonomia
	7 a 9	elevada autonomia
	10	máxima autonomia
08. Farinha de mandioca	1 a 3	baixa autonomia
	4 a 6	média autonomia
	7 a 9	elevada autonomia
	10	máxima autonomia
09. Produtos extrativistas (frutas, plantas medicinais, madeira, carvão, etc.)	1 a 3	baixa autonomia
	4 a 6	média autonomia
	7 a 9	elevada autonomia
	10	máxima autonomia
10. Ração para os animais	1 a 3	baixa autonomia
	4 a 6	média autonomia
	7 a 9	elevada autonomia
	10	máxima autonomia
11. Mão de obra (roça)	1 a 3	baixa autonomia
	4 a 6	média autonomia
	7 a 9	elevada autonomia
	10	máxima autonomia
12. Canais de comercialização (vendas/comércio)	1 a 3	baixa autonomia
	4 a 6	média autonomia
	7 a 9	elevada autonomia
	10	máxima autonomia

ANEXO 3 – Questionário desenvolvido no âmbito do projeto “Sustainable Improvement of Swiddens for Livelihoods and Environmental Services (SISLES)”.

LEVANTAMENTO SOCIOECONÔMICO - PROJETO COPRODUÇÃO

QUESTIONÁRIO # _____ DATA DA ENTREVISTA: _____ ENTREVISTADOR/A: _____

A. Identificação e localização

1. Nome do domicílio		*(nome)	Dom#
2. Comunidade		*(nome)	Com#
3. Município		*(nome)	Mun#
4. Centro urbano mais próximo		*(nome)	Urb#
5. Distância do domicílio à cidade mais próxima (minutos de carro ou moto, km)		min	km
6. Distância do domicílio à estrada mais próxima (trafegável o ano todo) (min, km)		min	km
7. Distância do domicílio ao acesso ao rio navegável mais próximo (min. a pé, km)		min	km
8. Qual o sistema de povoamento, de localização das casas utilizado? Códigos: 1=moradia em povoado, próximo do lote 2=moradia em povoado, lote distante; 3=moradia dentro do lote, próximo a vizinhos; 4=moradia dentro do lote, distante de vizinhos; 5=moradia na cidade; 6=outra (especificar):			
9. Quantas famílias vivem nesta comunidade / povoado / localidade?			famílias
10. Coordenadas de GPS do local?	Latitude:	Longitude:	

B. Composição e informações do domicílio

1. Quantas pessoas vivem atualmente neste domicílio?									
2. Quem é considerada a pessoa responsável pelo domicílio? Códigos: 1=esposo/pai; 2=esposa/mãe; 3=filho; 4=filha; 5=outra situação. Especificar:									
3. Qual é o estado civil da pessoa responsável pelo domicílio? Códigos: 1=casado ou unido estável e morando junto com cônjuge; 2=viúvo/viúva; 3=divorciado, separado; 4=solteiro, nunca foi casado; 5=outras, especifique									
4. Qual foi o ano de nascimento da pessoa responsável pelo domicílio?									
5. Qual foi o ano de nascimento do cônjuge do/a responsável pelo domicílio?									
6. Até que série estudou a pessoa responsável pelo domicílio? sem escolaridade=0; fundamental: 1 a 9; ensino médio: 10 a 12; universidade: 13 a 17; mestrado: 18 a 19									
7. Até que série estudou o cônjuge da pessoa responsável pelo domicílio?									
8. Quantas pessoas que vivem neste domicílio estão trabalhando?									
9. Indique o número de pessoas que vivem no domicílio para cada uma das faixas de idade abaixo:									
0-5	6-10	11-15	16-25	26-35	36-45	46-55	56-65	66-75	+75
10. O/a responsável pelo domicílio nasceu na comunidade? Se 'sim', dirija-se para 13.	(1-0)								
11. Se 'não': Há quanto tempo o/a responsável pelo domicílio vive nesta comunidade?	Anos								
12. Se respondeu 'não' à pergunta 10: de onde veio antes de morar nesta comunidade? Códigos: 1=comunidade vizinha; 2= município vizinho (); 3=outra estado (); 4= outro									
13. O cônjuge (esposa/marido) do/a responsável pelo domicílio nasceu na comunidade? Se 'sim', dirija-se para 16.	(1-0)								

14. Se 'não': Há quanto tempo o cônjuge do/s responsável pelo domicílio vive nesta comunidade?	anos
15. Se 'não': de onde veio antes de morar nesta comunidade? Códigos: 1=comunidade vizinha; 2= município vizinho (); 3=outra estado (); 4= outro	
16. Em quantos lugares o/s responsável pelo domicílio morou nos últimos 10 anos, incluindo este local?	
17. Qual a religião predominante no domicílio? Códigos: 1=católico; 2=evangélico; 3=outra (descrever); 4= não tem religião	

C. Infraestrutura e serviços

1. Qual a distância ao posto de saúde mais próximo do domicílio?	km
2. Qual a distância à escola mais próxima do domicílio?	km
3. Que nível educacional proporciona esta escola? Códigos: 1=fundamental incompleto; 2=fundamental completo; 3=médio incompleto; 4=médio completo; 5=nível técnico	
4. Quantas salas de aula tem esta escola?	
5. Qual a distância para a escola mais próxima que ofereça ensino médio completo?	km
6. Possui eletricidade em sua casa? 1=rede pública; 2=gerador comunitário; 3=gerador próprio; 4=painel solar; 0=não possui; 9=outras	
7. Desde que ano sua casa tem acesso à eletricidade ?	
8. Como é o acesso à água em sua casa? 1=rede pública; 2=encanada, poço próprio; 3>manual (poço empedrado); 4>manual (chafariz); 5>manual (poço cacimba); 6>manual (rio/lago); 7=cisterna (captação de chuva); 9=outras	
9. Desde que ano sua casa tem acesso à água encanada?	
10. Anualmente, seu domicílio recebe assistência técnica / extensão rural? Se 'não' dirija-se para 15.	(1-0)
11. Que tipo de organização presta assistência técnica neste estabelecimento? Códigos: 1=EMATER; 2=órgão do governo estadual; 3=universidade/instituto federal; 4=prefeitura municipal; 5=prestadora contratada pelo Estado; 6=empresa privada; 7=organização não governamental; 8=técnico autônomo; 9=outra	
12. Quantas visitas da assistência técnica seu domicílio recebeu no último ano?	
13. Há quantos anos o estabelecimento recebe esta assistência técnica?	anos
14. Como avalia o serviço de assistência técnica recebido? Códigos: 1=muito insatisfeito; 2=insatisfeito; 3=indiferente; 4=satisfeito; 5=muito satisfeito	
15. Nos últimos 20 anos, quantos empréstimos de banco e/ou cooperativas contraiu para atividade rural?	
16. Algum destes empréstimos ainda está pendente? Códigos: 0=nenhum pendente; 1=pendente, mas no prazo; 2=prazo vencido (inadimplente)	
17. Anualmente utiliza crédito rural? Caso sim, que modalidade (tipo de crédito e agente financeiro)? Se não utilizar, passe para a Sessão D.	(1-0)
18. Caso utilize, qual o valor do empréstimo atual?	R\$
19. Caso utilize, qual o tipo do empréstimo? (Códigos: 1=investimento; 2=custeio; 3=outras)	
20. Caso utilize, qual a finalidade (atividade na qual o recurso é aplicado) do empréstimo?	

D. Preços praticados na comunidade

1. Qual foi o valor da diária típica para mão-de-obra agrícola não treinada para um adulto nos últimos 12 meses? (considerar diária com almoço)			mínimo	máximo
			R\$	R\$
2. Quais os 2 principais produtos locais usados para a alimentação em seu domicílio? (código-produto)				
3. Qual foi o maior e o menor preço destes dois principais alimentos durante os últimos 12 meses? (mencione a unidade)	alimento	unidade	mínimo	máximo
			R\$	R\$
			R\$	R\$
4. Qual seria o valor de um hectare de terra sem benfeitorias, nesta região				R\$/ha
5. Qual seria o valor de um hectare de terra situada com pastagem nesta região?				R\$/ha

E. Consumo, segurança alimentar e gastos familiares

1. Qual foi o gasto mensal do domicílio (em R\$) no mês anterior, com os seguintes itens:			
1.1. Compra de alimentos para o domicílio	R\$	1.6. Passagens	R\$
1.2. Saúde	R\$	1.7. Energia elétrica	R\$
1.3. Educação	R\$	1.8. Diversão / lazer	R\$
1.4. Vestuário	R\$	1.9. Produto de higiene / cosméticos	R\$
1.5. Combustível e manutenção de veículo	R\$	1.10. Outro gasto relevante. Qual?	R\$
2. Quais os três produtos comprados para alimentação que resultaram os maiores gastos em sua casa nos últimos 30 dias?			
2.1.	2.2.	2.3.	
3. Em sua cozinha, o que é mais usado para preparar as refeições? Códigos: 1=só fogão a gás; 2=só fogão a lenha; 3=só fogareiro a carvão; 4=fogão a gás (+) e lenha ou carvão (-); 5=lenha ou carvão (+) e fogão a gás (-); 6=outro método (especificar):			

F2. Por favor indique o número dos bens do domicílio e equipamentos produtivos.

Indique o valor estimado de venda (não o preço de compra) dos 3 itens considerados de maior valor, em cada coluna.

bens de consumo	1. unidades	2. valor	equipamentos produtivos	1. unidades	2. valor
1. Automóvel			15. Trator		
2. Motocicleta			16. Caminhão		
3. TV			17. Barco a motor		
4. Antena parabólica			18. Motosserra		
5. DVD/CD/som			19. Carroça		
6. Telefone celular			20. Canoas ou barco		
7. Geladeira/congelador			21. Farinheira		
8. Fogão a gás			22. Forrageira		
9. Bicicleta			23. Freezer (para polpa, etc)		
10. Computador			24. Batedeira de açaí		
11. Notebook ou tablet			25. Pulverizador costal		
12. Máquina de costura			26. Plantadora manual		
13. Gerador de energia			27. Roçadeira a gasolina		
14. Máquina de lavar			28. Espingarda		

F3. Por favor indique se o domicílio possui alguma destas construções em sua terra.

	unidades		unidades		unidades
1. Galpão de alvenaria		2. Galpão de madeira		3. Secador de cacau	
4. Curral		5. Estábulo		6. Cerca	km
7. Açude		8. Tanques para peixes		9. Galinheiro doméstico	
10. Outras construções					

F4. Por favor indique a quantidade das árvores fruteiras em produção em seu quintal ou sítio

	unidades		unidades		unidades
1. laranja		7. acerola		13. banana (touceiras)	
2. outros citrus		8. graviola		14. outras	
3. coco		9. abacate		15.	
4. caju		10. cupuaçu		16.	
5. manga		11. pupunha		17.	
6. goiaba		12. açaí plantado		18.	

F5. Por favor indique a quantidade de animais atualmente criados pelo domicílio

	unidades		unidades		unidades
1. bovinos: touro		7. equinos, muares		13. frangos, galinhas	
2. vacas		8. ovinos		14. pintos	
3. garrotes		9. caprinos		15. outras aves adultas	

4. novilhas		10. suínos adultos		16. outras aves crias	
5. bezerro/as		11. suínos (crias)		17. peixes	
6. búfalos		12. caixas de abelha		18. outros animais	

F. Terra (estabelecimento, propriedade, lote) e Cultivos

G1. Por favor informe sobre a terra que ocupa e utiliza:

1. Desde que ano trabalha esta terra (onde está sendo feita a entrevista)?	
2. De que maneira chegou a esta terra? Códigos: 1=posse ou ocupação pelo entrevistado; 2=posse ou ocupação de antepassados; 3=recebeu como herança propriedade comprada por antepassados; 4=comprou de terceiros; 5=obteve do governo (colonização ou assentamento); 6=recebeu como doação; 9=outros, especifique:	
3. Caso tenha recebido a terra de antepassados, desde que ano ou geração a família ocupa esta terra?	
4. Como define esta terra que ocupa/utiliza? Códigos: 1=terra própria individual; 2=terra coletiva em nome de um grupo ou associação com uso individual; 3=terra coletiva em nome de um grupo ou associação com uso comum; 4=terra com direito de uso comum; 5=terra arrendada, alugada; 6=não ocupa nem utiliza terra; 9=outros, especifique:	
5. Possui algum tipo de documento desta terra Códigos: 1=título definitivo individual; 2=título provisório individual; 3=documento definitivo para um grupo/associação; 4=documento provisório para um grupo/associação; 5=nenhum documento; 9=outros, especifique:	
6. Esta terra pode ser definida em qual das categorias abaixo: Códigos: 1=assentamento de Reforma Agrária (PA); 2=assentamento diferenciado de Reforma Agrária (PAE, PDS, etc); 3=Unidades de Conservação de Uso Sustentável (RDS, Resex); 4=projeto de colonização; 5=território quilombola; 6=terra indígena; 7=propriedade particular com posse regularizada; 8=terra ocupada sem posse regularizada; 9=outros, especifique:	
7. Qual o tamanho desta terra? (área em hectares)	
8. Desde que sua família ocupou, comprou ou recebeu esta terra, a área disponível: Códigos: 1=permaneceu a mesma; 2=aumentou (através de compra ou outro meio); 3=diminuiu (por venda, doação, ou outro meio)	
9. Possui mais de uma terra / estabelecimento / lote / propriedade? Se não, dirija-se para a próxima sessão	(1-0)
10. Se possui outra "terra", além desta, onde se localiza? (não incluir lote urbano ou casa na cidade) Códigos: 1=vizinho a esse lote; 2=mesmo município; 3=outro município (); 4= outro estado	
11. Qual o tamanho (área em hectares) desta outra "terra"	ha

G2. Por favor indique o tamanho da terra/área (em hectares) que possui/ocupa de acordo com as categorias abaixo.

Categoria	1. Área (ha)
<i>Áreas agrícolas</i>	
1. Cultivos agrícolas anuais	
2. Cultivos agrícolas permanentes solteiros	
3. Cultivos agrícolas permanentes consorciados	
4. Quintal com fruteiras, pomar	
<i>Pastagens</i>	
5. Pasto natural	
6. Pastagem plantada	
7. Pastagem integrada com árvores (silvopastoreio)	
<i>Capoeiras</i>	
8. Terra em pousio do ano anterior (palhada)	
9. Terra em pousio (capoeira fina: 2 a 5 anos)	
10. Terra em pousio (capoeira grossa: 5-20 anos)	
<i>Florestas</i>	
11. Floresta natural / primária / mata (terra firme)	

12. Áreas alagadas florestadas (igarapó)	
13. Floresta manejada (para retirada de madeira, PFNM)	
14. Floresta secundária com mais de 20 anos	
15. Floresta plantada	
<i>Outros tipos de usos da terra</i>	
16. Lagos, rios, igarapés	
17. Área residencial e de construções	
18. Outros usos da terra. Discriminar:	
19. Total da terra possuída (1+2+3+...+18)	
Obs: deve ser igual à área informada no G1.7	

G3. Por favor informe sobre as áreas de cultivo agrícola em sua terra/lote:

1. Quantas áreas (parcelas) agrícolas de cultivos permanentes possui?		<i>parcelas</i>			
2. Para cada área de cultivo permanente, informe o tamanho, o(s) cultivo(s) existente(s), a idade e se já está em produção. <i>Códigos (vide tabela de código-produto para lista completa):</i> <i>Perenes: 111=Abacate; 112=Acerola; 116=Coco; 120=Laranja; 123=Limão; 125=Manga; 152=Açaí; 157=Caju;</i> <i>162=Cupuaçu; 163=Goiaba; 164=Graviola; 174=Pupunha; 203=Cacau; 204=Cafê; 210=Dendê; 216=Pimenta-do-reino; 217=Seringueira; 220=Urucum</i> <i>Semi-perenes: 101=abacaxi; 102=banana; 103=mamão; 104=maracujá;</i>					
#	1. Área (ha)	2. Principal cultivo	3. Outros cultivos na parcela	4. Idade do plantio (anos)	5. Produzindo? (sim: 1- não: 0)
2.1					
2.2					
2.3					
2.4					
2.5					
3. Quantas áreas (parcelas) de cultivos anuais (roças) possui neste ano? (incluir plantios de verão (final das chuvas): indicar com V)		<i>Roças / parcelas</i>			
4. Para cada área de anuais, informe o tamanho, o(s) cultivo(s) existentes, e há quantos anos a terra estava em pousio. <i>Códigos (vide tabela de código-produto para lista completa):</i> <i>Anuais: 01=arroz de sequeiro; 02=arroz de várzea; 03=milho; 04=milho verde; 05=mandioca; 06=macaxeira;</i> <i>07=batata-doce; 08=inhame; 09=cará; 10=feijão caupi; 11=feijão; 14=amendoim; 15=gergelim; 16=fava;</i> <i>51=abóbora; 105=melancia; 106=melão 201=algodão; 205=cana-de-açúcar;</i>					
#	1. Área (ha)	2. Principal cultivo	3. Outros cultivos na parcela	4. Inverno/verão (I/V)	5. Anos de pousio
4.1					
4.2					
4.3					
4.4					
5. Por favor informe o tamanho de sua roça do ano passado? <i>Tarefas: 1 = 0,3025 ha; 2 = 0,605 ha; 3 = 0,9075; 4 = 1,21 ha</i>		<i>tarefas ou ha</i>			
6. Qual foi a produção total colhida no ano passado, incluindo o que foi consumido e o vendido?					
6.1. mandioca	6.2. milho	6.3. arroz	6.4. feijão		

G4. Por favor indique sobre as áreas de pastagem plantada em sua terra/lote:

1. Qual a área plantada com cada tipo de pasto, em quantos piquetes estão divididos, e as áreas formadas recentemente?				
#	1. Área (ha)	2. Tipo de pasto	3. Número de divisões / piquetes	4. Área plantada nos últimos 5 anos
1.1				
1.2				
<i>Códigos: 1=braquiária (Brachiaria decumbens); 2=braquiário (Brachiaria brizantha); 3=mombaça; 4=colonido (Panicum maximum); 5=quicúio; 6=andropogon; 7=jaraguá; 9=outras, especificar</i>				

G5. Por favor informe sobre as áreas de floresta em sua terra/lote:

	A. Atividades exercidas						B. Tipo de uso dos produtos					C. Manejo praticado					
	1	2	3	4	5	6	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	6
1. Floresta natural / primária																	
2. Floresta manejada																	
3. Floresta secundária + 20 anos																	
4. Floresta plantada																	
5. Relacionar produtos florestais utilizados: A1: _____																	
A2: _____; A3: _____																	
A4: _____; A5: _____																	
A6: _____																	

Códigos A: 1=extração de madeira; 2=extração de PFM: frutos ou sementes; 3=extração de PFM: óleos, latex ou resinas; 4=extração de PFM: fibras ou folhas; 5=extração de PFM: casca ou raízes; 6=caça de animais silvestres

Códigos B: 1=apenas uso doméstico; 2=predominantemente uso doméstico e venda de pequenos excedentes; 3=uso doméstico e venda em quantidades semelhantes; 4=predominantemente venda e pouco uso doméstico; 5=apenas venda

Códigos C: 1=planto de árvores; 2=corte de árvores competidoras; 3=proteção de árvores para promover a regeneração natural dessas espécies; 4=proteção de áreas florestais para serviços ambientais, como captação de água; 5=limpeza de aceiros para prevenir entrada de fogo acidental; 6=Outras, especifique:

G. Práticas realizadas no preparo de solo para espécies anuais:

1.	Nos últimos cinco anos, deixou de realizar cultivos anuais em quantos anos?						
2.	Qual o fator mais importante para sua escolha do local da roça (cultivos anuais)?						
3.	Qual a distância entre o local de sua área de roça mais recente e sua moradia? (caso cultivou mais de uma parcela, responda para aquela que considere a principal)	metros					
4.	Há quantos anos esta área não era cultivada? (Obs.: mesma resposta que em G3.4)	anos					
5.	O que havia sido plantado nesta área na última vez em que foi utilizada?						
6.	Que tipo de vegetação existia nessa área, antes deste último cultivo? Códigos: 1=floresta natural; 2=floresta secundária (+20 anos); 3=capoeira antiga (5-20 anos); 4=capoeira nova (2 a 5 anos); 5=palhada; 6=pastagem, 9=outra						
7.	Pelo seu conhecimento, quantas vezes essa área já foi cultivada antes?						
8.	Como você descreve a declividade do terreno desta área de cultivo? Códigos: 1=plano, em área baixa; 2=plano, em área alta; 3=declive leve; 4=declive médio; 5=declive forte						
9.	Que tipo(s) de cobertura vegetal predomina(m) nas áreas ao redor desta roça? Códigos: utilize códigos 1-18 da sessão G2 (usos da terra)						
10.	Qual o tipo de solo em que foi realizado esse cultivo? (denominação local)						
11.	Como você avalia a fertilidade do solo desta área de cultivo? Códigos: 1=baixa; 2=média a baixa; 3=média; 4=média a alta; 5=alta; 9=não sabe						
12.	Qual o tamanho desta parcela? (Obs.: deve ser igual ao informado na seção G3.4)	ha					
13.	Informe as etapas utilizadas de preparo do solo e cultivo, os meses do ano em que ocorreram, e a força de trabalho utilizada.						
#	etapa	1. (sim:1; não:0)	2. mês	3. meios de produção	4. diárias	5. mão de obra	6. ferramenta
a	Broque = corte da vegetação						
b	Derruba de árvores						
c	Queima						
d	Coivara						
e	Aplicação de herbicida na vegetação						
f	Trinuração da vegetação						
g	Incorporação da vegetação						
h	Aração						
k	Gradagem						

a	Plantio						
b	Capina (primeira)						
c	Capina (segunda)						
p	Outra prática. Qual?						
Códigos meios de produção: 1=manual; 2=tração animal; 3=motosserra; 4=trator de pneu; 5=trator de esteira Códigos mão de obra: 1=familiar; 2=troca de dias, mutirão; 3=contratada; 4=familiar e contratada; 9=outras							
14.	Caso tenha realizado derruba, quantas árvores grossas (+15 cm de diâmetro) foi preciso derrubar nesta roça? Códigos 1=menos de 100; 2=100 a 250; 3=251 a 500; 4=501 a 750; 5=751 a 1.000; 6=mais de 1.000						
15.	Quantas árvores estima terem permanecido nesta parcela de cultivo anual? Se não permaneceram árvores, passe para a questão 19						
16.	Destas árvores que permaneceram, quantas estão vivas?						
17.	Quais as espécies de árvores que não foram derrubadas?						
18.	Qual a finalidade destas espécies que foram mantidas na área de cultivo?						
19.	Caso tenha utilizado a queima, em que hora do dia foi realizada? Códigos: 1=até 9hs; 2=entre 9-12hs; 3=12-15hs; 4=15-18hs; 5=após 18hs						
20.	Como avalia o resultado desta queima? Códigos: 1=queimou muito bem; 2=queimou mais ou menos; 3=queimou mal;						
21.	Esta queima provocou algum incêndio acidental? Códigos: 0=não; 1=sim, em área de cultivo próprio; 2=sim, em área de cultivo de vizinhos; 3=sim, em área de floresta/capoeira própria; 4=sim, em área de floresta/capoeira de vizinhos; 5=sim, em outras áreas (especificar)						
22.	Utilizou alguma prática para prevenir incêndio acidental?						(sim: 1- não: 0)
23.	Caso tenha respondido sim à pergunta anterior, qual foi a prática utilizada?						
24.	Foi possível aproveitar alguma madeira desta roça? Códigos: 1=sim, antes de queimar; 2=sim, depois da queima; 0=não						
25.	Qual(quais) as espécies de madeira que aproveitou?						
26.	Se aproveitou a madeira, para que finalidade? Códigos: 1=lenha; 2=fabricar carvão; 3=construções próprias; 4=venda						
27.	Caso tenha utilizado máquinas para o preparo do solo, qual a origem destas? Códigos: 1=máquinas próprias; 2=cedidas pelo município; 3=cedidas por vizinhos ou conhecidos; 4=alugadas						

H. Práticas realizadas no cultivo de espécies anuais:

1.	Qual a principal espécie anual cultivada nesta parcela?							
2.	Que outras espécies anuais foram cultivadas nesta parcela?							
3.	Informe como obteve as sementes ou mudas das espécies utilizadas, a quantidade usada, e o nome destas variedades:							
#	cultivo anual	2. origem	3. qtde utilizada		4. nome da(s) variedade(s) utilizadas	5. em quais meses colheu	6. produção estimada	
			quantidade	unidade			qtde	unidade
a	Arroz							
b	Milho							
c	Feijão							
d	Macaxeira							
e	Mandioca							
f								
Códigos de origem: 1=comprada no mercado; 2=recebida de órgão do governo; 3=recebida de empresas; 4=comprada de outros produtores; 5=doada por produtores de outras comunidades; 6=doada por outros produtores da mesma comunidade; 7=produzida localmente no mesmo estabelecimento; 9=outras (especificar)								
4.	No caso de plantio manual, que sistema utilizou? Códigos: 1=em linhas, curva de nível; 2= em linhas, sem curva de nível; 3=salteado" (covas não alinhadas); 4=em leiras, camalhões; 5=outro sistema							
5.	Foi implantado algum cultivo permanente nesta parcela?							(sim: 1- não: 0)
6.	Caso tenha respondido sim, qual o cultivo permanente?							
7.	Caso tenha respondido sim, em que mês foi realizado o plantio?							
8.	Como obteve as mudas deste cultivo? (utilizar códigos de origem)							
9.	Realizou algum plantio anual na época de verão (final das águas)							(sim: 1- não: 0)
10.	Caso sim, o que foi cultivado?							
11.	Orientou-se pela fase da lua, para a data do plantio?							(sim: 1- não: 0)
12.	Caso tenha respondido sim à pergunta anterior, em que fase da lua plantou?							

<i>cultivo</i>	<i>fase da lva</i>	
13. Orientou-se pela posição do sol para definir o sentido do plantio?		(sim: 1- não: 0)
14. Caso tenha respondido sim à pergunta anterior, de que maneira a posição do sol influenciou o sentido do plantio?		
15. Algum outro sinal ou aspecto da natureza influenciou a época do plantio?		(sim: 1- não: 0)
16. Caso tenha respondido sim à pergunta anterior, qual foi este sinal?		
17. Caso tenha utilizado irrigação, que sistema utilizou? Códigos: 1=aspersão; 2=sulcos; 3=gotejamento; 4=outra (especificar); 0=não utilizou		
18. Realizou práticas para melhorar as seguintes condições da parcela? Códigos: 1=melhorar o solo; 2=mais água para plantas; 3=reduzir o vento; 4=reduzir temperatura; 5=sombreamento; 6=evitar excesso de água; 7=melhor polinização; 8=controlar pragas ou doenças; 9=outras; 0=nenhuma		
19. Caso tenha respondido sim à pergunta anterior, o que utilizou?		
20. Como obteve o conhecimento para seu sistema de trabalho na roça?		
21. Alguma pessoa contribuiu para esse conhecimento? Quem?		
22. Alguma organização contribuiu para suas técnicas de trabalhar a roça? Qual?		
23. Você conhece algum produtor que se destaca pelo sistema de produzir? Se não, vá para a 27		(sim: 1- não: 0)
24. Caso sim, você já visitou a roça deste produtor?		(sim: 1- não: 0)
25. Quem é este produtor, e o que ele faz de diferente?		
26. Qual o principal problema técnico que sua família enfrenta para a produção?		
27. O que seria mais necessário para melhorar sua produção? Coloque em ordem de prioridade, com notas de 1 a 6, sendo 1 o menos necessário e 6 o mais necessário.		
a. Sementes e mudas de qualidade		c. Controlar o mato
b. Melhorar a qualidade do solo		d. Controlar pragas ou doenças
		e. Mecanizar
		f. Utilizar irrigação
28. Informe o que tem sido mais útil para seu aprendizado de novas técnicas de produção na agricultura? Códigos: 1=programas na televisão; 2=programas no rádio; 3=cartilhas; 4=visita de extensionistas; 5=visitas a outros produtores; 6=cursos de capacitação; 7=membro da família que estudou; 8=outra		1 2 3

I. Atividades econômicas

1. Qual a principal fonte de renda monetária para este domicílio?	
2. Qual a principal fonte de renda não monetária para este domicílio?	
3. Por favor informe que atividades geraram renda monetária ao domicílio nos últimos 12 meses, e o respectivo rendimento	
	< R\$ 100 R\$ 101 - 500 R\$ 501 - 1.000 R\$ 1.001 - 2.000 R\$ 2.001 - 5.000 R\$ 5.001 - 10.000 > R\$ 10.000
1. Venda de milho	
2. Venda de arroz	
3. Venda de feijão	
4. Venda de mandioca (raiz)	
5. Venda de farinha de mandioca	
6. Venda de outro cultivo anual	
7. Venda de açaí cultivado	
8. Venda de frutas	
9. Venda de banana	
10. Venda de cacau	
11. Venda de dendê	
12. Venda de pimenta-do-reino	
13. Venda de outras perenes	
14. Venda de hortaliças	
15. Venda processados agrícolas	
16. Venda de gado bovino	
17. Venda de cavalos, burros	
18. Venda de suínos	

19.	<i>Venda de aves</i>							
20.	<i>Venda de peixe</i>							
21.	<i>Venda de outros animais</i>							
22.	<i>Venda de leite e derivados</i>							
23.	<i>Venda de carne **</i>							
24.	<i>Venda de ovos</i>							
25.	<i>Venda de produtos animais</i>							
26.	<i>Venda de açaí manejado</i>							
27.	<i>Venda de castanha</i>							
28.	<i>Venda de babaçu e derivados</i>							
29.	<i>Venda outros PFNM in natura</i>							
30.	<i>Venda de PFNM processados</i>							
31.	<i>Venda de madeira em tora</i>							
32.	<i>Venda de madeira serrada</i>							
33.	<i>Venda de lenha</i>							
34.	<i>Venda de carvão</i>							
35.	<i>Renda de comércio próprio</i>							
36.	<i>Renda de transporte próprio</i>							
37.	<i>Renda máquina beneficiadora</i>							
38.	<i>Venda de artesanato</i>							
39.	<i>Diárias no trabalho agrícola</i>							
40.	<i>Diárias no trabalho florestal</i>							
41.	<i>Diárias na cidade</i>							
42.	<i>Trabalho especializado</i>							
43.	<i>Salário funcionário público</i>							
44.	<i>Salário mensal na zona rural</i>							
45.	<i>Salário mensal na cidade</i>							
46.	<i>Bolsa família</i>							
47.	<i>Aposentadoria – pensão</i>							
48.	<i>Remessa de parentes</i>							
49.	<i>Recurso de projeto / governo</i>							
50.	<i>Renda ou aluguel de terra</i>							
51.	<i>Outras rendas rurais</i>							
52.	<i>Outras rendas não rurais</i>							
4.	Estimativa do valor total de renda monetária do domicílio no ano passado? (somar)							R\$

J. Organização social

1.	Por favor informe se algum destes grupos existe na comunidade, e se alguém de seu domicílio participa dos mesmos.		
	Tipo de organização	existe	participa
1.1	Associação de moradores	(1-0)	(1-0)
1.2	Grupo ou associação organizado para atividades de produção	(1-0)	(1-0)
1.3	Grupo ou associação para atividades de processamento / comercialização	(1-0)	(1-0)
1.4	Cooperativa de produtores	(1-0)	(1-0)
1.6	Organização religiosa	(1-0)	(1-0)
1.7	Organização folclórica, cultural	(1-0)	(1-0)
1.8	Clube ou grupo esportivo	(1-0)	(1-0)
1.10	Grupo organizado de mulheres	(1-0)	(1-0)
1.11	Grupo organizado de jovens	(1-0)	(1-0)
2.	Caso participe de associação ou cooperativa, qual o principal objetivo do grupo? Códigos: 1=produção agrícola; 2=produção animal; 3=produção florestal, extrativa; 4=processamento; 5=comercialização; 6=administrar a terra; 7=acessar políticas públicas; 8=outra (discriminar); 0=não se aplica		
3.	Caso o principal objetivo deste Grupo seja relacionado a algum produto, qual é o produto? (código)		
4.	Quantos dias completos de trabalho os membros do domicílio gastaram no total em atividades do grupo (encontros, fiscalização, trabalho conjunto, etc.) nos últimos 12 meses?		dias
5.	O domicílio faz pagamentos em dinheiro ou contribuições para o grupo? Se 'não', dirija-se para a 7.		(1-0)

6. Se 'sim': Quanto pagou nos últimos 12 meses?	R\$
7. O domicílio recebeu pagamento em dinheiro do grupo nos últimos 12 meses? Se 'não', dirija-se para a 9.	(1-0)
8. Se 'sim': Quanto recebeu nos últimos 12 meses?	R\$
9. Numa escala de 1-5 (1 é muito baixo, 5 é muito alto) quão efetivo você avalia o trabalho do grupo?	

K. Vulnerabilidade e crises do domicílio

1. Nos últimos dois anos seu domicílio enfrentou alguma crise inesperada? (insira o código para as causas existentes)				

Códigos para causas de crise: 1. Falta de chuva; 2. Excesso de chuva; 3. Fogo acidental; 4. Pragas e doenças na lavoura; 5. Doenças em animais; 6. Doença grave na família; 7. Morte na família; 8. Perda de terra (desapropriação, etc.); 9. Conflitos sociais; 10. Roubo; 11. Perda de salário/emprego; 12. Gastos grandes com casamento ou outros eventos; 13. Migração: saída de membros do domicílio; 14. Pagamento de multas ou dívidas; 15. Produto ou trabalho não pago; 16. Outro, especifique:

L. Percepções de bem-estar e capital social

1. De forma geral, como você avalia sua condição de vida nos últimos 12 meses? <i>Códigos: 1=muito insatisfeito; 2=insatisfeito; 3=mais ou menos; 4=satisfeito; 5=muito satisfeito</i>	
2. A produção de alimentos e os ganhos da família nos últimos 12 meses têm sido suficientes para cobrir as necessidades do domicílio? <i>Códigos: 1=não; 2=apenas em parte; 3=sim</i>	
3. Comparando com a média da comunidade, como você considera a condição de vida em seu domicílio? <i>Códigos: 1=pior 2=na média; 3=melhor</i>	
4. Comparando com 5 anos atrás, como você considera a condição de vida atual em seu domicílio? <i>Códigos: 1=pior agora; 2=a mesma; 3=melhor agora</i>	
5. Você considera sua comunidade como um lugar bom para se viver? <i>Códigos: 1=não; 2=parcialmente; 3=sim</i>	
6. Em geral, você confia nas pessoas de sua comunidade? <i>Códigos: 1=não; 2=parcialmente, confio somente em alguns; 3=sim</i>	
7. No caso de uma necessidade, você pode contar com o apoio de pessoas de sua comunidade? <i>Códigos: 1=não; 2=às vezes, mas nem sempre; 3=sim</i>	
8. Na sua opinião, seus filhos e netos continuarão vivendo e trabalhando na terra? <i>Códigos: 1=certamente, todos; 2=certamente, alguns; 3=muito provável; 4=pouco provável; 4=não</i>	

ANEXO 2 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Sr.(a) está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa "Lógicas de coprodução da agricultura camponesa". Nesta pesquisa pretendemos compreender diferentes lógicas do modo camponês de fazer agricultura pautado no capital ecológico, baseado na coprodução, que é a interação entre o agricultor e seu ambiente imediato, e como este fazer camponês influencia nos meios de vida. Ademais, busca-se verificar a ampliação da autonomia do agricultor à medida em que a paisagem torna-se mais diversificada. O motivo que nos leva a estudar essa temática é compreender a dinâmica do modo camponês de fazer agricultura baseado na coprodução e como isto interfere nas suas estratégias de meios de vida.

Para esta pesquisa, adotaremos os seguintes procedimentos: 1) entrevista semiestruturada; 2) elaboração do mapa da propriedade que proporciona informações importantes sobre o que se tem de benfeitorias e recursos naturais no local; 3) a travessia ou caminhada transversal utilizada para visualizar e complementar informações descritas no mapa; 4) fluxograma de produção para coletar todos os passos da produção que servirá para ilustrar o uso dos recursos internos (coprodução) e externos; 5) fluxograma de consumo da família para verificar o que é produzido, consumido dentro da propriedade e o que é comprado; 6) elaboração do índice para retratar a autonomia baseado no trabalho desenvolvido por Altieri e Nicolls (2002) através da metodologia de análise participativa de agroecossistemas; 7) anotações no caderno de campo para registrar dúvidas, falas ouvidas e observações; 8) registros fotográficos da propriedade em que o senhor(a) vive; e (9) gravação das entrevistas.

Os riscos envolvidos na pesquisa consistem em haver algum desconforto ou constrangimento durante entrevistas, gravações áudio-visuais e fotografias. Com isso, o participante pode recusar ou interromper a entrevista a qualquer momento, e não permitir a realização de gravações áudio-visuais e fotografias consideradas constrangedoras. Além disso, não serão divulgadas gravações de áudio e, se os entrevistados não permitirem, não serão usadas fotografias e vídeos que exponham o local ou a imagem dos mesmos. Assim, serão tomados todos os cuidados necessários para evitar riscos e constrangimentos. Como benefícios da pesquisa, os resultados serão disponibilizados e apresentados ao(à) Sr.(a), buscando refletir suas potencialidades na geração de alimento local e na manutenção dos recursos naturais. Além disso, serão repassados os diagramas de autonomia do agroecossistema, as fotos (via impressa e digital) e vídeos (digital) realizados durante a pesquisa, caso a realização dos mesmos sejam permitidos.

Caso aceite, o Sr.(a) ficará envolvido na pesquisa durante dois meses, período de coleta de dados e familiarização com os pesquisadores. Para participar deste estudo o Sr.(a) não terá nenhum custo nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, caso sejam identificados e comprovados danos provenientes desta pesquisa, o Sr.(a) tem assegurado o direito à indenização. O Sr.(a) tem garantida plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem necessidade de comunicado prévio. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que o Sr.(a) é atendido(a) pelo pesquisador. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. O(a) Sr.(a) não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar. Seu nome ou o material que indique sua participação não serão liberados sem a sua permissão.

O TCLE afirma que os resultados da pesquisa serão disponibilizados a eles; acreditamos que a apresentação e discussão dos resultados para/com os participantes resolveriam essa questão e poderiam trazer grandes benefícios aos mesmos.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável, no **Departamento de Economia Rural/UFV** e a outra será fornecida ao Sr.(a). Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa, e depois desse tempo serão destruídos. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e confidencialidade, atendendo à legislação brasileira, em especial, à Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, e utilizarão as informações somente para fins acadêmicos e científicos.

Eu, _____, contato _____, fui informado(a) dos objetivos da pesquisa **Lógicas de coprodução da agricultura camponesa** de maneira clara e detalhada, e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar. Declaro que concordo em participar. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer minhas dúvidas.

Viseu-Pará, _____ de _____ de 20__

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador

Nome do Pesquisador Responsável: Daniel Silva do Carmo Santos

Endereço: Rua Albano Braga, Prédio 3, Ap 406 – Centro - Viçosa- MG

Telefone: (91) 988939479 / (91) 996323612

Email: danielsantos_d@hotmail.com

Em caso de discordância ou irregularidades sob o aspecto ético desta pesquisa, você poderá consultar:

CEP/UFV – Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos

Universidade Federal de Viçosa

Edifício Arthur Bernardes, piso inferior Av. PH Rolfs, s/n – Campus Universitário

Cep: 36570-900 Viçosa/MG

Telefone: (31) 3899-2492

Email: cep@ufv.br ou www.cep.ufv.br